




Como Exportar Itália

 entre

BrazilTradeNet



Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e de Promoção Comercial
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
Divisão de Informação Comercial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	02
-------------------------	-----------

MAPA.....	04
------------------	-----------

DADOS BÁSICOS	05
----------------------------	-----------

I - ASPECTOS GERAIS.....	06
---------------------------------	-----------

1. Geografia 06
2. População, centros urbanos e nível de vida 10
3. Transportes e comunicações..... 17
4. Organização política e administrativa..... 21
5. Organizações e acordos internacionais..... 22

II – ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS	24
--	-----------

1. Conjuntura econômica..... 24
2. Principais setores de atividade..... 30
3. Moeda e finanças..... 39

III – COMÉRCIO EXTERIOR GERAL DO PAÍS	46
--	-----------

1. Evolução recente 46
2. Direção do comércio exterior..... 48
3. Composição do comércio exterior..... 49

IV – RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-ITÁLIA	52
---	-----------

1. Evolução recente 52
2. Composição do intercâmbio bilateral 53
3. Investimentos bilaterais 55
4. Principais acordos econômicos com o Brasil..... 57

V – ACESSO AO MERCADO	58
------------------------------------	-----------

1. Sistema tarifário..... 58
2. Regulamentações de importação..... 61
3. Documentos e formalidades 64
4. Regimes especiais..... 64

VI – ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO.....	68
---	-----------

1. Canais de distribuição 68
2. Promoção de vendas 70
3. Práticas comerciais 72

VII – RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS..	77
--	-----------

ANEXOS.....	79
--------------------	-----------

I – ENDEREÇOS	79
---------------------	----

II – TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL.	94
---	----

III – INFORMAÇÕES PRÁTICAS.....	96
---------------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	99
---------------------------	-----------

CRÉDITO



INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo oferecer um guia claro e fácil para todos os empresários brasileiros que pretendam exportar para a Itália.

Não tendo a pretensão de ser exaustivo, se necessário, consulte os links que com certeza servirão de ajuda, caso as informações prestadas não forem suficientes ou não estejam suficientemente detalhadas.

A estrutura econômica da Itália é semelhante à da maioria dos outros países europeus mais avançados.

O setor terciário representa dois terços do produto interno bruto (PIB) e os setores mais fortes são os do comércio e turismo. Cerca de 29% da renda nacional deve-se à indústria (incluindo a construção civil) e os restantes 2% vêm da agricultura. Os setores industriais mais fortes são os da mecânica e os de confecções e têxtil.

Uma peculiaridade do sistema italiano é o modelo de “distritos industriais”, situados em territórios bem definidos e constituídos por uma densa rede de empresas de médio e pequeno porte, cada uma delas especializada em uma determinada fase da cadeia produtiva. Graças a este modelo, a Itália é um país onde o empreendedorismo é mais desenvolvido, e a autonomia empresarial permitiu o desenvolvimento da criatividade, da busca pela beleza e do bom gosto no produto acabado que tornou famosa em todo o mundo a produção “Made in Italy”.

Porém, a economia italiana não está constituída apenas pelas pequenas empresas. São muitos os grandes grupos que fizeram a história industrial do país e contribuíram para o seu desenvolvimento.

O “Made in Italy” não significa apenas roupas elegantes,

design cobijado e mecânica avançada, mas também e principalmente exportações, que se traduzem em uma contribuição significativa para a economia nacional, apoiadas e representadas pela atividade e pela iniciativa de grandes empresas e uma vasta rede de pequenas e médias empresas.

Os setores agroalimentar, têxtil-vestuário, de design industrial, moveleiro e de decoração são as áreas que não só pesam mais em termos de faturamento, emprego e número de empresas, mas que sustentam as exportações italianas no mundo oferecendo uma contribuição significativa para a balança comercial italiana.

A Itália, apesar da agressiva entrada China e outros países no comércio internacional, está em oitavo lugar no ranking mundial dos maiores exportadores de mercadorias. O país também ocupa a sétima posição mundial entre os principais países importadores.

Além disso, a economia italiana baseia-se em outro pilar importante, que é aquele representado pelo turismo, graças ao inestimável patrimônio arqueológico e artístico do país. De fato, mais da metade do patrimônio histórico e artístico do mundo, segundo cálculos da Unesco, encontra-se na Itália, que tem centenas de sítios arqueológicos e mais de 3.000 museus espalhados por todo o território nacional. O turismo é um dos ramos mais importantes da economia italiana. Estima-se que o setor, incluindo também o entorno, contribui com cerca de um terço do PIB total do país, criando mais de um milhão de empregos.

A atração de investimento estrangeiro é um fator indispensável para o desenvolvimento econômico e social de um país, além de ser uma das prioridades do planejamento econômico e industrial. A atração de capital estrangeiro é o resultado de um complexo conjunto de fatores, políticos, normativos, legislativos e de recursos sociais, culturais e institucionais.



As empresas estrangeiras podem encontrar na Itália um sistema de condições absolutamente favoráveis para o investimento: um grande mercado, a sinergia com os distritos industriais, que são o emblema da organização italiana, uma estrutura logística competitiva, formação especializada, incentivos básicos, a participação acionária e, acima de tudo, idéias e desenho industrial.

Além disso, a estreita correlação entre a demanda de transporte e o crescimento do PIB levou à criação de um plano estratégico de intervenções, que visa criar novas e mais avançadas infraestruturas no país, definido em conjunto com todas as regiões.

Quanto ao porte das empresas, estas são diferenciadas entre grandes, pequenas e médias (PME) e microempresas.

Do ponto de vista político, a Itália é uma república parlamentar; o atual Presidente da República é Giorgio Napolitano e o primeiro-ministro Silvio Berlusconi.

A língua oficial é o italiano, embora em algumas regiões do norte existam algumas minorias linguísticas.

Quanto ao intercâmbio comercial Brasil-Itália, é de se notar que as importações de produtos italianos pelo Brasil somaram US\$ 3,6 bilhões, enquanto que as exportações brasileiras somaram aproximadamente US\$ 3,0 bilhões.

O café é o produto alimentar mais vendido na prática do “comércio justo e solidário” e mantém um comportamento constante já que o café expresso é um costume italiano. Na mesa dos italianos algumas frutas já perderam o seu caráter de exóticas, provenientes de nichos, tendo se incorporado de fato aos hábitos alimentares.

O catering brasileiro já encontrou o seu lugar ao lado das outras cozinhas estrangeiras e estas cadeias dependem das

importações, por razões óbvias. Quanto às vendas, destacamos o artesanato e o crescimento constante do setor do “comércio justo e solidário”.

Em todo caso, os principais produtos brasileiros importados são os bens intermediários, que correspondem a 41,83%, subdivididos em suprimentos industriais, peças e acessórios para a indústria de transporte, alimentos e bebidas.

Acredita-se que esses produtos possam representar uma boa oportunidade para o exportador brasileiro, mas não se pode esquecer a difícil conjuntura econômica que a Itália está atravessando. Apesar dos leves sinais de recuperação, parece que ainda não tenham cessado os efeitos da onda negativa sobre uma economia fortemente abalada em termos de consumo, investimentos e crédito.



MAPA

A península é composta de vinte regiões para cada uma das quais se indicam as várias capitais provinciais. Para mais informações sobre o território italiano, recomenda-se consultar o site do Ministério do Ambiente (www.minambiente.it).





DADOS BÁSICOS

Área: 301.333 km²

População: 60,3 milhões de habitantes (2009)¹

Densidade populacional: 199 habitantes/km² (2009)

População economicamente ativa: 24,9 milhões (2009)²

Principais cidades:

Roma (capital), Milão, Nápoles, Turim.

Moeda: Euro. (taxa de câmbio:

US\$ 1,00 = 0,6943€ (2009)³

PIB - a preços correntes (2009):

€ 1,52 trilhão (US\$ 2,12 trilhões)⁴

Composição do PIB por setores de atividade (2007/2008):

Agricultura, silvicultura e pesca: 2,6%

Indústria excluindo construção: 19,4%

Construção e obras de engenharia civil: 5,3%

Serviços: 72,7%

PIB – taxa de crescimento real:

2010: +0,5%

2009: -5,0%

PIB per capita (2009): € 27.845 (US\$ 38.838)⁵

Comércio exterior (2009)⁶:

Importações (CIF): € 295,8 bilhões (US\$ 412,6 bilhões)

Exportações (FOB): € 290,8 bilhões (US\$ 405,6 bilhões)

Intercâmbio comercial Brasil-Itália (2009)⁷:

Exportações brasileiras (FOB):

€ 2,1 bilhões (US\$ 3,0 bilhões)

Importações brasileiras (FOB):

€ 2,6 bilhões (US\$ 3,6 bilhões)

1 "Bilancio demografico nazionale, ISTAT, Giugno 2010.

2 "Italia in cifre", ISTAT, Maggio 2010.

3 Mostra a mudança de 31/12/2009 (para a comparabilidade dos dados) – a taxa de câmbio oficial do dia pode ser encontrada no site do banco central italiano, a Banca d'Italia (WWW.bancaditalia.it).

4 "Conti economici trimestrali", ISTAT, Giugno 2010.

5 Fonte: Unioncamere.

6 "Fonte: Comercio estero", ISTAT, Giugno 2010; "Annuario Istat-Ice 2009", lançado em 14/07/2010.

7 Secretaria de Comércio Exterior/MDIC.



I – ASPECTOS GERAIS

1. Geografia

1.1. Localização e superfície

A Itália se estende entre uma latitude de 35° ao extremo sul situada a 35°e 30' e uma latitude ao extremo norte a 47° e 6', e entre uma longitude do extremo oeste situada a -5° e 50' e em uma longitude no extremo leste a 6° e 4'. A extensão máxima é de 1.200 km (Vetta d'Italia – Capo delle Correnti). A superfície total é de 30.133.601 hectares (excluindo a República de San Marino e Cidade do Vaticano).

1.2. Regiões geográficas e clima

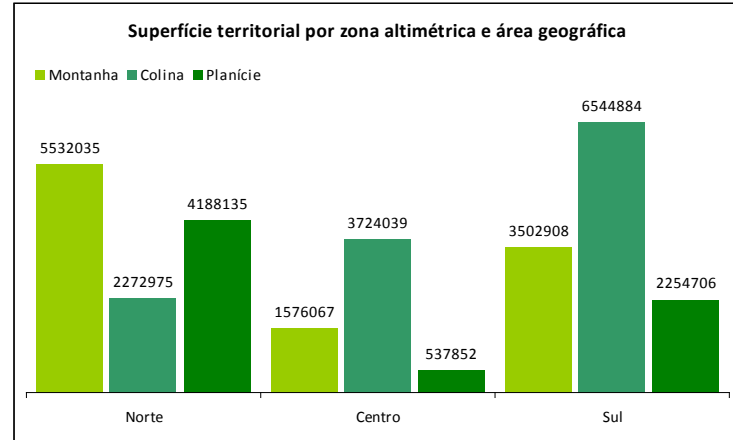
Os Alpes e os Apeninos são as duas cadeias de montanhas que cortam o país. Os Alpes incluem os cinco picos mais altos que ultrapassam os 4.000 metros, por ordem: Monte Bianco (4.810 metros), o Monte Cervino, Monte Rosa, Gran Paradiso e Pizzo Bernina.

Os rios com extensão superior a 300 km são o Pó (652 km), o Adige, o Tibre e o Adda, enquanto que lagos com uma área superior a 100 quilômetros quadrados são: Lago de Garda (370 quilômetros quadrados), Lago Maggiore, Lago de Como, Lago Trasimeno e Lago Bolsena.

Grande parte do território italiano é banhada pelo mar, a sua costa é, portanto, muito extensa, equivalente a 7.375 km, medida pela cartografia do Instituto Geográfico Militar em escala 1:200.000. Para isso contribuem fortemente as duas grandes ilhas, Sicília (1.484 km) e Sardenha (1.731 km).

De acordo com o sistema estatístico criado em 1958, foi definida uma distribuição do território nacional em zonas altimétricas (montanhas, colinas, planícies). Essas áreas derivam da agrupação de municípios adjacentes e são identificadas no território por valores-limite altimétricos. Veja-se no gráfico abaixo a distribuição, por áreas geográficas, das mencionadas

zonas altimétricas, para o ano de 2008, em hectares.



As principais unidades administrativas da Itália são: regiões, províncias e municípios.

O país está dividido num total de 20 regiões, 107 províncias e 8.100 municípios, da seguinte forma:

- Norte – que inclui as regiões: Piemonte, Valle d'Aosta, Liguria, Lombardia, Trentino-Alto Adige, Friuli-Venezia Giulia, Veneto, Emilia Romagna.
- Centro, que inclui as regiões: Toscana, Lazio, Umbria, Marche.
- Sul (ou Mezzogiorno), que inclui as regiões: Abruzzo, Molise, Campania, Basilicata, Puglia, Calábria, Sicília e Sardenha.

No que diz respeito à rede de transportes nacional, consulte o parágrafo 3 do presente capítulo. Abaixo, mencionam-se as distâncias, em km, entre a capital italiana e as capitais europeias, bem como as distâncias entre as principais cidades no nível nacional.



	Paris	Zurique	Viena	Atenas	Lisboa	Berlim	Milão	Turim	Veneza	Bolonha
Roma	1.553	975	1.076	2.805	2.630	1.612	673	728	509	462

	Gênova	Ancona	Nápoles	Bari	Parlemo	Cagliari
Roma	519	298	252	466	970	366

A Itália tem um clima temperado mediterrâneo. A análise meteorológica e climática relativa a todo o ano de 2009 e ao primeiro trimestre de 2010 foi feita utilizando mais de 100 estações meteorológicas da rede do serviço meteorológico da aeronáutica militar (SMAM), distribuídas por todo o território italiano.

O ano de 2010 confirma a tendência dos anos anteriores, conforme os quais registraram-se as temperaturas mais baixas nas regiões do norte e as temperaturas mais elevadas nas regiões do sul.

Em particular no inverno de 2010, no nível nacional, a temperatura média foi de 5,3°C, 0,2 graus abaixo do inverno de 2009 e 0,6 graus inferior à média invernal do período 1971-2000. Este fenômeno foi observado apenas nas regiões do centro e do norte, enquanto que no sul, a temperatura média atingiu 9,4°C, um aumento de 0,9°C em relação ao mesmo período climático.

A temperatura média no inverno tem sido, em geral, inferior aos valores do período climático em todos os três meses, com maior queda em janeiro, enquanto que fevereiro apresenta valores mais próximos aos normais do período. Em 2009, a temperatura diminuiu em janeiro e fevereiro, e apresentou um ligeiro aumento em março. Com relação às temperaturas máximas e mínimas, a Sicília é apontada como a região mais quente em todos os três meses de inverno, na medida em que foram registradas temperaturas mínimas e máximas mais altas. Em contrapartida, a Valle d'Aosta é a região onde o inverno de 2010 foi o mais duro frente a todas as outras regiões e, também

neste caso, quanto às temperaturas mínimas e máximas. (ver gráfico 1.2.1 e tabela 1.2.1).

No inverno de 2010 caíram 249 mm de chuva, 21 mm a menos com relação ao inverno de 2009, mas 68 mm a mais do que a média calculada para o período 1971-2000. Esta tendência foi semelhante em todas as áreas. Nas regiões central e sul da Itália, em particular, as chuvas foram abundantes em relação à média climática do período. (ver tabela 1.2.2).

Gráfico 1.2.1 – Temperatura média por estações, no período climático de 2009-2010

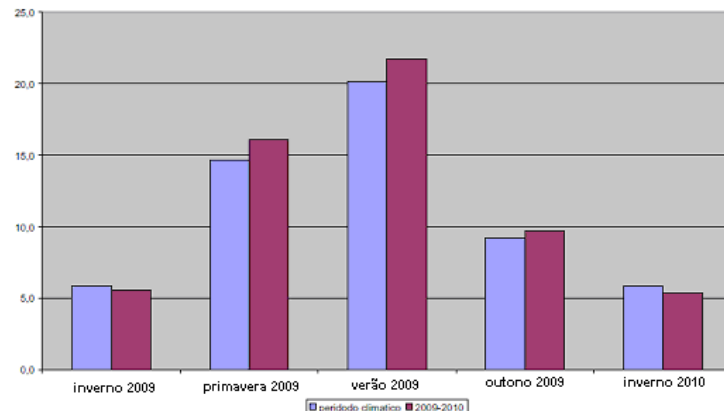




Tabela 1.2.1 - Temperatura média (°C) por região geográfica - invernos de 2010 e 2009

REGIÕES	2010	2009	Período climático
Piemonte	0,5	1,7	3,4
Valle d'Aosta/Vallée	-7,6	-2,3	-0,4
Lombardia	0,3	2,2	2,9
Trentino-Alto Adige	-3,1	-2,1	-2,1
Bolzano/Bozen	-4	-3,3	-3
Trento	-2,8	-1,1	-0,7
Veneto	2,9	3,2	3
Friuli Venezia-Giulia	2,4	3,3	3,3
Ligúria	5,1	5,2	5,1
Emilia-Romagna	3,2	4,9	5
Toscana	5,4	6,3	6,5
Úmbria	4,4	4,8	5,3
Marche	5,1	6,3	6,3
Lazio	6,6	6,6	6,8
Abruzzo	4,7	4,9	5
Molise	6,9	7,5	7,2
Campania	7,7	8	8
Puglia	8,7	9,1	9,3
Basilicata	7,5	8,2	8,5
Calabria	10,3	9,6	9,6
Sicília	12	8,9	9,3
Sardenha	10,9	8,5	8,4
ITÁLIA	5,3	5,5	5,9
norte	1	2,4	2,9
centro	5,5	6,2	6,4
sul	9,4	8,4	8,5



Tabela 1.2.2 - Média anual de precipitação com máximas e de mínimas anuais por província. Anos 2000-2009 (mm)

Província	Média 2000-2009 (mm)	Máxima (ano)	mm	Mínima (ano)	mm
Udine	1.104	2008	1.379	2006	802
Gorizia	1.098	2002	1.379	2006	811
Pordenone	1.065	2002	1.328	2006	779
Novara	988	2000	2.347	2007	661
Belluno	985	2008	1.267	2006	727
Treviso	967	2002	1.294	2006	715
Varese	959	2000	2.377	2007	640
Trieste	948	2002	1.192	2003	702
Biella	907	2000	2.063	2007	602
Pavia	905	2000	1.654	2001	676
Frosinone	904	2004	1.154	2001	671
Milão	884	2000	1.721	2007	650
Veneza	883	2002	1.188	2003	654
Caserta	876	2009	1.177	2001	641
L'Aquila	872	2004	1.112	2001	660
Isernia	871	2009	1.209	2001	619
Vercelli	869	2000	1.821	2005	597
Alessandria	866	2000	1.388	2007	625
Como	865	2000	1.852	2007	628
Piacenza	864	2000	1.263	2003	642
Massa-Carrara	863	2002	1.085	2007	700
Verbano Cusio-Ossola	862	2000	2.101	2007	573
Asti	858	2000	1.428	2001	597
Cosenza	856	2005	1.080	2001	605

Catanzaro	855	2009	1.103	2000	618
Vicenza	854	2002	1.167	2003	646
Genova	846	2000	1.260	2007	561
Pescara	843	2004	1.081	2001	625
Parma	842	2002	1.092	2006	671
Aosta / Aoste	840	2000	1.893	2005	520
Padova	828	2002	1.141	2003	626
Turim	828	2000	1.381	2001	558
Latina	827	2005	1.077	2001	605
La Spezia	826	2002	1.104	2007	577
Vibo Valentia	825	2009	1.041	2008	615
Teramo	822	2005	1.047	2001	624
Savona	821	2000	1.200	2007	524
Rieti	821	2004	1.039	2007	618
Roma	819	2005	1.064	2007	558
Bergamo	818	2000	1.336	2003	579
Trento	816	2002	1.108	2006	617
Cuneo	814	2002	1.233	2001	574
Lodi	809	2002	1.172	2003	580
Terni	808	2005	1.023	2007	585
Lecco	807	2000	1.389	2003	574
Perugia	806	2005	997	2007	613
Reggio Emilia	803	2002	1.009	2003	632
Nápoles	801	2009	1.087	2001	600
Salerno	798	2009	1.015	2000	597
Benevento	798	2009	1.083	2001	609
Brescia	798	2002	1.109	2003	567
Ascoli Piceno	797	2005	993	2003	610
Lucca	797	2008	965	2007	639
Bolzano / Bozen	792	2008	1.065	2006	599
Siena	790	2008	952	2007	564



Viterbo	790	2005	1.011	2007	535
Cremona	787	2002	1.099	2003	570
Chieti	786	2009	1.023	2001	562
Sondrio	778	2000	1.334	2003	559
Pisa	772	2008	952	2007	609
Arezzo	772	2004	948	2007	565
Verona	768	2002	1.042	2003	571
Macerata	768	2005	957	2003	558
Avellino	766	2009	991	2000	593
Crotone	765	2009	982	2001	525
Imperia	759	2009	1.054	2007	462
Mantova	753	2002	1.012	2003	564
Pesaro e Urbino	752	2005	918	2003	588
Florença	750	2002	867	2007	575
Rovigo	749	2002	1.015	2006	574
Prato	748	2000	936	2007	560
Grosseto	745	2008	947	2007	514
Ancona	744	2005	921	2003	539
Modena	743	2002	937	2006	577
Pistoia	734	2000	924	2007	570
Reggio di Calabria	733	2009	923	2008	529
Campobasso	733	2009	995	2001	522
Potenza	732	2009	884	2001	542
Rimini	730	2002	938	2003	567
Livorno	720	2008	933	2007	518
Bolonha	719	2002	913	2006	547
Ravenna	708	2002	908	2006	563
Forli-Cesena	707	2002	867	2007	574
Ferrara	706	2002	943	2006	529
Messina	690	2009	925	2001	475

Lecce	673	2004	903	2001	431
Matera	671	2009	812	2001	459
Palermo	664	2009	935	2001	458
Taranto	659	2004	835	2001	419
Brindisi	654	2004	863	2001	414
Bari	643	2009	816	2001	412
Agrigento	638	2003	872	2001	418
Trapani	629	2003	823	2002	463
Foggia	622	2009	856	2001	448
Caltanissetta	605	2003	787	2001	376
Enna	580	2003	754	2001	349
Catania	569	2003	749	2001	339
Ragusa	545	2003	754	2001	309
Siracusa	527	2003	748	2001	305
Sassari	517	2004	644	2001	390
Oristano	516	2004	667	2001	358
Nuoro	499	2004	670	2001	369
Cagliari	465	2004	687	2001	304

2. População, centros urbanos e nível de vida

2.1. População

Ao final de 2009, a população residente na Itália atingiu 60.340.328 unidades, das quais 29.287.403 do sexo masculino e 31.052.925 do sexo feminino, apresentando um aumento de 295.260 unidades (+0,5%) em relação ao final de 2008, devido exclusivamente à imigração. O norte continua a ser a região com o maior número de habitantes, 27.568.435, com uma percentagem de 45,7%. Os habitantes do centro são 11.890.464 unidades, com uma percentagem de 19,7%, enquanto que no sul são 20.881.429, com uma percentagem de 34,6%.

Quanto ao componente natural, o número de nascidos



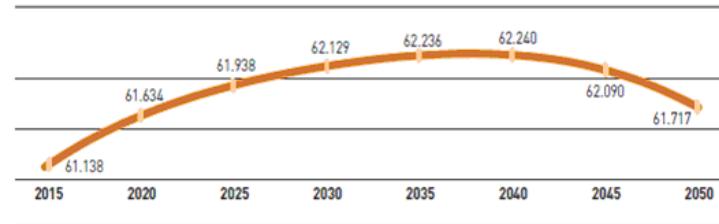
vivos na Itália continua a crescer, atingindo, em 2009, 568.857 unidades (inferior em 7.802 unidades em relação a 2008, equivalente a 1,4%), com uma taxa de natalidade, de 9,5 por mil habitantes. O número de óbitos ascendeu a 591.663 unidades, superior em 6.537 unidades com relação a 2008, com uma taxa de mortalidade de 9,8 por mil habitantes.

No âmbito local, registra-se queda em todas as regiões, especialmente no centro (-3,3%) e sul (-1,5%), enquanto que é menor no nordeste e nas ilhas (-0,9%) e noroeste (-0,3%). No entanto, no âmbito nacional, confirma-se a tendência já observada de aumento de nascimentos nos últimos anos: o total de nascimentos em 2009 foi, de fato, maior do que nos últimos 17 anos, com exceção do ano precedente.

Entretanto, o aumento dos nascimentos não é suficiente para compensar o aumento da mortalidade. O número de óbitos, 591.663, é superior em 6.537 unidades com relação a 2008. A taxa de mortalidade, no entanto, é estável em 9,8 por mil, e é maior no centro-norte, que tradicionalmente apresenta um envelhecimento mais acentuado. Ao contrário do que acontece quanto ao nascimento, o peso da população estrangeira é irrelevante quanto à mortalidade, já que tem uma composição geralmente mais jovem do que a população italiana.

A componente da migração, devido à diferença entre os registros e cancelamentos de dados pessoais decorrentes de alterações de residência e outros movimentos da população, em 2009 é positiva. As inscrições são 1.850.482, e 1.532.416 os cancelamentos, de modo que o saldo geral é igual a 318.066. O saldo migratório exterior é positivo (6,0 por mil), bem como o interno, que equivale a 0,3 por mil.

Considerando os dados regionais, a soma das taxas de migração externa e interna indica o centro como a região mais atraente, com uma taxa de 9,7 por mil, seguida pelo nordeste (8,8 por mil). No sul aumenta a população devido à imigração, mas se reduz devido à migração interna, com o resultado de uma taxa de imigração de pouco mais de 1 por mil. No âmbito regional, a Emilia-Romagna foi a região de maior migração (11,8 por mil), seguida pela Umbria (10,2 por mil), Lazio (10,0 por mil).



Fonte: STAT.

Em janeiro de 2010, os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos representavam 20,2% da população (contra 18,1% em 2000), enquanto que os menores eram apenas 16,9% (17,5% em 2000). Os jovens até 14 anos eram 14% (contra 14,3% em 2000), enquanto a população em idade ativa (15-64 anos) era de 65,8% (67,6% em 2000).

Nos últimos 10 anos a população aumentou em termos absolutos, em cerca de 3,5 milhões, passando de 56,9 milhões para cerca de 60,4 milhões, com variações muito diferentes entre as faixas etárias. Os indivíduos com 65 anos ou mais foram os que mais aumentaram em número, passando de 10,3 milhões a 12,2 milhões, representando o equivalente a 55% do crescimento total da população. Sob a pressão da migração, a população em idade de trabalhar passou, apesar disso, de 38,5 milhões a 39,7 milhões, absorvendo 36% do crescimento total. Apesar da recuperação da fertilidade das mulheres italianas e da contribuição dos processos de imigração (nascimentos de filhos de estrangeiros na Itália, e reuniões familiares), o aumento da população entre os jovens menores de 14 anos foi inferior a 0,4 milhões, ou 10% do total do crescimento populacional na última década.

A análise dos indicadores estruturais e de carga demográfica confirma um quadro de envelhecimento ainda maior em 2009. A população tem uma média de 43,3 anos, cerca de dois a mais que há dez anos; a relação entre a velha geração (pessoas com 65 anos ou mais) e a nova (0-14 anos) chega a 144% contra 127% em 2000, e se torna ainda mais problemática a relação de

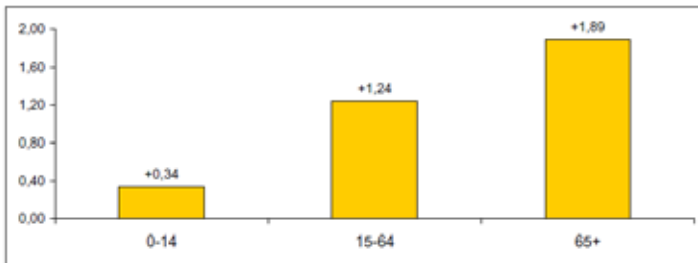


dependência entre pessoas em idade inativa (0-14 anos e de 65 anos para cima) e a parcela da população responsável pelo seu sustento (15-64 anos), que passou de 48% para 52% em dez anos. Nesta relação, além disso, aumenta ainda mais o peso dos idosos, que atualmente representam 30,7 em cada 100 pessoas em idade ativa (26,8% em 2000).

A presença de imigrantes serve para reequilibrar parcialmente a pirâmide etária da população, uma vez que preenche pelo menos uma parte da lacuna entre gerações deixada pelos italianos. Os estrangeiros residentes na Itália têm, de fato, em média somente 31,5 anos.

Uma pirâmide etária, portanto, muito mais jovem do que a dos habitantes de nacionalidade italiana (44,2 anos).

Aumento da população residente por faixas etárias na Itália – 2000 a 2010 (estimativa) - milhões



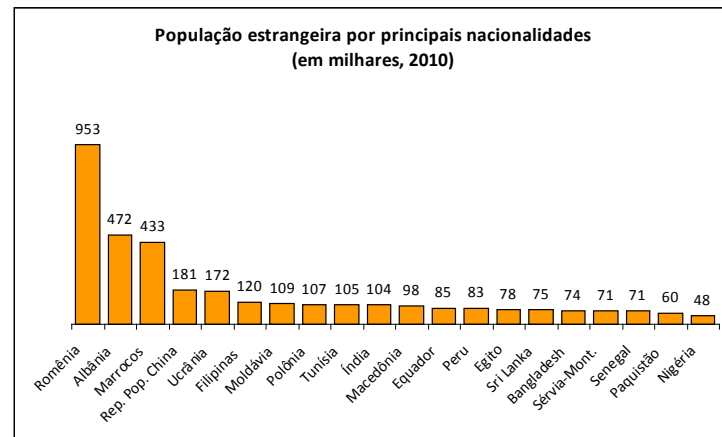
2.1.1. A população estrangeira na Itália

Os estrangeiros residentes na Itália ascenderam à cerca de 4 milhões e 279 mil em janeiro de 2010, registrando assim um aumento de 388 mil unidades (por um saldo total de 10%) com relação a janeiro de 2009. Contribui para esta estimativa o resultado da imigração, com mais de 405 mil unidades, 70 mil unidades a mais, como resultado da dinâmica positiva natural (74 mil estrangeiros nascidos em comparação com apenas 4.000 óbitos), 28 mil unidades a menos devido ao fluxo de migração interna e por outros motivos e, finalmente, 59 mil unidades a menos devido à aquisição da cidadania italiana.

A população estrangeira representa, portanto, 7,1% do total (6,5% em 2008). As nacionalidades estrangeiras mais representadas são: a romena (953 mil), albanesa (472 mil) e marroquina (433 mil) que, combinadas, constituem 43% da população de imigrantes. Entre os asiáticos a principal comunidade é a chinesa, com 181 mil membros. A principal comunidade dos países subsaarianos é a senegalesa, com 71 mil membros. Entre os países da América do Sul prevalece a comunidade equatoriana, com 85 mil membros, seguida pela peruana, com 83 mil.

Dos cerca de 4,3 milhões de imigrantes, segundo estimativa feita em 1º de janeiro de 2010, 22% tem até 17 anos de idade e 70% menos de 40 anos. Entre os italianos as mesmas percentagens são, respectivamente, 17% e 43%.

A incidência da presença estrangeira varia, portanto, conforme a faixa de idade, apresentando uma maior proporção entre os menores de idade e a população em idade ativa. Frente a uma taxa média geral de incidência de 7,1%, as crianças estrangeiras representam 9,2% do total, enquanto aqueles com idade entre 18 e 39 anos somam 12,1%.



Ao final de 2008, os brasileiros residentes na Itália eram 41.476 (13.425 homens e 28.051 mulheres). A tabela abaixo mostra a distribuição regional.



Região	Homens	Mulheres	Total
Piemonte	1.522	2.807	4.329
Valle d'Aosta	27	99	126
Liguria	253	615	868
Lombardia	4.079	7.499	11.578
Trentino Alto Adige	266	540	806
Veneto	2.483	4.079	6.562
Friuli Venezia Giulia	152	393	545
Emilia Romagna	1.028	2.306	3.334
Marche	272	738	1.010
Toscana	840	2.055	2.895
Umbria	169	433	602
Lazio	1.263	3.257	4.520
Campania	269	1.039	1.308
Abruzzo	263	473	736
Molise	22	53	75
Puglia	148	535	683
Basilicata	19	70	89
Calabria	95	264	359
Sicília	151	537	688
Sardenha	104	259	363
TOTAL	13.425	28.051	41.476

2.1.2. A população ativa

Em 2009, na faixa etária de 15-64 anos, a taxa de emprego – ou seja, a relação entre a população empregada e a população em geral – situou-se, no âmbito nacional, em 57,5% (-1,2% ao

ano). Esta taxa é inferior em mais de 7% com relação à média da União Europeia (64,6%).

No âmbito regional, as estimativas de taxa de emprego mais elevadas registram-se nas regiões da Emilia-Romagna, Trentino-Alto Adige (68,5% em ambos os casos) e Valle d'Aosta (67,0%) e as menores na Campania (40,8%), Calábria (43,1%) e Sicília (43,5%).

Em 2009, a estimativa mais alta das taxas de emprego feminino registrava-se na Emilia-Romagna, Trentino-Alto Adige e Valle d'Aosta; nas duas primeiras regiões apresentavam-se as maiores taxas também para os homens.

Em todas as regiões do sul, as taxas de emprego para as mulheres são modestas, e de qualquer forma, inferiores à média nacional. Na Campania, Sicília, Puglia e Calábria, estima-se que a proporção de mulheres empregadas entre 15 e 64 anos é menos da metade com relação à Emilia-Romagna. No Trentino-Alto Adige e na Emilia-Romagna mais de sete entre cada dez homens com idades entre 15 e 64 anos encontram-se empregados; na Campania e na Calábria pouco mais de cinco.

Igualmente, no âmbito das províncias, as taxas de emprego são mais elevadas no norte.

A maior taxa é encontrada nas províncias de Bolzano, Bologna e Reggio Emilia, com cerca de sete empregados em cada dez cidadãos entre 15 e 64 anos.

Por outro lado, as taxas de emprego mais baixas situam-se exclusivamente nas províncias do sul. Particularmente em Crotone, Caserta e Nápoles, estão empregados menos de quatro por cada dez pessoas com idade entre 15 a 64 anos.

A taxa de emprego feminino na maioria das províncias do sul é muito inferior à média nacional correspondente: em Crotone estão empregadas cerca de duas mulheres para cada dez. No recorte de setores de atividade econômica, as regiões com maior percentagem de trabalhadores na agricultura são a Calábria (9,5% do emprego total na região), Puglia (8,7%), Basilicata (7,6%), Sicília (7,2%) e Molise (6,9%).

No setor industrial a quota de empregados mais elevada registra-se na região de Marche (40,3%), Veneto (38,3%) e Lombardia (35,6%). O Abruzzo é a única região da Itália



meridional que apresenta uma percentagem de empregados na indústria (30,3%) próximo da média nacional.

Nos serviços, enfim, Lazio (79,1%), Liguria (78,1%), Sicília (74,7%) e Sardenha (73,5%) destacam-se pela maior quota de empregados neste setor, em comparação com uma média nacional de 67,0%.

Entre 2008 e 2009, a taxa de desemprego passa, na Itália, de 6,7% para 7,8%, em comparação com a taxa de 8,9% registrada nos 27 países da União Europeia. Em comparação com a UE, a menor taxa de desemprego está associada, na Itália, com o mais alto indicador de inatividade, cuja taxa está situada em 37,6% (a média da UE é 28,9%).

As regiões com maior taxa de desemprego são a Sicília (13,9%), a Sardenha (13,3%) e a Campania (12,9%), aquelas com a menor taxa são a região do Trentino-Alto Adige (3,2%) e do Valle d'Aosta (4,4%). Em comparação com 2008, a Calábria é a única região do sul em que não houve um aumento do desemprego.

No recorte por gênero, a Sicília apresenta a taxa de desemprego mais elevada, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino, enquanto que o Trentino-Alto Adige apresenta as taxas mais baixas para ambos os sexos.

No âmbito provincial, os mais altos valores de taxa de desemprego em absoluto estão no sul: Sassari, Palermo e Agrigento excedem os 17%.

As províncias do norte apresentaram taxas de desemprego significativamente mais baixas. Observando-se a taxa de desemprego dos jovens, encontra-se um aumento do indicador, que passou dos 21,3% em 2008 para 25,4% em 2009.

No âmbito de regiões, as do sul apresentam os mais altos níveis, especialmente a Sardenha, Sicília e Basilicata (44,7%, 38,5% e 38,3%, respectivamente).

O Lazio é a única região do centro-norte a apresentar uma taxa superior à média nacional. O desemprego juvenil masculino é mais elevado na Sardenha, com uma taxa cinco vezes maior do que a do Trentino-Alto Adige.

Em três regiões do sul da Itália (Basilicata, Sardenha, Sicília) a taxa de desemprego juvenil feminino é bem superior aos 40% e quase 50% na Basilicata.

Cotas de empregados por setor econômico e por região - Ano 2009 (percentagem)

REGIÕES	Agricultura	Indústria	Serviços
Piemonte	3,9	32,8	63,4
Valle d'Aosta/ Vallée d'Aoste	4,0	23,5	72,4
Lombardia	1,7	35,6	62,7
Trentino-Alto Adige	5,2	25,5	69,2
Veneto	2,8	38,3	58,9
Friuli-Venezia Giulia	2,2	34,1	63,7
Liguria	2,1	19,8	78,1
Emilia- Romagna	4,1	33,9	62,0
Toscana	3,4	29,3	67,3
Umbria	4,3	30,5	65,2
Marche	2,6	40,3	57,1
Lazio	1,9	19,0	79,1
Abruzzo	3,6	30,3	66,1
Molise	6,9	28,2	64,9
Campania	4,1	23,5	72,4
Puglia	8,7	24,5	66,8
Basilicata	7,6	26,4	66,0
Calabria	9,5	18,7	71,8
Sicilia	7,2	18,0	74,7
Sardegna	5,8	20,7	73,5
ITÁLIA	3,8	29,2	67,0



2.2. Centros urbanos

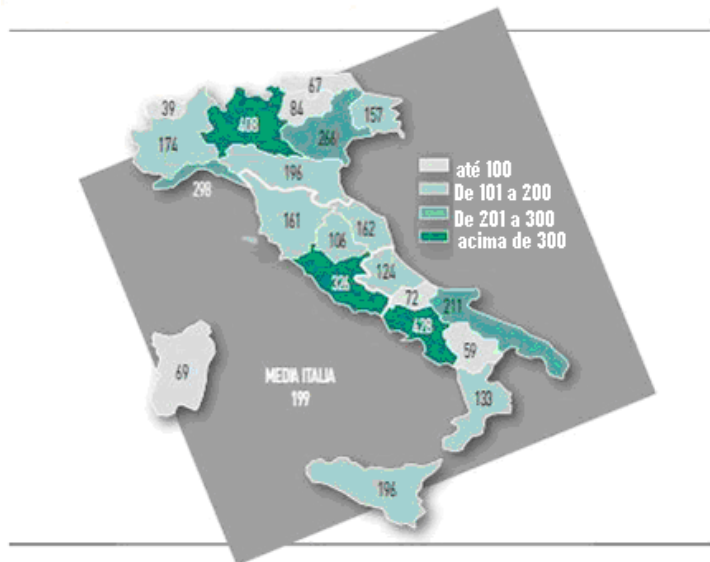
As principais unidades administrativas da Itália são: regiões, províncias e municípios.

Elas constituem uma primeira e importante referência para a análise do território com fins estatísticos. As regiões são agrupadas em áreas geográficas: noroeste, nordeste, centro e o chamado "mezzogiorno", que inclui o sul e Ilhas.

No início de 2010, os municípios italianos eram 8.094. A região com o maior número de municípios é o noroeste, com 3.061, enquanto que a com o menor número é a das ilhas, com 767.

Numa análise mais detalhada do ponto de vista territorial, as regiões com maior número de municípios são a Lombardia e o Piemonte.

Densidade da população residente - Janeiro de 2009, habitantes por km²



Número de municípios por região

Piemonte	1.206
Valle d'Aosta	74
Liguria	235
Lombardia	1.544
Trentino-Alto Adige	333
Veneto	581
Friuli-Venezia Giulia	218
Emilia-Romagna	348
Marche	239
Toscana	287
Umbria	97
Lazio	378
Campania	551
Abruzzo	305
Molise	136
Puglia	258
Basilicata	131
Calabria	409
Sicilia	390
Sardegna	377

2.3. Principais indicadores socioeconômicos

2.3.1. Salários

Em 2009, o crescimento dos salários diminuiu, quando a rápida deterioração do mercado de trabalho começou a exercer uma pressão para baixo sobre as negociações salariais, levando assim a uma moderação dos salários e a uma redução das gratificações. Além disso, a generalização dos acordos trabalhistas



para a redução da jornada contribuiu para limitar o aumento da remuneração por trabalhador.

A flexão negativa da renda familiar prosseguiu no primeiro trimestre de 2010, com uma redução de 0,2% em valor atual, em comparação com o trimestre precedente⁸.

Em maio de 2010, o índice da remuneração por hora de trabalho dos contratos apresentou um aumento de 0,1% sobre o mês anterior e 2,5% em relação a maio de 2009. O aumento ocorrido durante o período de janeiro a maio de 2010, em comparação com o período correspondente a do ano anterior, foi de 2,3%⁹.

Com base exclusivamente no que está previsto nos contratos em vigor até o final de maio de 2010, prevê-se um aumento de 2,1% do valor da hora de trabalho, numa projeção para o conjunto da economia em 2010.

2.3.2. Condições de vida

A crise econômica abalou as famílias italianas: em 2009, pela primeira vez desde o início dos anos noventa, a renda das famílias, enquanto consumidoras, reduziu-se em termos correntes com relação ao ano precedente (-2,7%).

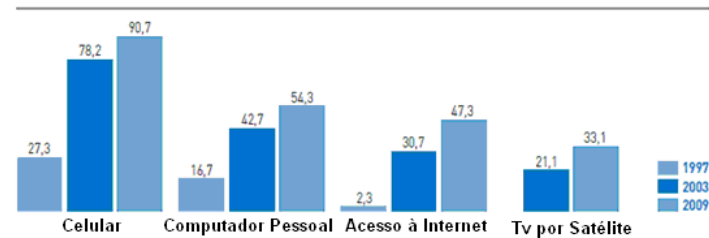
Considerando a evolução dos preços no período, o poder de compra foi reduzido em 2,5%, continuando a tendência de queda iniciada em 2008 (-0,9%). Ainda menos favorável foi a evolução da despesa em consumo final das famílias, que apresenta variações negativas tanto em termos nominais (-1,9%), quanto em quantidade (-1,8%): esta se soma à contração (-0,8%) registrada em 2008.

	2005	2006	2007	2008	2009
Poder de compra	0,6	0,6	0,9	-0,9	-2,5
Carga tributária corrente	13,9	14,6	15,0	15,4	15,3
Carga tributária geral	14,0	14,6	15,1	15,4	15,8
Carga tributária e fiscal corrente	28,0	28,4	29,0	29,5	29,8
Propensão à poupança	13,3	12,5	12,0	11,8	11,1
Propensão ao consumo	86,7	87,5	88,0	88,2	88,9

Fonte: ISTAT.

No que diz respeito à posse de alguns bens duráveis, em comparação aos anos anteriores (veja o gráfico abaixo que ilustra sua evolução desde 1997) confirma-se a tendência ao aumento da disseminação do telefone celular (presentes em 90,7% das famílias), computador pessoal (54,3%), acesso à Internet (47,3%) e TV por satélite (33,1%).

Bens tecnológicos em posse das famílias, de 1997 a 2009, por 100 famílias



8 "Reddito e risparmio delle famiglie e profitti delle società", ISTAT, Luglio 2010.

9 "Retribuzioni contrattuali", ISTAT, Giugno 2010.

Em 2009, 21,5% da população com idade superior a 3 anos declarou praticar um ou mais esportes regularmente,



e 9,6% eventualmente. Pessoas que não praticam qualquer atividade esportiva, afirmam realizar alguma atividade física (como caminhada, ciclismo, natação) são 27,7%. Os sedentários, aqueles que não praticam nenhum esporte ou qualquer atividade física são 40,6%, valor que sobe para 44,8% entre as mulheres e situa-se em 36,1% entre os homens.

O esporte é uma atividade de lazer tipicamente jovem: a maior quantidade de pessoas, que praticam esportes regularmente, encontra-se numa faixa de idade entre 6 e 17 anos, especialmente entre os de sexo masculino com idades entre 11 e 14 anos (61,1%), enquanto que as taxas dos que praticam esportes ocasionalmente são mais altas entre pessoas com idade entre 20 e 24 anos (15,5%).

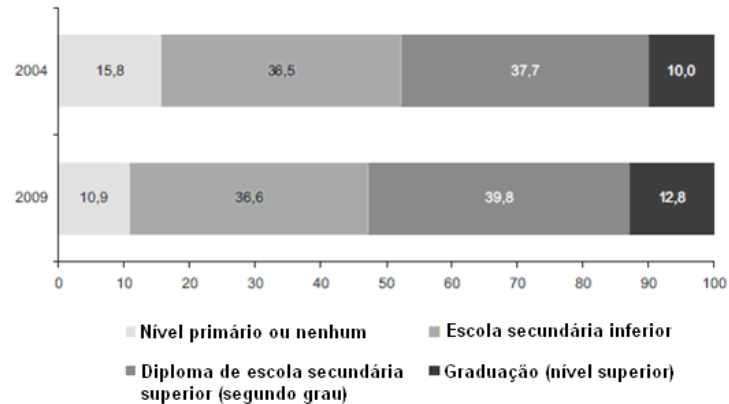
2.3.3. Educação

Os níveis de educação da população italiana ainda são críticos: em 2009, pouco menos de 11% da população entre 15 e 64 anos possuía apenas o ensino fundamental ou nenhuma qualificação, 36,6% havia completado o ensino secundário inferior e 40%, o ensino secundário superior; as pessoas com graduação representavam 12,8% do total. A transição para níveis mais elevados de formação é lenta: desde 2004 observa-se uma redução de cerca de 5% entre aqueles que frequentaram somente a escola primária, e um aumento em favor das pessoas com ensino secundário (+2,1%) e ensino superior (+2,0%).

A evolução é mais rápida nas regiões centrais e do norte, onde os níveis de escolaridade de nível inferior no período 2004-2009 mostram uma diminuição de cerca de 11%, enquanto no sul se manifesta uma dinâmica mais modesta (-5,9%).

A redução é compensada pelo crescimento do número de pessoas com diploma de escola secundária e também de nível superior, particularmente na região nordeste. Este fato se deve principalmente à dinâmica positiva da população feminina (a percentagem de graduados aumentou 3,7%), enquanto entre os homens a graduação cresce menos do que os diplomados de nível médio (respectivamente 1,9% e 2,5%).

População de 15-64 anos por nível de escolaridade, 2004 e 2009 (composição percentual)



A formação escolar está obviamente mais presente entre os setores mais jovens: em 2009, 75,8% deles estava cursando o nível superior (a média europeia em 2008 era de 78,5%). Embora ainda longe do objetivo de Lisboa para 2010 (85%), o valor obtido é o resultado positivo do longo processo de mudança do sistema escolar, embora ainda existam diferenças geográficas significativas, com valores superiores à média nacional no centro (+5,5%) e no nordeste (+3,5%), enquanto o sul está 3,4 pontos abaixo do valor médio. As moças têm maiores taxas de escolaridade do que os rapazes em todas as áreas, com uma diferença de sete pontos: o diferencial é mais pronunciado no nordeste (nove pontos).

3. Transportes e comunicações

3.1. Transporte e infraestrutura

A atual fase de desenvolvimento econômico e, mais ainda, as mudanças na tecnologia e no comportamento social,



implicam em um aumento da procura por transportes: as pessoas e as mercadorias circulam cada vez mais e este fenômeno é acompanhado por mudanças profundas nas características da demanda de transporte. Na Itália, em particular, desde o início dos anos 90, o fluxo total de passageiros tem aumentado mais do que o produto interno bruto. Os fatores que levaram às mudanças na demanda por transporte de mercadorias são muitos, tanto de natureza micro como macroeconômicos.

A globalização dos mercados significa que todo o sistema de produção está cada vez mais articulado numa escala global. A tal cenário, junte-se o processo de integração econômica da Europa, que encoraja as empresas a estender seu raio de ação seja para a compra de insumos de produção, seja para a venda de produtos.

Entre o final de 2008 e o início de 2009, o ramo de transportes passou por uma fase de forte contração dos negócios. O transporte marítimo sofreu um declínio do faturamento de 15% a 20% entre o final de 2008 e o início de 2009, enquanto que o pior resultado registrado durante o mesmo período refere-se ao transporte aéreo. A partir do segundo trimestre de 2009 assistiu-se a uma ligeira recuperação, mais acentuada para o transporte aéreo.

3.1.1. Rede rodoviária

Na Itália, a rede rodoviária estende-se por 3.413,4 quilômetros, garantindo uma eficiente mobilidade no território nacional e no acesso às fronteiras europeias. A rede de autoestradas representa um importante indicador do desenvolvimento do setor dos transportes, relacionada com a movimentação de grandes volumes de tráfego de veículos, de pessoas e de bens. Indiretamente, é também um indicador da pressão que o tráfego de veículos exerce sobre o ambiente.

O trânsito de mercadorias por rodovias em relação à população é de 30,1 milhões de toneladas-quilômetro por dez mil habitantes, inferior à média da UE (38,0).

O transporte de mercadorias por rodovias continua a ser preferido em detrimento de outros modos de transporte

(ferroviário e marítimo), resultando em congestionamentos nas estradas. A construção de novas estradas não é, entretanto, a única solução possível, e busca-se encontrar alternativas válidas e eficientes tais como o transporte rodo-ferroviário.

Também no âmbito europeu se está tentando transferir o transporte de mercadorias da modalidade rodoviária para o setor marítimo e ferroviário.

Todas as regiões do norte apresentam uma densidade de malha rodoviária superiores à média nacional, com exceção das províncias autônomas de Trento (12,8 km por cada mil km² de superfície territorial) e Bolzano (17,8 km por mil km²), onde os dados são influenciados pela topografia. Ao centro, todas as regiões apresentam, ao contrário, indicadores abaixo da média nacional, com exceção do Lazio (27,3 km por cada mil km²). A Umbria, com 7,0 km por cada mil km² de território, é a região com a menor quilometragem em relação à média nacional. O sul tem uma malha rodoviária ainda menor, com exceção de três regiões: Abruzzo (32,7 quilômetros por mil km²), Campania (32,5 km por mil km²) e Sicília (25 km por mil km², em aumento relativamente a 2001). As regiões com a menor malha são a Basilicata, a menor do território nacional (2,9 km por mil km²), e Molise (8,1 mil km por km²).

De todos os sistemas de transporte, o rodoviário é de longe o mais perigoso e tem o mais alto preço em termos de vidas humanas. Por esta razão, o Programa de Ação Europeu de Segurança Rodoviária 2003-2010 inclui uma série de medidas como o reforço dos controles rodoviários, o uso de novas tecnologias de segurança, a melhora da infraestrutura rodoviária e ações para melhorar a o comportamento dos usuários. O objetivo final, em 2010, é reduzir em pelo menos 50% a taxa de mortalidade.

A Itália se caracteriza por uma taxa de automóveis por habitante entre as maiores da Europa, resultando em pressões ambientais muito fortes, com óbvios impactos em termos de poluição atmosférica e o uso do solo, bem como os custos elevados para a saúde, a segurança e a qualidade de vida das pessoas. Há, no entanto, algumas tendências positivas, determinadas tanto pela progressiva renovação do parque de



veículos, com maior utilização de veículos com emissões cada vez mais limitadas, quanto pela maior propensão ao uso de transportes públicos locais. As políticas de incentivo fiscal para a compra de carros novos facilitaram a renovação do parque automobilístico, contribuindo para a redução das emissões poluentes e do consumo de combustível.

3.1.2. Rede ferroviária

Em janeiro de 2010, as linhas ferroviárias em operação eram 16.685 numa rede de 24.179 km. Para aumentar a quantidade e a qualidade da oferta de transporte ferroviário está sendo construída uma rede de trens de alta velocidade articulada e ampla, por meio de novas linhas e a modernização das existentes ao longo das rotas de maior tráfego, de norte a sul do país. O objetivo é melhorar a integração com a rede europeia e contribuir para reestruturar o sistema de transporte italiano, hoje altamente desequilibrado em favor das rodovias.

A Comissão Europeia, no “Livro Branco” sobre os transportes - no capítulo dedicado ao transporte ferroviário, setor estratégico do qual depende o reequilíbrio dos transportes na Europa, especialmente para o transporte de mercadorias - destaca alguns problemas ainda não resolvidos: a falta de infraestrutura adequada para um transporte moderno; a ausência de intermodalidade entre redes e sistemas, a carência de pesquisas sobre tecnologias inovadoras; bem como a falta de confiabilidade de um serviço que não mais atende às necessidades dos cidadãos.

3.1.3. Transporte marítimo

As instalações portuárias estão se tornando cada vez mais importantes para o transporte de mercadorias e de passageiros, no âmbito de novas políticas europeias. A fim de lidar com a previsão de crescimento do transporte de mercadorias sem aumentar a carga da malha rodoviária, de fato, o transporte marítimo deve desempenhar um papel mais importante no futuro. Os portos

marítimos deverão tornar-se a principal interface de redes de transportes terrestres, melhorando as conexões intermodais, tornando-se pólos de trocas comerciais com forte potencial de crescimento.

As autoridades portuárias são entidades com pessoa jurídica de caráter público, com fins não-econômicos, de caráter público e supervisionadas pelo Ministério dos Transportes. Atualmente são 25: Ancona, Augusta, Bari, Brindisi, Cagliari, Catania, Civitavecchia, Génova, Gioia Tauro, La Spezia, Livorno Manfredonia Marina di Carrara, Messina, Nápoles, Olbia, Palermo, Piombino, Ravenna, Salerno, Savona, Taranto, Trapani Trieste, Venezia ¹⁰.

Destacam-se, pela sua importância para o comércio internacional, os principais portos livres italianos: Gênova, Livorno, Civitavecchia, Messina, Trieste.

Em 2009 o volume de negócios do transporte marítimo sofreu uma desaceleração geral de 12,6%.

3.1.4. Transporte aéreo

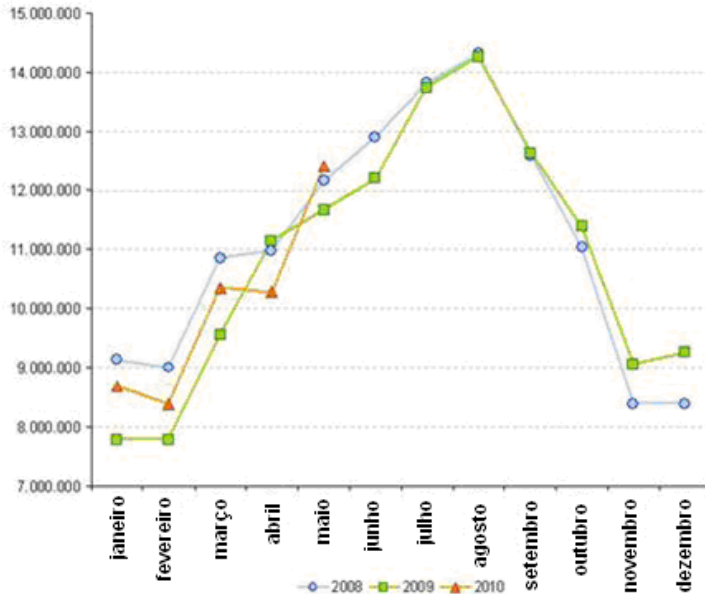
2009 foi um ano particularmente ruim para o transporte aéreo, após anos de evolução positiva. De fato, o volume de negócios caiu em 20,9%.

No mesmo ano, o transporte de passageiros diminuiu em 4,7% (em comparação com 2008) no que diz respeito ao tráfego internacional. A variação negativa total do setor foi de -2,3%.

¹⁰ Para mais informações, consultar o site do Ministério dos Transportes (www.transporti.gov.it).



O transporte aéreo de passageiros nos aeroportos italianos. Anos 2008 - 2010



Fonte: Ministério do Turismo - Observatório Nacional.

Para informações mais específicas sobre os voos regulares entre a Itália e o Brasil ver o anexo.

3.2. Comunicações

A difusão das tecnologias de informação na indústria e nos serviços básicos está próxima da saturação. Em janeiro de 2009, 96,2% das empresas pelo menos com 10 funcionários declaravam utilizar o computador e 93,9% têm conexão à Internet. 83% das empresas estão conectadas à Internet por banda larga.

No entanto, o emprego de tecnologias mais complexas está menos difundido. Também em janeiro de 2009, somente uma

entre 5 empresas, utilizavam redes móveis; em média, 21,9% dessas empresas possuíam redes Intranet e 15% Extranet; os sistemas operacionais de código aberto eram utilizados por 13,1% das empresas, enquanto que a assinatura digital era empregada por 20,2% das unidades.

Apesar da alta disseminação do uso de computadores pessoais, em janeiro de 2009, menos da metade do pessoal das empresas com pelo menos 10 empregados (43,6%) utilizavam suporte de TI para a realização do próprio trabalho, enquanto que um entre três empregados utilizava computadores ligados à rede.

Na Itália, os bens e serviços de tecnologia mais populares são a TV, presente em 96,1% dos lares e celular (90,7%). Segue-se o leitor de DVD (63,3%), gravadores de vídeo (55,7%), computador pessoal (54,3%) e acesso à Internet (47,3%). Entre os bens tecnológicos presentes nos lares destacam-se também a antena parabólica (33,1%), a câmera de vídeo (28,3%) e os aparelhos de videogames (20,1%).

Comparado com 2008, aumentou a proporção de domicílios que possuem computadores pessoais, tendo passado de 50,1% para 54,3%, como também o percentual de pessoas que têm acesso à Internet (de 42% para 47,3%).

Também melhora a qualidade da conexão utilizada para acessar a rede a partir de casa: diminuiu drasticamente, de fato, o uso de banda estreita (conexões via telefone ou uma linha ISDN), que caiu dos 9,1% para 6,6% e, vice-versa, aumentou a proporção de domicílios com conexão de banda larga (linha telefônica com ADSL ou outro tipo de conexão), tendo passado de 27,6% para 34,5%. Também aumentou a posse de aparelhos de DVD (de 59,7% para 63,3%) em detrimento dos velhos gravadores de vídeo (de 58,1% para 55,7%).

São as famílias do centro e do norte que tem a percentagem mais elevada de bens tecnológicos. O computador pessoal, por exemplo, é difundido em igual medida no centro e no norte (mais de 55% dos lares) e menos no sul (49,7%). Além disso, no centro-norte encontra-se a maior proporção de domicílios com acesso à Internet (mais de 48%) e conexão de banda larga (cerca de 36%), enquanto que no sul e nas ilhas o acesso é, respectivamente, de 42,3% e 29%.



Entre 2008 e 2009, reduziu-se ligeiramente o fosso tecnológico entre o norte e o sul. Por exemplo, entre o nordeste e o sul, a diferença quanto à posse de computador pessoal era de 7,9 pontos (9,3 em 2008), de 8,1 pontos quanto ao acesso à Internet (10,6 em 2008) e 7,4 pontos sobre a disponibilidade de conexão de banda larga (9,2 em 2008).

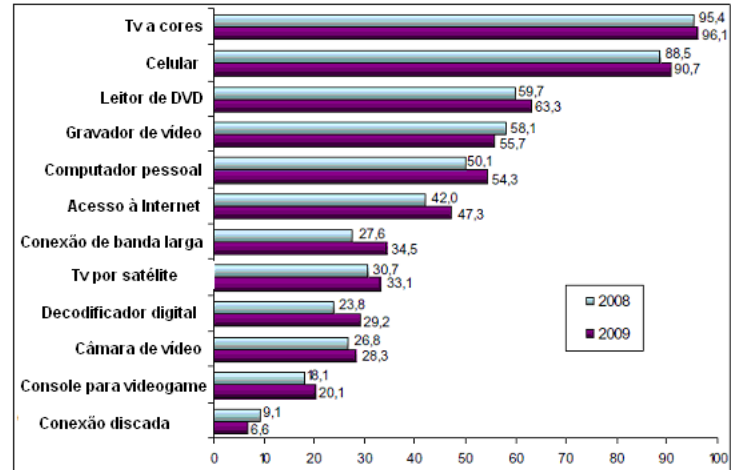
Considerando o percentual de domicílios com pelo menos um membro entre 16 e 64 anos, com acesso à Internet em casa, a Itália ficou para trás com relação a muitos países da Comunidade Europeia, estando colocada no 21º lugar, com uma taxa de acesso de 53% com relação à da média europeia que é de 65%. Próximos à Itália encontramos países como o Chipre (com 53%) e a República Tcheca (54%), enquanto que a Holanda, Suécia, Luxemburgo e Dinamarca mostram uma taxa de acesso superior a 83%.

Valores próximos aos que são encontrados na Itália encontram-se na Eslováquia (42%), Grécia (33%), Bulgária (26%) e Romênia (24%), enquanto que na Holanda, Dinamarca e Suécia há uma taxa de acesso de mais que o dobro. Comparado com 2008, houve um aumento de acesso à Internet em todos os países europeus.

34,6% dos internautas usam a Internet para enviar mensagens em salas de chat, newsgroups ou fóruns e 27,9% usam serviços de mensagens instantâneas. A Internet é menos utilizada para videoconferências (19,7%) e telefone (16,9%). Comparado com o ano precedente, houve aumento na utilização de sistemas de comunicação em tempo real: o uso do chat aumentou em 13,3% e o uso dos serviços de mensagens instantâneas 6,6%.

24,4% dos indivíduos com idade de 14 anos ou mais que usaram a Internet nos 12 meses anteriores à pesquisa, encomendaram e/ou compraram bens e/ou serviços para uso privado no mesmo período (equivalentes a 5,612 milhões pessoas). A este número se acrescenta 6,2% de usuários da Internet que encomendaram e/ou compraram bens e/ou serviços mais de um ano antes da pesquisa (1,437 milhões de pessoas).

Posse de bens tecnológicos por domicílio - 2008 e 2009 (por 100 domicílios)



4. Organização política e administrativa

4.1. Organização política

A Itália é uma república parlamentar com um sistema bicameral perfeito. Segundo o artigo 1º da Constituição, a Itália é uma república democrática baseada no trabalho. A soberania pertence ao povo, e é exercida nos termos e nos limites da Constituição.

A República, una e indivisível, reconhece e promove as autonomias locais; o Estado e a Igreja Católica são, cada instituição na sua própria esfera, independentes e soberanos.

Suas relações são regulamentadas pelos Pactos Lateranenses. Sob esta denominação definem-se os acordos de reconhecimento mútuo entre o Reino da Itália e a Santa Sé, assinados em 11 de fevereiro de 1929. Foram negociados entre o cardeal Pietro Gasparri, secretário de Estado, em nome da Santa



Sé e Benito Mussolini, líder fascista, como primeiro-ministro italiano.

Os Pactos estavam compostos por três documentos distintos: o Tratado que reconheceu a independência e a soberania da Santa Sé e fundou o Estado da Cidade do Vaticano, reafirmando que a religião católica é a única religião oficial; o Tratado Financeiro que obrigava a Itália a reparar os danos causados à Santa Sé com a ocupação de Roma em 1870, e a da Concordata, que definiu as relações civis e religiosas entre a Igreja e o Governo na Itália: exigia dos bispos jurar lealdade ao Estado italiano, mas, sobretudo, atribuía ao casamento religioso efeitos civis e que os processos de anulação estariam sob a jurisdição dos tribunais eclesiásticos; o ensino da doutrina católica, definido como o fundamento e a coroação da educação pública, tornava-se obrigatório nas escolas primárias e secundárias; os sacerdotes secularizados ou punidos pela censura da Igreja não poderiam obter ou manter-se em um emprego público no Estado italiano.

Todas as confissões religiosas são igualmente livres perante a lei. O ordenamento jurídico italiano conforma-se às normas geralmente reconhecidas do direito internacional.

O Presidente da República é o "chefe de Estado e representa a unidade nacional".

O governo é chefiado pelo primeiro-ministro, indicado pelo Chefe de Estado. O primeiro-ministro, encarregado pelo Presidente, apresenta-se ao Parlamento, para obter o voto de confiança. Salvo dissolução antecipada das Câmaras (prerrogativa do Presidente da República), a legislatura tem a duração de cinco anos. O sistema eleitoral é majoritário com uma quota proporcional de 25%.

O primeiro-ministro nomeia os ministros, responsáveis, individualmente, pelos atos de seus Ministérios e, de maneira colegiada, aqueles deliberados pelo Conselho de Ministros.

Os ministérios mais importantes e diretamente relacionados com o comércio internacional são o Ministério da Economia e Finanças e o Ministério do Desenvolvimento Econômico. Para mais informações, consultar o site do governo italiano (www.governo.it).

O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento composto

pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República.

Finalmente, o Poder Judiciário é confiado à Magistratura e é um órgão autônomo e independente de todos os outros poderes.

4.2. Organização administrativa

Nos termos da Constituição da República, a Itália é subdividida em regiões, províncias e municípios.

De acordo com dados de 2009, as 10 cidades italianas mais populosas são: Roma, Milão, Nápoles, Turim, Palermo, Gênova, Bolonha, Florença, Bari, Catânia. Cinco das vinte regiões italianas têm um estatuto autônomo.

A região do Trentino Alto Adige é composta por duas províncias autônomas, Trento e Bolzano, e nelas se concentra o bilinguismo alemão-italiano. O Vale d'Aosta tem as mesmas características, com a língua francesa que é falada junto com o italiano. As outras regiões autônomas são Friuli-Venezia Giulia, Sardenha e Sicília.

A província é uma instituição local que tem jurisdição sobre os municípios (Comuni) nela compreendidos; estes, por sua vez, representam a comunidade local e são os que melhor refletem e acompanham a vida de cada cidadão. Podemos comparar o município a cada cidade, ou distrito, que concentrem as atividades mais importantes da comunidade.

5. Organizações e acordos internacionais

Tendo assinado o Tratado de Paris em 1951, que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a Itália é um dos seis membros fundadores da União Europeia (ver o site oficial http://europa.eu/index_it.htm) e participou de todos os principais tratados de unificação europeia, incluindo a entrada na zona do euro em 1999. Desde 2002, de fato, a moeda oficial é o Euro (€) para substituir a Lira (£) e o câmbio foi fixado em 1€ = 1.936,27 Liras.

A Itália é também membro fundador da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (www.nato.int), uma



aliança formada em 1949 para a cooperação em defesa, que é atualmente constituída por 28 países membros.

O país é membro do Conselho da Europa (www.coe.int). Também constituído em 1949, tem como objetivo incentivar a criação de uma sociedade democrática e de direito no nível da Europa, em conformidade com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e outros textos de referência sobre a proteção do indivíduo.

A Itália é membro da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (www.oecd.org), organização que visa estabelecer formas de cooperação e coordenação no campo econômico entre as nações europeias.

Além disso, a Itália é país-membro da ONU - Organização das Nações Unidas (www.un.org), a mais importante organização internacional. Além das suas funções relacionadas com a ordem econômica, a ONU é responsável por manter a segurança internacional.

Juntamente com 27 outros países, a Itália forma parte também da União Europeia Ocidental (www.weu.int), uma organização internacional militar e de cooperação política, de nível regional.

Finalmente, a Itália faz parte do G8, ou da Cúpula de Chefes de Governo dos oito países mais industrializados do mundo, juntamente com França, Alemanha, Japão, Reino Unido, EUA e Canadá (site oficial da Cúpula de 2009: www.g8italia2009.it).

Em 1999, foi fundado o G20, composto pelos ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais dos principais países industrializados e economias mais desenvolvidas. O grupo dos 20, que promove debates construtivos sobre a economia global, é composto por 19 membros, incluindo a Itália (sendo já membro do G8) e o Brasil. O vigésimo componente é a própria União Europeia, para garantir a cooperação econômica (www.g20.org).



II – ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1. Conjuntura econômica

A economia italiana, que já havia sofrido uma crise conjuntural no primeiro semestre de 2008, foi afetada pela fase de grave recessão cíclica, desencadeada no nível internacional após a crise originada nos mercados financeiros, e que atingiu violentamente a zona do euro.

A queda da atividade econômica acentuou-se paulatinamente, assumindo um ritmo mais acelerado no início de 2009. No primeiro trimestre houve uma contração de todos os componentes da demanda, com exceção das compras públicas, que permaneceram praticamente estáveis.

O consumo das famílias mostrou um ligeiro agravamento da tendência negativa já evidente no final de 2008. Esta queda ficou concentrada nos bens sem estender-se à componente dos serviços. Este fato parece indicar a existência de um comportamento seletivo nas decisões para reduzir as despesas do núcleo familiar. Registrou-se também um aumento da propensão a poupar.

O impacto mais negativo veio do lado do investimento que apresentou uma queda de grande intensidade. A componente de máquinas e equipamentos foi particularmente afetada pelo impacto sobre o conjunto das empresas, pelas dificuldades de financiamento e pelo aumento da incerteza, com uma retração de quase 7%. Os investimentos em construção, por sua vez, apresentaram uma queda muito modesta, que se vem nitidamente atenuando.

Num quadro marcadamente recessivo para ambos os fluxos do comércio, a demanda líquida externa contribuiu com 0,6% para a queda do PIB. Este resultado é derivado da significativa aceleração da queda das exportações de bens e serviços, penalizadas pela crise do comércio internacional, que foi compensada por um declínio relativamente mais lento das importações.

Em 2009¹ prossegue a fase recessiva da economia italiana, iniciada em 2008: o produto interno bruto (PIB) caiu 5,0%, o nível de emprego, 2,6% e a produtividade do trabalho (medida pela relação PIB/número de empregados), 2,5%.

Em termos regionais, o PIB contraiu-se 6,1% no noroeste, 5,6% no nordeste, 3,9% no centro e 4,1% no sul.

O noroeste é a área geográfica onde a crise econômica se fez sentir mais. Para a contração do PIB (-6,1%) contribuem igualmente a redução do número de empregados (-3,1%) e da produtividade (-3,1%). No nível setorial, a queda do PIB deve-se grande parte à queda acentuada da margem de lucro da indústria (-15,0%) que não foi compensada pelo desempenho do setor de serviços e da agricultura, que também caiu (respectivamente de 2,8% e 0,6%).

1 Fonte: ISTAT.



O produto interno bruto, o emprego e a produtividade por distribuição geográfica (Variações percentuais em relação ao ano anterior) - Ano 2009

Regiões agregadas	Centro-Norte				Sul	Itália
	Noroeste	Nordeste	Centro	Total		
PIB	-6,1%	-5,6%	-3,9%	-5,3%	-4,1%	-5,0%
Empregados	-3,1%	-2,5%	-1,8%	-2,5%	-3,0%	-2,6%
PIB por empregado	-3,1%	-3,2%	-2,2%	-2,9%	-1,1%	-2,5%

Fonte: ISTAT.

O resultado do nordeste² é negativo, entretanto mais atenuado: o PIB caiu 5,6%, o emprego 2,5% e a produtividade 3,2%. Mesmo neste caso, é o setor industrial que apresenta a queda mais acentuada na margem de lucro (-13,5%); o setor agrícola fornece uma contribuição positiva (+0,5%), enquanto os serviços apresentam uma queda que acompanha a média nacional (-2,6%).

O centro é a área geográfica menos afetada pela recessão: o PIB caiu 3,9%, o emprego 1,8% e a produtividade do trabalho 2,2%. O setor agrícola apresenta uma queda da margem de lucro de 7,3%, mais forte que a média nacional (equivalente a -3,1%), enquanto que na indústria e nos serviços, a dinâmica, apesar de negativa, é menor em comparação com os dados nacionais (-10,4 e -2,4%, respectivamente, em comparação com -13,2 e -2,6%).

No sul, a queda do PIB foi de 4,1%, e a do emprego 3,0%; conclui-se que a queda da produtividade é mais limitada (-1,1%) que a registrada nas outras áreas. O desempenho negativo da agricultura (-4,7%), da indústria (-11,8) e dos serviços (-2,6%) contribuíram para o mau resultado do PIB.

Margem de lucro sobre os preços-base e postos de trabalho por setor e área geográfica (variações percentuais em relação ao ano anterior) - Ano 2009

Regiões agregadas	Centro-Norte				Sul	Itália
	Noroeste	Nordeste	Centro	Total		
Valor agregado						
Agricultura, silvicultura e pesca	-0,6%	0,5%	-7,3%	-2,0%	-4,7%	-3,1%
Indústria	-15,0%	-13,5%	-10,4%	-13,5%	-11,8%	-13,2%
Serviços	-2,8%	-2,6%	-2,4%	-2,6%	-2,6%	-2,6%



Postos de trabalho						
Agricultura, silvicultura e pesca	-0,6%	-1,0%	-1,8%	-1,1%	-2,7%	-1,8%
Indústria	-6,9%	-5,8%	-4,2%	-5,9%	-6,6%	-6,0%
Serviços	-1,3%	-0,8%	-0,9%	-1,1%	-1,9%	-1,3%

Fonte: ISTAT.

No primeiro trimestre de 2010, o produto interno bruto (PIB), expresso em valores concatenados ao ano de referência de 2000, corrigidos pelo calendário e dessazonalidade, aumentou em 0,4% face ao trimestre anterior e 0,5% em relação ao primeiro trimestre de 2009.

Em termos conjunturais, as importações de bens e serviços aumentaram 3,3%, de modo que o total dos recursos (PIB e as importações de bens e serviços) aumentou 0,9%. No lado da demanda, as exportações aumentaram 5,3% e os investimentos fixos brutos 0,6%, enquanto que o consumo doméstico final caiu 0,1%.

Neste último âmbito, os gastos das famílias permaneceram estáveis, enquanto que os da Administração Pública (AP) e das Instituições Sociais Privadas (ISP) caíram 0,5%.

O aumento dos investimentos foi impulsionado por um crescimento de 2,2% dos investimentos em máquinas e equipamentos e outros produtos, enquanto as compras de material de transporte diminuíram 0,5% e o investimento em construção 0,3%.

Em termos de tendência, as exportações aumentaram 5,0%, as importações 4,5%. As despesas das famílias cresceram em 0,7%, enquanto as da Administração Pública e das ISP diminuíram em 0,3%.

O gasto das famílias no território nacional aumentou 0,8%, especialmente o consumo de bens duráveis, que subiu 8,1%. A aquisição de serviços aumentou em 1,0%, enquanto o consumo de bens não-duráveis diminuiu 1,4%.

Sempre em termos de tendência, a formação bruta de

capital fixo registrou um decréscimo de 1,2%, refletindo uma redução de 4,1% para investimentos em construção e um aumento de 3,5% para os meios de transporte e de 2,0% para as máquinas e outros produtos.

1.1. Emprego

No primeiro trimestre de 2010, o número de empregados era de 22.758.000 unidades, uma diminuição de 0,9% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior (-208.000 unidades). A redução do nível de emprego foi o resultado de uma redução significativa da componente italiana (-391.000 unidades) e um forte crescimento da mão de obra estrangeira (+183.000 unidades). A redução acentuada do número de empregos na indústria propriamente dita continua, sobretudo, no norte. O perdurar da acentuada redução de postos de trabalho fixos, tem por contrapartida a interrupção da tendência de queda do trabalho temporário (empregos com prazo fixo e colaboradores terceirizados) e a consolidação do emprego fixo com horário reduzido.

Em termos ajustados sazonalmente o nível de emprego total apresenta uma variação positiva de 0,1% com relação ao trimestre anterior. A taxa de emprego é de 56,6%, uma queda de oito décimos de ponto percentual com relação ao primeiro trimestre de 2009, enquanto o número de pessoas que procuram emprego atingiu 2.273.000 unidades (+291.000), um aumento de 14,7% face ao primeiro trimestre de 2009.

O aumento do desemprego concentra-se novamente no



norte, e entre os indivíduos que perderam os seus empregos anteriores. O aumento do desemprego é acompanhado por um aumento moderado dos inativos, reflexo de uma ligeira redução da população não economicamente ativa italiana, e um aumento da força de trabalho estrangeira.

No primeiro trimestre de 2010, a taxa de desemprego estava em média, em 9,1% (7,9% no primeiro trimestre de 2009).

Com relação à população em idade ativa (15-64 anos), a taxa de atividade indica um recuo marginal com relação ao mesmo período de 2009, ficando em 62,4%. A não-variação do nível de atividade do componente masculino está associada à ligeira queda do dado referente ao sexo feminino (de 51,3% para 51,2%). Em termos regionais, o aumento da taxa de atividade no norte é acompanhado pela estabilidade no centro e pela redução no sul, incluindo ambos os sexos.

A taxa de emprego entre os homens de 15 a 64 anos de idade, no primeiro trimestre de 2010, caiu para 67,6% (-0,9% ao ano) enquanto que entre as mulheres esta caiu para 45,7% (-0,6%). Como havia ocorrido nos quatro últimos trimestres, e apesar do crescimento do emprego, a taxa de emprego dos estrangeiros continuou a diminuir, ficando em 62,8% (65,2% no primeiro trimestre de 2009). Para os estrangeiros, o indicador situou-se em 74,5% entre os homens (78,3% no primeiro trimestre de 2009) e 51,8% entre as mulheres (52,4% no primeiro trimestre de 2009) apresentando, respectivamente, a décima e a terceira quedas tendenciais consecutivas.

A leve tendência à redução do número de postos de trabalho autônomos (-0,5%, correspondente a -28.000 unidades) é acompanhada por uma flexão mais forte do emprego fixo (-1,0% ou 180.000 unidades).

A agricultura registra uma contração no emprego (-3,1% ou 26.000 unidades), concentrada no norte e sul. A significativa tendência de queda do emprego na indústria propriamente dita (-250.000 unidades, equivalente a -5,2%) ocorre em sua maior parte nas grandes empresas da região norte.

Embora em termos absolutos, a queda tenha sido mais acentuada para os homens que para as mulheres

(respectivamente, -140.000 e -110.000 unidades por ano), a taxa de emprego feminino apresenta queda duas vezes superior à dos homens (-8,3% contra 4,0%).

O setor da construção civil apresenta uma tendência de queda (-0,3%, equivalentes a -6.000 unidades), exclusivamente no sul.

O setor dos serviços, após quatro quedas consecutivas, apresenta um modesto crescimento (0,5%, ou 74.000 unidades), devido ao aumento do número de trabalhadores fixos e autônomos (15.000 e 59.000 a mais, respectivamente) em especial nas regiões do norte.

A recuperação do setor deve-se às empresas de catering de pequeno porte, ao setor que presta serviços às empresas, mas sobretudo aos serviços domésticos, que empregam principalmente mulheres estrangeiras. Prossegue, em contrapartida, a queda do emprego nos setores da educação, saúde e serviço público em geral.

Na indústria e nos serviços, 299.000 empregados (245.000 no primeiro trimestre de 2009) declararam não ter trabalhado durante a semana em que se fez a pesquisa, ou ter trabalhado um número de horas inferior à jornada normal, por estarem sob o regime de subsídio à redução da jornada em empresas em crise (*Cassa integrazione guadagni*³).

No primeiro trimestre de 2010, o pequeno crescimento dos empregados sob o regime da *Cassa integrazione* ocorreu após o aumento muito mais pronunciado ocorrido em 2009, que levou a uma expansão gradual do número de trabalhadores nesse regime.

3 Nota do tradutor: A Cassa Integrazione Guadagni é uma medida prevista em lei que consiste numa prestação econômica feita pela previdência social italiana em favor dos trabalhadores que tenham sido dispensados do cumprimento da jornada em empresas em crise ou que trabalhem em regime de jornada reduzida.



*Nível de emprego por sexo e distribuição geográfica - 1º trimestre 2010
 Divisão geográfica Valores absolutos (milhares de unidades) Variações em % em relação ao 1º trimestre de 2009

	Ambos sexos	Masculino	Feminino	Ambos sexos	Masculino	Feminino
Total	22.758	13.615	9.143	-0,9	-1,0	-0,8
Norte	11.838	6.618	5.020	-0,6	-0,7	-0,4
- Noroeste	6.812	3.904	2.908	-0,5	-1,1	0,4
- Nordeste	5.026	2.914	2.112	-0,7	-0,1	-1,4
Centro	4.804	2.777	2.028	0,0	0,2	-0,4
Sul	6.116	4.020	2.096	-2,2	-2,3	-2,0

Fonte: ISTAT.

1.2. Inflação

A Comissão Europeia identificou a inflação como um dos parâmetros a serem monitorados entre os critérios de convergência estabelecidos pelo Tratado de Maastricht: a taxa média anual de inflação de cada país não deve exceder em mais de 1,5% a média da inflação dos três países da UE com melhor desempenho.

Em maio de 2010⁴, a taxa de inflação, medida com base no índice nacional de preços ao consumidor, caiu a 1,4%, com relação aos 5% registrados em abril.

Comparado com o mês anterior, o índice de preços ao consumidor aumentou em 0,1%. Com a exclusão da energia e dos produtos alimentares perecíveis, a taxa de crescimento dos preços no consumidor chega a 1,3%, dois décimos de ponto percentual abaixo do resultado de abril.

A redução da inflação reflete também a redução conjuntural dos preços dos serviços (-0,1% em relação a abril) e, em especial dos serviços de transporte (queda de 0,5%). Em contrapartida, o comportamento dos preços de bens (+0,2% sobre o mês precedente), amplamente explicado pelos aumentos dos preços dos produtos energéticos (-0,9% com relação a abril), contribuiu para a dinâmica de aumento do índice geral.

Quanto à tendência, a variação negativa dos preços dos serviços foi de 1,8%, enquanto no setor de bens a dinâmica de preços se estabilizou em 1,1%.

Em maio de 2010, o índice harmonizado dos preços ao consumidor, calculado levando em conta as reduções temporárias de preços, registrou um aumento de 0,1% sobre o mês anterior, e revelou-se 1,6% superior em relação a maio do ano anterior.

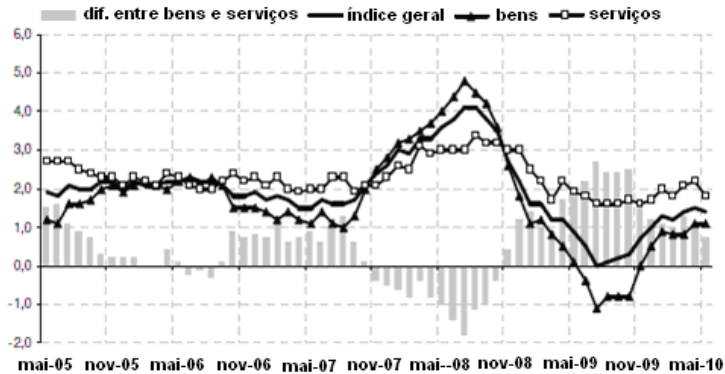
Desde 1990, a inflação foi diminuindo gradualmente na Itália, acabando por estabilizar-se entre dois e três por cento ao ano.

As décadas anteriores, no entanto, foram caracterizadas por uma elevada instabilidade monetária (com taxas de inflação superiores aos 20%), o que contribuiu para a crise cambial desencadeada em 1972. Em compensação, na década de noventa, embora condicionado pela crise cambial de 1992, houve um tímido crescimento da inflação, sobretudo pela eliminação do mecanismo de indexação dos salários (escala móvel).

No plano tendencial, as taxas de crescimento mais elevadas foram registradas no setor dos transportes (5,0%), outros bens e serviços (3,0%) e educação (2,5%). No entanto, houve reduções no setor de comunicações (-2,0%), dos alimentos e bebidas não alcoólicas (-0,4%), serviços e cuidados com a saúde (-0,2%).



Índices de preços ao consumidor de bens, serviços e índice geral (Variações percentuais face ao homólogo mês do ano anterior)



Fonte: ISTAT.

O desmembramento da taxa de crescimento do índice geral das cifras atribuídas aos vários setores indica que, em maio, a contenção da inflação deve-se ao andamento dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, comunicações e serviços e gastos com saúde, enquanto que a dinâmica de aumento do índice agregado deve-se atribuir ao setor de transportes.

1.3. O desempenho econômico das empresas

A partir de uma observação das taxas de crescimento das empresas, deduz-se que o aumento das vendas iniciou-se a partir do segundo semestre de 2008, tendo chegado a um pico no primeiro trimestre de 2009, ou seja, ao ponto mais baixo da atividade produtiva. Em seguida, observa-se uma diminuição da variabilidade, o que confirma a presença de efeitos recessivos generalizados dentro do sistema de produtivo. No período mais recente, relativo ao primeiro bimestre de 2010, a variabilidade volta a crescer, colocando em evidência a diferente capacidade das empresas em captar os sinais de recuperação da economia nacional e global. Esta tendência é mais pronunciada as indústrias

de médio porte.

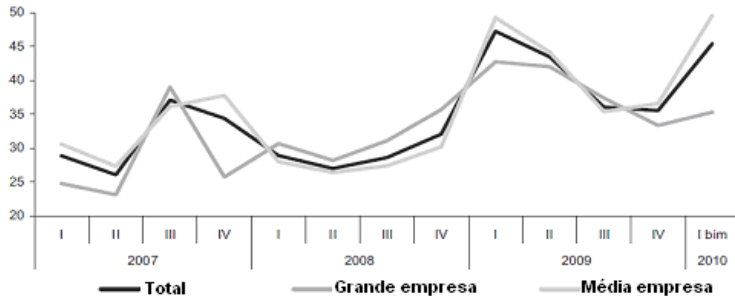
A análise da dinâmica do faturamento trimestral das grandes e médias empresas mostra, a partir do terceiro trimestre de 2008, um rápido e forte crescimento das empresas em grave dificuldade (taxa de variação tendencial negativa de faturamento trimestral superior aos 20%) e uma redução significativa no grupo de empresas com variações positivas, embora modestas, no volume de negócios, (taxas de crescimento da receita trimestral inferior a 20%). O grupo de empresas em forte expansão (taxas de crescimento do faturamento trimestral em mais de 20%) vai se reduzindo paulatinamente, atingindo o nível mínimo no primeiro e no segundo trimestres de 2009.

O ciclo de reversão posterior fica também evidente na distribuição do grupo de empresas que apresentam elevado crescimento, que voltam a se expandir, enquanto que a parte das empresas em contração moderada permanece inalterada. Embora diminuindo gradativamente, o número de empresas em dificuldade continua a ser significativo. Isso está relacionado com a situação do mercado próprio de cada uma. Empresas cujo mercado principal é o doméstico (com mais de dois terços do volume de vendas no mercado interno) parecem sentir menos os efeitos da crise, enquanto que aquelas com uma forte dependência do mercado externo (mais de dois terços do volume de negócios com o exterior) foram as primeiras a sofrer os efeitos da crise e sofreram um impacto maior na fase mais aguda.

Por outro lado, se as empresas mais dependentes da exportação (volume de negócios dependendo de um a dois terços da exportação) parecem ser as mais afetadas na fase mais aguda da crise, elas se destacam também pelo ritmo mais rápido de recuperação. Além disso, as empresas com uma forte dependência do mercado externo têm maiores taxas de crescimento em cada ciclo econômico, confirmando, por um lado, a maior vulnerabilidade frente às crises globais, mas por outro, a sua maior persistência como setor, estando entre aquelas que apresentam um crescimento mais constante.



Faturamento das grandes e médias empresas industriais - Anos 2007-2010 (Coeficientes de variação trimestral)



Fonte: ISTAT.

2. Principais setores de atividade

2.1. Agricultura

A produção agrícola e a rentabilidade apresentaram recuperação no primeiro trimestre de 2010⁵. Os dois indicadores, elaborados com dados expressos em termos reais, ajustados sazonalmente e corrigidos pelos dias úteis indicam, de fato, um crescimento de 2% e 2,5% respectivamente, quanto ao trimestre anterior. Esses resultados são extraídos das primeiras informações disponíveis sobre o andamento do plantio dos cereais de inverno, enquanto que para a pecuária o cenário parece bastante estável.

Em termos de preços dos produtos agrícolas há uma relativa estabilidade em relação ao quarto trimestre de 2009 (+0,3%), quase similar à registrada em relação aos preços dos insumos (+0,5%). A comparação com o primeiro trimestre de 2009, mais uma vez revela uma redução significativa no preço (-7%) frente a uma redução inferior dos custos.

A rentabilidade dos agricultores, medida à luz dos termos de troca (relação preços de produção-preços dos insumos) continua, portanto, a níveis muito mais baixos do que há dois anos, embora a comparação com 2008 fique prejudicada pelos aumentos recorde dos preços que atingiram alguns produtos no início deste ano.

Voltando ao primeiro trimestre de 2010, as maiores quedas de preços com relação ao mesmo período do ano passado, atingiram o trigo, os legumes, as frutas, o vinho e, em menor medida, a carne bovina, confirmando, com exceção das hortaliças, a tendência negativa iniciada em 2009.

Apresentou tendência de alta os preços da carne de porco, produtos lácteos e de azeite, porém, após um 2009 penoso do ponto de vista da remuneração dos produtos.

Enquanto isso, no front da indústria de alimentos, registrou-se um aumento do clima de confiança em uma recuperação conjuntural, mas principalmente estrutural, dinâmica, principalmente devido à retomada das expectativas de produção dos operadores.

Em maio de 2010, o índice de preços de commodities recebidos pelos produtores agrícolas foi de 107, um pouco menor em relação ao mês anterior (-0,3%) e inalterado em relação a maio de 2009. Em uma base mensal, houve um aumento de 1,2% para a safra total, enquanto a pecuária perde 1,8%. Em contrapartida, a comparação com maio de 2009 indica uma diminuição do índice de preços de produtos agrícolas (-2,4%) frente a uma recuperação da pecuária (2,2%).

Na categoria dos produtos agrícolas estão crescendo os preços dos produtos hortícolas (2,9%), dos cultivos industriais (+2,6%), cereais (2%) e, num nível menor, também vinho (0,5%).

O índice para o tabaco e óleos permanece estável, enquanto que o de frutas frescas e secas registra um decréscimo (-3,8%).



**Produção, produtos intermediários e valor agregado aos preços básicos
Valores a preços correntes (em milhares de euros/dólares de 2007 a 2009)⁶**

Produtos	2007		2008		2009	
	€	US\$	€	US\$	€	US\$
ITÁLIA						
AGRICULTURA	€	US\$	€	US\$	€	US\$
Culturas agrícolas	26.212.418	35.923.594	27.606.478	40.602.503	24.212.696	33.771.384
Culturas herbáceas	14.034.940	19.234.604	14.540.033	21.384.899	12.713.206	17.732.125
Culturas forrageiras	1.662.550	2.278.491	1.808.598	2.660.013	1.600.294	2.232.059
Culturas lenhosas	10.514.928	14.410.499	11.257.847	16.557.591	9.899.196	13.807.201
PECUÁRIA	14.890.111	20.406.599	15.854.084	23.317.552	14.859.609	20.725.886
Produtos pecuários não alimentares	11.311	15.502	11.233	16.520	11.811	16.474
ATIVIDADES DE SERVIÇOS E RELACIONADAS	5.069.732	6.947.967	5.293.712	7.785.780	5.302.800	7.396.239
Produção de bens e serviços para a agricultura	46.172.261	63.278.160	48.754.273	71.705.835	44.375.105	61.893.509
(+)Atividades secundárias (a)	1.390.240	1.905.296	1.518.830	2.233.834	1.481.000	2.065.669
(-)Atividades secundárias (a)	898.655	1.231.589	909.000	1.336.921	821.000	1.145.114
Produção do setor agrícola	46.663.846	63.951.867	49.364.103	72.602.749	45.035.105	62.814.064
Produtos intermediários (incluindo SIFIM)	20.139.932	27.601.373	22.646.033	33.306.879	21.579.649	30.098.863
Valor agregado do setor agrícola	26.523.914	36.350.494	26.718.071	39.295.870	23.455.456	32.715.201
SETOR FLORESTAL						
Produção de bens e serviços do setor florestal	488.024	668.827	513.766	755.627	494.220	689.328



(+) Atividades secundárias (a)	1.100	1.508	1.100	1.618	1.100	1.534
(-)Atividades secundárias (a)	-	-	-	-	-	-
Produção do setor florestal	489.124	670.335	514.866	757.245	495.320	690.862
Produtos intermediários (incluindo SIFIM)	102.587	140.593	104.683	153.964	103.300	144.081
Valor agregado da indústria florestal	386.537	529.741	410.183	603.281	392.020	546.781
PESCA						
Produção de bens e serviços da pesca	2.322.584	3.183.055	1.973.407	2.902.408	1.995.269	2.782.961
(+) Atividades secundárias (a)	-	-	-	-	-	-
(-) Atividades secundárias (a)	24.500	33.577	24.000	35.298	23.900	33.335
Produção pesqueira	2.298.084	3.149.478	1.949.407	2.867.110	1.971.369	2.749.626
Consumo intermediário (incluindo SIFIM)	727.899	997.571	746.493	1.097.912	735.268	1.025.537
Valor agregado da indústria pesqueira	1.570.185	2.151.907	1.202.914	1.769.198	1.236.101	1.724.089
Agricultura, Silvicultura e Pesca						
Produção da agricultura, silvicultura e pesca	49.451.054	67.771.680	51.828.377	76.227.103	47.501.794	66.254.552
Produção intermediária (incluindo SIFIM)	20.970.418	28.739.538	23.497.209	34.558.755	22.418.217	31.268.480
Valor agregado da indústria, agricultura, silvicultura e pesca	28.480.636	39.032.142	28.331.168	41.668.349	25.083.577	34.986.072

Fonte: ISTAT.

(a) Por atividade secundária entende-se uma atividade realizada de modo complementar a uma atividade principal. Na agricultura, silvicultura e pesca, são realizadas atividades secundárias, que do ponto contábil não podem ser separadas da principal, como o agroturismo, a industrialização de laticínios, frutas, leite e carne, cujo montante total está indicado na tabela com o sinal (+). As atividades secundárias cujo montante total esteja marcado na tabela com um sinal (-) são atividades agrícolas realizadas em outros setores da atividade econômica e resultam em produtos de agricultura e pecuária.



A comparação com o mesmo mês do ano passado, revela as variações para cima nos preços das hortaliças e legumes (+7%), tabaco (5,7%) e azeite de oliva, que recupera 12,3%.

Há, no entanto, a queda no setor dos cereais (-12,3%), frutas secas e frescas (-9,1%), culturas industriais (-8,4%) e, ainda, os vinhos (-2%).

O ano de 2009 mostrou-se difícil para a confiança da indústria alimentar italiana em geral, cujo índice médio (-6,3) perdeu cinco pontos para o valor correspondente de 2008, refletindo uma tendência negativa que caracterizou os primeiros três meses de 2009, em termos de contração de encomendas e acúmulo de estoques.

2.2. Indústria

No mês de abril de 2010⁷, os índices com ajuste sazonal das vendas e encomendas da indústria registraram, em comparação com o mês anterior, respectivamente, um aumento de 0,5% e 4,7%.

No mercado doméstico, o volume de negócios manteve-se inalterado, e aumentou 1,7% no mercado exterior; as encomendas domésticas subiram 4,8% e os estrangeiros em 4,4%.

Na comparação dos últimos três meses (fevereiro-abril) com os três meses imediatamente anteriores (novembro-janeiro) a variação foi de 1,1% para as vendas e 1,9% para as encomendas.

O índice de volume de negócios ajustado de efeitos de calendário apresentou em abril um aumento de 6,4% (os dias úteis foram 21, como em abril de 2009).

Na comparação relativa ao período janeiro-abril, o índice de vendas, corrigido de efeitos de calendário apresentou um crescimento de 5,5%.

O índice bruto das vendas e encomendas registrou aumento, respectivamente, de 6,4% e 20,6%. Os índices de faturamento ajustados de efeitos de calendário, agrupados pelos

principais setores industriais, indicam variações conjunturais positivas para os bens intermediários (+2,6%) e bens de capital (+1,1%) e mudanças negativas para a energia (-6,4%) e bens de consumo (-0,3%, sendo 0,1% para os bens duráveis e -0,5% para os não duráveis).

O índice de faturamento ajustados de efeitos de calendário em abril cresceu 20,3% para a energia, 15,3% para bens intermediários e de 2,6% para bens de consumo (+2,8% para bens duráveis e +2,5% para bens não-duráveis) e caiu em 4,3% para bens de capital.

Em abril, na comparação com o mesmo mês de 2009, o índice de faturamento corrigido de efeitos de calendário, apresentou aumento mais significativo nas áreas de metalurgia e fabricação de produtos metálicos (+27,0%), na fabricação de produtos petrolíferos refinados e de coque (+20,5%) e de equipamentos elétricos e aparelhos domésticos não elétricos (+16,3%).

As variações negativas mais marcadas foram observadas no setor de extração de minerais em pedreiras e minas (-16,0%), fabricação de meios de transporte (-15,7%) e de computadores, produtos eletrônicos e ópticos, equipamento médico, instrumentos de medição e relógios (-2,3%).

Os aumentos mais significativos do índice bruto das vendas ocorreram na fabricação de computadores, produtos eletrônicos e ópticos, equipamentos médicos, instrumentos de medição e relógios (+48,3%), metalurgia e fabricação de produtos metálicos (+42,1%) e de máquinas e equipamentos especiais (+31,6%).

⁷ "Fatturato e ordinativi dell'industria". ISTAT. Giugno 2010 (período di riferimento Aprile 2010).



Índices de faturamento total para os principais ramos industriais (base 2005 = 100 - abril 2010)

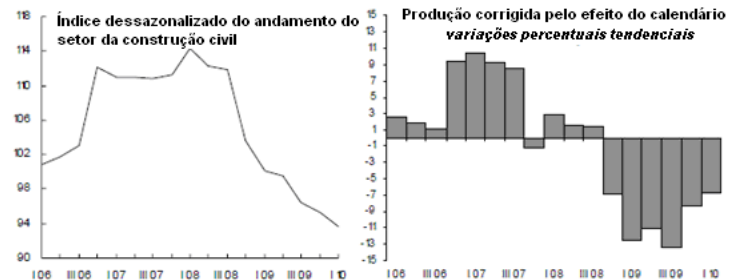
	Dessazonalizado		Ajustados pelo efeito do calendário	
	Variações conjunturais		Variações tendenciais	
	Abr 10	Fev-Abr 10	Abr 10	Jan-Abr 10
	Mar 10	Nov 09-Jan 10	Abr 09	Jan-Abr 09
Bens de consumo	-0,3	+0,9	+2,6	+1,1
- Duráveis	+1,0	+1,5	+2,8	+4,4
- Não duráveis	-0,5	+0,7	+2,5	+0,5
Bens instrumentais	+1,1	-5,2	-4,3	+2,6
Bens intermediários	+2,6	+3,6	+15,3	+8,8
Energia	-6,4	+10,6	+20,3	+19,5

Com relação ao setor da construção civil, observa-se, em 2008, um crescimento de 0,2% do índice de produção. Esta variação positiva representa uma forte desaceleração no setor com relação à forte tendência de expansão existente no setor desde 2001, com uma interrupção temporária em 2005.

No primeiro trimestre de 2010, o índice de produção ajustado pelos efeitos de calendário no setor da construção civil contraiu-se em 1,8% face ao trimestre anterior.

O índice corrigido de efeitos de calendário apresentou uma queda de 6,6% face ao primeiro trimestre de 2009. Na mesma comparação temporal, o índice bruto caiu em 6,4%.

A indústria da construção tem sido fortemente envolvida pela crise econômica, apresentando uma queda importante na atividade produtiva. A queda na produção começou no último período de 2008, tendo acelerado em 2009 (-11,3% na média anualizada). Ao contrário do setor industrial, o setor da construção civil não apresentou recuperação nos últimos meses: no segundo semestre de 2009, a atividade permanecia ainda fortemente negativa, com quedas na produção de, respectivamente, 2,7% e 0,9%.



Fonte: ISTAT.

2.3. Energia

A Itália é um dos países europeus com menor consumo de energia elétrica, junto com os demais países do Mediterrâneo e os do Leste europeu, embora tenha havido um aumento nos últimos anos, com taxas de crescimento quase constantes.

Dada a escassez de recursos naturais nacionais essenciais como minérios e combustíveis fósseis, a Itália está obrigada a depender da provisão das importações. Devido a este fato, os efeitos da crise econômica foram particularmente marcantes:



após um crescimento constante desde 1996 (em 2007, atingiu-se um pico histórico de mais de 383 milhões de toneladas de insumos energéticos), em 2008 houve uma queda brusca, e, pela primeira vez desde 1993, uma redução concomitante dos principais produtos.

Na última década, o setor energético italiano viu-se afetado por mudanças significativas no ambiente institucional e de mercado, que tiveram por objetivos a reforma do mercado da eletricidade e do gás, o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, a promoção do uso eficiente e da economia de energia e a segurança do abastecimento.

Essas mudanças, junto com outros fatores tais como as mudanças climáticas e o ciclo econômico, influenciaram na determinação da composição e do andamento da oferta e da procura de energia.

Em 2009 ⁸, a disponibilidade de energia foi reduzida em 5,8% com relação ao ano precedente. Mesmo a intensidade energética primária do PIB, ou seja, a relação entre a disponibilidade interna bruta de energia e o PIB, tem diminuído desde 2005, tendo atingido em 2009 valores inferiores a 150 tep (toneladas equivalentes de petróleo) por milhão de euros produzidos.

Em 2009, no que se refere aos produtos petrolíferos, a produção nacional contribuiu com 6,2% (4,6 milhões de tep) das necessidades gerais (73,9 milhões de tep), enquanto as importações líquidas, excluídos os estoques acumulados, contribuíram com 93,1% (69,3 milhões de tep).

No mesmo ano, a disponibilidade interna bruta de petróleo diminuiu em 6,8%. A principal fonte de energia para atender à demanda – os derivados de petróleo – teve, entre 2000 e 2009, a sua participação reduzida em 8,5%, em favor de um aumento da parcela de fontes renováveis (+3,8%) e gás natural (4,1%).

No que se refere ao setor elétrico, em 2009, na Itália, a demanda foi de 317,6 bilhões de kWh, com uma redução de 6,5% quanto ao ano anterior, mantendo a trajetória iniciada em 2008, embora atenuada.

Em 2009, 86% da demanda total de eletricidade era proveniente da produção nacional e os 14% restantes de importações líquidas, que neste ano aumentaram 11% com referência ao ano anterior (em 2008 haviam diminuído em 13,6%).

Entre as várias fontes de energia renováveis para produção de eletricidade, a hidrelétrica é a mais importante (70,4% na produção total de fontes renováveis), seguida pela biomassa e pelos resíduos urbanos usados principalmente em centrais termoelétricas (11,5%), e pela energia eólica e fotovoltaica (10,1%) e geotérmica (8,0%). Analisando a contribuição das várias fontes, entre 2008 e 2009, a quota das renováveis aumenta em 4,6%, principalmente devido à contribuição das hidrelétricas (3,4% em 2009 em comparação a 2008 e 2,2% em comparação com 2004).

No geral, com relação a 2008, o uso de fontes renováveis (eólica, biomassa e solar) aumenta em 1,1%, e em 0,1%, o da energia geotérmica.

2.4. Outros setores

Nesta seção, são mencionadas as áreas mais importantes do mercado doméstico e do turismo.

2.4.1. Mercado doméstico

O mercado doméstico⁹ inclui dois setores: comércio atacadista e comércio varejista.

O setor varejista continua a ser caracterizado por uma predominância de empresas minúsculas, com um número médio de empregados muito reduzido.

Os indicadores conjunturais sobre os serviços registram, embora com diferenças setoriais importantes, uma desaceleração cíclica muito acentuada na fase aguda da recessão e uma recuperação no segundo semestre de 2009, que não parece, entretanto, ter chegado a todos os ramos.

8 Fonte: Istat, Rapporto annuale.

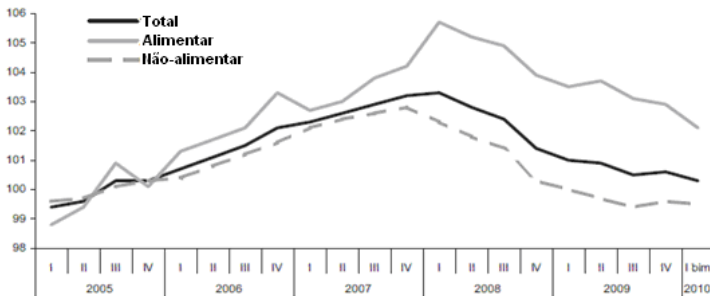
9 "Rapporto annuale", ISTAT, Maggio 2010.



Por exemplo, o setor de varejo encontra dificuldades para se recuperar: o valor das vendas medido a preços correntes mostra que a tendência de queda, iniciada partir do segundo trimestre de 2008, continuou em ritmo constante na maior parte de 2009, interrompendo-se apenas no quarto trimestre devido a uma recuperação da componente não-alimentícia, que, entretanto, apresentou uma ligeira diminuição nos primeiros dois meses deste ano. Em 2009, em média, as vendas caíram em 1,7% em valores correntes.

Ao rendimento negativo do comércio varejista como um todo, correspondeu uma nova transferência de cotas de mercado em favor da distribuição moderna, frente ao comércio tradicional; no caso da primeira, as vendas permaneceram praticamente estáveis (+0,1%, após um aumento de 1,5% em 2008), enquanto que para os estabelecimentos de pequeno porte observa-se, pelo segundo ano consecutivo, uma enorme grande queda no volume de negócios (-2,7% em 2009 e 1,5% em 2008).

Índice de vendas no varejo - Anos 2005-2010



Em abril de 2010, o índice dessazonalizado do valor do setor varejista diminuiu 0,3% em relação a março de 2010; em comparação com o mês de abril de 2009 o índice bruto caiu em 0,5%.

Em termos conjunturais (ao líquido de fatores sazonais), as vendas de produtos alimentares diminuíram em 0,7% e as de produtos não alimentares, 0,1%.

Comparadas com abril de 2009, as vendas de produtos alimentares diminuíram em 2,0%, enquanto que os produtos não-alimentares aumentaram em 0,2%.

No primeiro trimestre de 2010, o índice do valor total de vendas no varejo ajustado sazonalmente cresceu em 0,1%. Durante o mesmo período, as vendas de produtos alimentares registraram uma queda de 0,1%, enquanto que os produtos não-alimentares registraram uma variação positiva da mesma magnitude.

A diminuição do total de vendas em 0,5% registrada em comparação com o mês de abril de 2009 é derivada de uma diminuição de 1,7% nas vendas da grande distribuição e de um aumento de 0,3% para os pequenos estabelecimentos.

Na grande distribuição as vendas diminuíram, tanto para os produtos alimentares (-2,8%) quanto para os produtos não-alimentares (-0,7%).

As pequenas empresas apresentaram uma redução das vendas de produtos alimentares (-0,7%) e um aumento de produtos não-alimentares (+0,7%).

Em comparação com o primeiro quadrimestre de 2009, o valor total das vendas apresentou uma queda de 0,2%, totalizando um aumento de 0,6% para os grandes varejistas e um declínio de 0,7% para as empresas de pequenas dimensões.

Em abril de 2010, os vários tipos de grandes redes varejistas apresentaram resultados tendenciais diferenciados. Os hipermercados apresentaram a queda mais acentuada (-3,2%), enquanto que as lojas especializadas apresentaram o maior aumento (+0,5%).

Em média, dos quatro primeiros meses de 2010, o aumento mais forte foi o das lojas especializadas (+2,6%), enquanto que os hipermercados apresentaram o único resultado negativo (-0,3%).



Valor de vendas do comércio varejista, a preços correntes

(Base 2005 = 100) por tipo de supermercados financeiros. Abril de 2010(a)

Ramo de atividade	Índice Abr 10	Variações tendenciais	
		Abr 09	Jan-Abr 09 Jan-Abr 10
Lojas não especializadas	100,7	-2,0	+0,2
Preponderantemente alimentares	102,0	-2,5	-0,2
Hipermercados	92,2	-3,2	-0,3
Supermercados	108,8	-2,4	0,0
Atacadões	109,8	+0,1	+0,3
Preponderantemente não-alimentares	95,5	-0,6	+1,6
Lojas especializadas	116,4	+0,5	+2,6
Total	102,8	-1,7	+0,6

(a) dados provisórios.

No âmbito do comércio atacadista, no primeiro trimestre de 2010 o volume de negócios apresentou a maior variação positiva nos setores de atacadistas de equipamentos informáticos (+8,2%) e comércio atacadista especializado em outros produtos (+3,0%); variações negativas foram registradas para os atacadistas de máquinas, equipamentos e suprimentos (-2,1%) e o setor intermediário (-1,4%).

Com relação ao tamanho das empresas, em abril de 2010, o valor das vendas aumentou tendencialmente, em 0,2% nas empresas com até cinco empregados; entretanto, diminuiu em 0,9% nas empresas com entre 6 e 49 funcionários, e 1,0% para as empresas com pelo menos 50 empregados.

2.4.2. Turismo

O setor do turismo e da hotelaria sofreu em medida muito relevante a piora generalizada das condições da economia. Os resultados provisórios dos levantamentos de dados sobre o movimento de clientes presentes em instalações do setor hoteleiro de 2009 indicam uma queda geral no atendimento (ou nos pernoitamentos) de 4,1%, com uma acentuação da tendência de queda já presente em 2008. A redução da atividade do setor

foi ligeiramente mais acentuada para a clientela estrangeira (-4,7% atendimento). Em termos conjunturais e sem considerar a sazonalidade, o número de presenças permaneceu negativo até o fim do segundo trimestre de 2009, apresentando a primeira recuperação importante (+2,3%) no terceiro trimestre, graças principalmente ao crescimento da presença de estrangeiros. A inversão de tendência, entretanto, não foi confirmada, pois o último trimestre do ano foi marcado por uma redução das novas chegadas.

Em 2009¹⁰, as viagens com pernoitamento feitas por residentes na Itália, foram 113,046 milhões, para um total de 676,244 milhões de noites. Comparado com 2008, houve uma redução de 8% do número de viagens.

As viagens de férias, em particular, representando 86,6% do total, apresentam queda (-8,3%), devido à forte redução das férias de curta duração (-11,6%).

As viagens de férias prolongadas (pelo menos quatro noites), no entanto, permanecem estáveis, bem como o correspondente número de pernoitamentos. As viagens de negócios, que representa os 13,4% restantes, permanecem

10 Fonte: Istat, "Viaggi e vacanze".



estáveis, como também o número de pernoitamentos.

Em relação a 2008, reduziu-se o número de pessoas que sai de férias, em média, em um trimestre, (de 30,4% em 2008 para 27,9% em 2009), especialmente no sul (de 23,6% em 2008 para 20,2% em 2009). Diminuem as viagens de férias para visitar familiares ou amigos (-19,3%), particularmente aquelas realizadas em períodos de férias curtas (-24,4%).

Com relação aos destinos, as viagens para localidades domésticas caíram em 9,4%, sendo que representam 82,7% do total de viagens. Houve uma redução mais acentuada nas viagens para as regiões do sul (-19,7%), tanto para as férias curtas (-25,3%) quanto para as prolongadas (-17,5%). As viagens para o exterior permanecem estáveis.

A diminuição global do turismo com pernoitamento, observada em 2009, concentra-se no trimestre de inverno (janeiro-março) e no outono (outubro-dezembro). Comparado ao mesmo período de 2008, o primeiro trimestre do ano apresenta uma queda tanto das férias curtas (-18,2%) e quanto das prolongadas (-25,8%), numa redução total de 21,1% (de 20 milhões e 560 mil em 2008 para 16 milhões e 224 mil em 2009); essa redução resulta em uma diminuição de 19,1% em relação ao total de viagens (para lazer e trabalho) para o trimestre.

Uma tendência similar ocorre para os pernoitamentos do primeiro trimestre, com relação aos quais há uma diminuição, tanto na categoria de viagens curtas (-21,3%), quanto para as férias prolongadas (-18,8%), com repercussão sobre número total de pernoitamentos durante viagens de férias (-19,5%), e o número total de pernoitamentos do trimestre (-20,4%).

Os trimestres do meio do ano, entre abril e setembro, porém, estão mostrando uma estabilidade relativa em comparação com 2008, tanto em número de viagens, quanto em pernoitamentos das diferentes categorias de viagens.

No último trimestre de 2009 houve novamente uma forte repetição do fenômeno com relação ao mesmo período do ano anterior. Entre outubro e dezembro, de fato, a diminuição no número de viagens de férias de curta duração (-27,7%) e

prolongadas (-28%) produz uma grande queda no conjunto de viagens de férias (-27,8%). Isto, juntamente com a diminuição simultânea das viagens de negócios (-29,3%), produz uma redução acentuada nas viagens como um todo (de 24,603 milhões em 2008 para 17,681 milhões em 2009).

Neste mesmo período, a diminuição do número de viagens é acompanhada pela redução do número de pernoitamentos para as viagens de negócios (de 5,220 milhões em 2008 para 3,690 milhões em 2009, equivalentes a uma redução 48%) e para viagens de férias prolongadas (-33,1%), mais acentuadas com relação aos pernoitamentos em férias curtas (-22,8%).

Consequentemente, o total dos pernoitamentos gastos em viagens passou de 88, 622 milhões em 2008 para 58,721 milhões em 2009.

Em termos de permanência, apesar da estabilidade da duração média tanto das viagens de férias curtas como das prolongadas nos trimestres do meio do ano, nos outros períodos houve variações negativas em relação a 2008: em especial, no caso das estadias mais longas, observa-se uma diminuição da duração média no quarto trimestre, de 8,1 pernoitamentos em 2008 para 7,5 em 2009. Observa-se uma queda geral na média da estadia, mesmo para viagens de negócios, com maiores reduções, novamente no primeiro (de 3,7 pernoitamentos em 2008 para três em 2009) e quarto trimestres (de 4,2 pernoitamentos em 2008 a 3,1 em 2009).

Ainda em 2009, o principal meio de transporte é o automóvel (65,7% das viagens), enquanto que o avião e o trem são utilizados, respectivamente, em 15,7% e 8,3% das viagens. O automóvel é usado principalmente para viagens de férias (68,4%), enquanto que o avião e o trem são os preferidos para viagens de negócios (27,2% e 16,5%).



Viagens e pernoitamentos por tipo de viagem. Anos 2007-2009 (valores em milhares e composição percentual)

Ano	Férias		Negócios		Total de viagens		Número		%	
	1-3 noites		4 noites ou mais		Total férias		Número	%	Número	%
	Número	%	Número	%	Número	%				
Viagens										
2007	47.911	49,3	49.262	50,7	97.173	86,5	15.196	13,5	112.369	100,0
2008	55.919	45,5	40.981	41,4	106.810	86,9	16.128	13,1	122.938	100,0
2009	49.417	43,7	48.520	42,9	97.937	86,6	15.110	13,4	113.046	100,0
Pernoitamentos										
2007	88.293	12,8	538.698	78,2	626.992	91,0	62,322	9,0	689.313	100,0
2008	103.260	14,6	540.837	76,5	644.097	91,1	62.553	8,9	706.650	100,0
2009	93.538	13,8	526.049	77,8	619.588	91,6	56.657	8,4	676.244	100,0

Fonte: ISTAT.

Na comparação com 2008, no caso das férias curtas, houve uma redução da proporção dos que utilizam ônibus (de 6,6% em 2008 para 4,8% em 2009), e uma redução do uso do navio como o principal meio de transporte para as férias prolongadas (de 7,7% em 2008 para 5,7% em 2009).

3. Moeda e finanças

3.1. Moeda

O euro (EUR ou €) é a moeda nacional italiana desde 2002. Emitido pelo Banco Central Europeu, o euro é dividido em 100 centavos.

Encontra-se em circulação na forma de moedas a partir de 1, 2, 5, 10, 20 e 50 centavos, de 1 e 2 euros, e em notas de 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 euros.

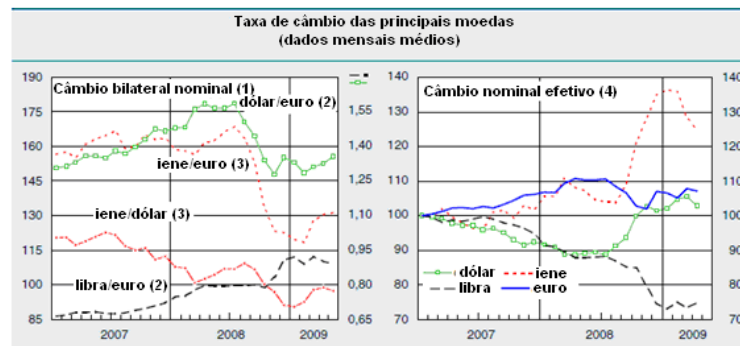
Em 2008, nos mercados financeiros internacionais prevaleciam condições de alta volatilidade e havia o crescente temor de que as perdas dos bancos pudessem provocar a quebra de uma ou mais instituições financeiras de grandes dimensões.

A percepção de um elevado risco de contraparte e a forte demanda por liquidez para fins de precaução por parte dos intermediários contribuía para manter altas tensões nos mercados interbancários.

Os principais bancos centrais aplicaram uma série de

medidas para aumentar a oferta de liquidez, conseguindo conter, mas não dissolver as tensões do momento.

Nos mercados monetários, inverteu-se a tendência de depreciação do dólar frente ao euro, que caiu de um pico de US\$ 1,6 em meados de julho de 2008 para US\$ 1,37 no final de maio de 2009, o que corresponde a uma valorização de 8% em relação ao nível vigente no início de 2008.



Fonte: Banca d'Italia e BCE.

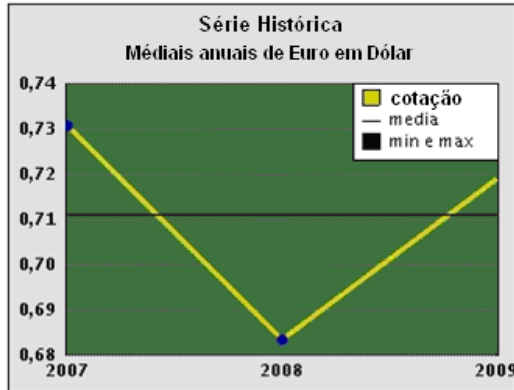
(1) Unidade da primeira moeda por uma unidade da segunda; os dados relativos a maio de 2009 baseiam-se somente nos primeiros 20 dias do mês.
 - (2) Escala da direita - (3) Escala da esquerda - (4) Índices: janeiro de 2007=100.



Itália

■ **Sumário**

No gráfico abaixo, apresenta-se a série histórica dos últimos três anos da taxa de câmbio do euro com relação ao dólar



Fonte: Banca d'Italia.

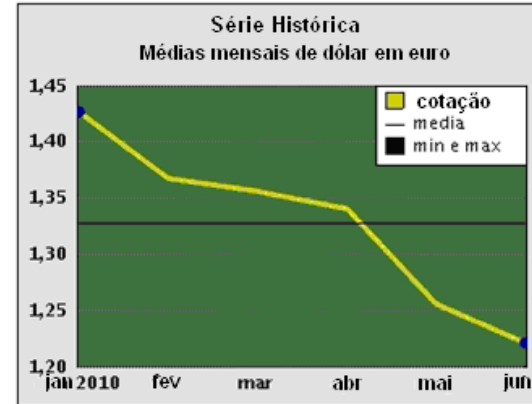
O valor médio anual em 2007 foi de US\$ 1 = 0,7308 €. Em 2008, o dólar caiu em relação ao euro até atingir o valor mínimo de US\$ 1 = 0,6835 €. Como confirmação da recuperação econômica em curso, em 2009 o dólar se valoriza e chega a um valor médio anual de US\$ 1 = 0,7111 €.

Na tabela e no gráfico abaixo, mostra-se a variação €/US\$ nos primeiros seis meses de 2010.

Valores mensais médios US\$/€, jan-jun 2010

Mês de referência	Média US\$/€
Janeiro	1,42721
Fevereiro	1,36857
Março	1,35685
Abril	1,34057
Maio	1,25653
Junho	1,22085

Fonte: Banca d'Italia.



Fonte: Banca d'Italia.

3.2. Balanço de pagamentos e reservas internacionais

Em 2009¹¹, o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos da Itália foi ligeiramente reduzido (de 3,6% para 3,2% do PIB), depois de um acentuado aumento em 2008.

A melhoria deve-se principalmente ao saldo comercial FOB-FOB que apresentou um ligeiro aumento, principalmente devido à forte redução do déficit de energia, que compensou a contração do excedente de bens manufaturados.

Por outro lado, aumentou o déficit no setor de serviços: como reflexo da recessão global, o avanço da categoria "viagens", o único tópico de conta corrente do balanço sempre em superávit, refletiu a queda acentuada nos gastos dos estrangeiros na Itália, em comparação com uma redução modesta dos gastos dos cidadãos italianos no exterior.

A redução das taxas de juros e a contração da posição de endividamento com o exterior favoreceram a contenção do déficit de rendimentos.

A redução líquida das contribuições à União Europeia, que estão incluídas nas transferências correntes, tem contribuído para melhorar o saldo em conta corrente.

O fluxo de investimentos diretos registrou uma ligeira recuperação, tanto para o exterior quanto para a Itália; a queda

¹¹ "Relazione annuale sul 2009", Banca d'Italia, Maggio 2010.



líquida foi de € 9,6 bilhões (€ 18,3 bilhões em 2008).

O ingresso líquido de investimentos em carteira (€ 24,9 bilhões), excepcionalmente elevado em 2008 (€ 118,5 bilhões) devido a fortes desinvestimentos em títulos de capital estrangeiro na fase aguda da crise, foi causado por grandes compras de títulos do governo italiano, que ultrapassaram o investimento italiano em ações e bônus estrangeiros.

Para os "outros investimentos", constituídos principalmente por depósitos e empréstimos, houve uma redução líquida de 9,3

bilhões de euros, em comparação com 51,8 bilhões de euros em 2008.

Com um déficit total de 48,7 bilhões de euros entre a conta corrente e a conta capital e com os ingressos líquidos de € 17,1 bilhões na conta financeira, a rubrica "erros e omissões" chega a 31,6 bilhões de euros.

Em 2009, a posição devedora líquida da Itália com o exterior chegou a 19,3% do PIB, em comparação com 21,5 em 2008, pelo simples efeito dos ajustes de avaliação.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (em bilhões)

RUBRICA	2005		2006		2007		2008		2009	
	€	\$	€	\$	€	\$	€	\$	€	\$
Conta Corrente	-23,6	-29,4	-38,3	-48,1	-37,7	-51,7	-56,8	-83,54	-49,4	-68,9
MERCADORIAS	0,5	0,6	-10,2	-12,8	3,2	4,4	-2,1	-1	1,7	2,37
produtos não-energéticos	37,5	46,7	37,5	47,1	47,9	65,6	47,9	83,2	55,3	77,13
produtos energéticos	-37	-46	-47,7	-59,9	-44,7	-61,3	-44,6	-84,3	-57,5	-80,2
SERVIÇOS	-0,5	-0,6	-1,3	-1,6	-7,1	-9,7	-9,6	-10,9	-11,1	-15,48
RENDAS	-13,6	-16,9	-13,6	-17,1	-19,6	-26,9	-19,6	-43,4	-29,4	-41,01
Transferências unilaterais	-10	-12,4	-13,3	-16,7	-14,2	-19,5	-15,7	-23,5	-13,3	-18,55
Das quais: instituições da UE	-8,2	-10,2	-8,1	-10,2	-8,4	-11,5	-9,9	-15,1	-7	-9,76
Movimento de capital	1,3	1,6	1,8	2,3	2,3	3,2	0,8	1,2	0,6	0,84
ATIVIDADES INTANGÍVEIS	0,1	0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,14
Transferências unilaterais	1,3	1,6	1,9	2,4	2,3	3,2	0,8	1,2	0,7	0,98
Das quais: instituições da UE	3,7	4,6	3,8	4,8	3,3	4,5	2,2	3,2	1,6	2,23
Conta financeira	20,9	26	25,4	31,9	26,2	35,9	49,6	72,9	17,1	23,85
INVESTIMENTO DIRETO	-17,6	-21,9	-2,3	-2,9	-37	-50,7	-18,3	-26,9	-9,6	-13,39
no exterior	-33,6	-41,8	-33,5	-42,1	-66,3	-90,9	-29,9	-44	-31,6	-44,08
na Itália	16,1	20	31,3	39,3	29,4	40,3	11,6	17,1	22	30,69
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	43,4	54	44,3	55,6	18,1	24,8	118,5	174,3	24,9	34,73
ações	-16	-19,9	-8,8	-11	-0,3	-0,4	70,4	103,5	3,5	4,88
títulos da dívida	59,3	73,8	53,1	66,7	18,4	25,2	48,1	70,7	21,3	29,71
DERIVADOS	2,3	2,9	-0,4	-0,5	0,4	0,5	6,8	10	11,1	15,48
OUTROS INVESTIMENTOS	-8,1	-10,1	-16,7	-21	46,2	63,3	-51,8	-76,2	-9,3	-12,97
Dos quais: instituições										
financeiras monetárias	27	33,6	44	55,2	83	113,7	-18,5	-27,2	-2,4	-3,35
VARIAÇÕES NAS RESERVAS OFICIAIS	0,8	1	0,4	0,5	-1,5	-2,1	-5,6	-8,2	0,1	0,14
Erros e omissões	1,4	1,7	11,1	13,9	9,2	12,6	6,4	4,7	31,6	44,08

Fonte: Ice-ISTAT



A posição de credor líquido com o exterior da Banca d'Italia melhorou sensivelmente (de € 131,6 bilhões para € 191 bilhões no final de 2009), em grande parte devido ao aumento das atividades para aumento da liquidez no interior do Eurosistema.

As reservas oficiais aumentaram para € 92,2 bilhões, frente aos € 75,6 bilhões do final de 2008.

As reservas de ouro foram valorizadas em € 11,4 bilhões, devido ao aumento do preço em do ouro em euro, atingindo € 60,4 bilhões no final de 2009.

3.3. Finanças públicas

Os efeitos da crise sobre as finanças públicas nas economias avançadas, já evidente em 2008, manifestaram-se plenamente em 2009, produzindo em geral uma redução das receitas, um aumento dos gastos e a deterioração dos saldos e das dinâmicas das estruturas das contas públicas. No conjunto da União Europeia, também por causa da queda do PIB nominal, este quadro se refletiu em um aumento do endividamento líquido dos governos em relação ao PIB, de 2,0% em 2008 para 6,3% em 2009, e um aumento ainda maior da relação entre a dívida pública e o PIB, que passou de 69,4% a 78,7%. A estes resultados agregados correspondem situações muito diferenciadas em cada país conforme as rubricas orçamentárias e o impacto geral sobre as contas públicas, em evidente piora em todos os lugares.

A Itália¹², que tem uma posição particularmente vulnerável devido a uma relação dívida/PIB e encargos do serviço da dívida muito elevados, foi capaz, em 2009, de conter a deterioração das contas fiscais por meio da limitação de gastos, com uma redução da taxa de juros e contenção de queda na receita com medidas extraordinárias. A incidência do endividamento sobre o PIB quase dobrou, passando de -2,7 para -5,3% (um declínio de 38,2 bilhões de euro/53 bilhões de dólares).

Devido à queda acentuada do PIB e do nível elevado da

dívida, o impacto do déficit sobre a relação dívida/PIB foi menos favorável: aumentou pouco menos de 10% (chegando a 115,8%).

O déficit primário (dívida líquida livre de gastos de juros) italiano foi negativo e atingiu -0,6% do PIB, com uma queda de 3,1% em relação a 2008.

Frente à redução das taxas de juros, há também uma queda na incidência dos juros passivos sobre o PIB, que em 2009 passaram a 4,7% frente aos 5,2% de 2008.

Em consonância com a tendência geral europeia, a relação do gasto público com o PIB na Itália aumentou em 3,1% (de 49,4% em 2008 para 52,5% em 2009), mas não tanto quanto de 2008 em relação a 2007 (3,6%).

A despesa para os consumos intermediários avançou em 7,5%, continuando a tendência dos anos anteriores.

No sentido inverso, a contribuição mais importante para o crescimento dos gastos na Itália como em outros países, veio dos benefícios sociais (pensões, subsídios, outros).

Caracterizados por uma rígida dinâmica endógena, estas despesas incidem em 36% dos gastos e contribuem em 1,8% (+da metade do total) ao aumento da quota de gastos sobre o PIB. Este aumento, que chega a 5,1%, foi superior a 2008 devido aos efeitos do crescimento dos amortecedores sociais e das medidas de apoio à renda e ao emprego.

Entre estes, destacamos o seguro-desemprego, que cresceu em quase 2 bilhões de euros (2,8 bilhões de dólares), o subsídio salarial (Cassa integrazione guadagni), que aumentou em mais de 1,5 bilhão de euros (2,1 bilhões de dólares) e medidas em favor dos setores mais pobres da população, tais como o bônus especial para famílias de baixa renda, que chega a 1,5 bilhão de euros (2,1 bilhões de dólares).



Principais indicadores de balanço da administração pública

(em percentagem do PIB)

Rubrica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita	45,4	45,0	44,5	45,1	44,5	44,2	45,8	46,9	46,7	47,2
Gastos dos quais: juros	6,3	6,3	5,5	5,1	4,7	4,6	4,6	5,0	5,2	4,7
Avanço primário	4,3	3,2	2,7	1,6	1,2	0,3	1,3	3,5	2,5	-0,6
Endividamento líquido	2,0	3,1	2,9	3,5	3,5	4,3	3,3	1,5	2,7	5,3
Despesa livre de cessões mobiliárias	3,5	5,0	3,1	4,2	4,2	5,3	4,0	1,9	3,1	5,7
Débito	109,2	108,8	105,7	104,4	103,8	105,8	106,5	103,5	106,1	115,8

Fonte: ISTAT.

Gastos da administração pública

(em percentagem do PIB)

Rubrica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Renda de emprego fixo	10,4	10,5	10,6	10,8	10,8	11,0	11,0	10,6	10,8	11,3
Consumo intermediário	5,0	5,1	5,2	5,3	5,4	5,5	5,2	5,2	5,5	6,1
Prestações sociais em espécie	2,3	2,5	2,6	2,6	2,7	2,8	2,8	2,7	2,7	2,9
Prestações sociais em dinheiro	16,4	16,2	16,5	16,8	16,9	17,0	17,0	17,1	17,7	19,2
Juros	6,3	6,3	5,5	5,1	4,7	4,6	4,6	5,0	5,2	4,7
Outras despesas correntes	3,1	3,2	3,3	3,6	3,6	3,6	3,6	3,7	3,8	4,1
Total das despesas correntes	43,6	43,9	43,8	44,2	44,0	44,4	44,2	44,3	45,7	48,2
Das quais: despesas excluídos os juros	37,3	37,6	38,3	39,1	39,3	39,8	39,5	39,3	40,5	43,5
Investimentos fixos brutos	2,3	2,4	1,7	2,5	2,4	2,4	2,3	2,3	2,2	2,4
Outras despesas em conta capital	1,4	1,8	1,9	1,9	1,5	1,7	2,7	1,7	1,5	1,9
Total de despesas em conta capital	3,7	4,2	3,6	4,3	4,0	4,1	5,0	4,0	3,7	4,3
Total de despesas	47,4	48,1	47,4	48,6	48,0	48,5	49,2	48,4	49,4	52,5
Das quais: despesas excluído os juros	41,0	41,8	41,9	43,4	43,3	43,9	44,6	43,4	44,2	47,8

Fonte: ISTAT.



3.4. Sistema bancário

A Banca d'Italia é o banco central da República Italiana e forma parte do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e do Eurosistema.

É uma instituição de direito público. Tem por finalidade a defesa do interesse geral nos setores monetário e financeiro: a manutenção da estabilidade dos preços, a estabilidade e a eficiência do sistema financeiro, a aplicação do princípio da proteção da poupança garantida pela Constituição e outras tarefas que lhe são confiadas pela legislação do país.

Para o exercício da sua missão, a Banca d'Italia atua com autonomia e independência, respeitando o princípio da transparência, de acordo com a legislação comunitária e nacional.

De forma coerente com a natureza pública das funções que exerce e, consciente da importância dos próprios deveres e responsabilidades, a instituição garante a divulgação dos dados e informações da maneira mais ampla (www.bancaditalia.it).

Nos últimos anos tem-se assistido a uma progressiva concentração do setor bancário.

No panorama italiano existem alguns grupos bancários particularmente importantes, que são mencionados abaixo, por ordem de capitalização:

- Unicredit: nascido da fusão dos grupos Unicredito e Credito Italiano, é o primeiro grupo bancário na Europa e o maior grupo da Itália, atuando também nos mercados da Europa Central (www.unicreditbanca.it).

- Intesa Sanpaolo: nascido da fusão dos bancos Intesa e Sanpaolo IMI. Dispõe de uma importante rede de agências e tem uma forte presença internacional focada na Europa Central e Oriental e na bacia do Mediterrâneo (www.intesasanpaolo.com).

- Banco MPS: O banco Monte dei Paschi di Siena adquiriu, em 2008, o banco Antonveneta, é o chefe deste grupo que atua em todo o país e nos principais mercados internacionais (www.mps.it)

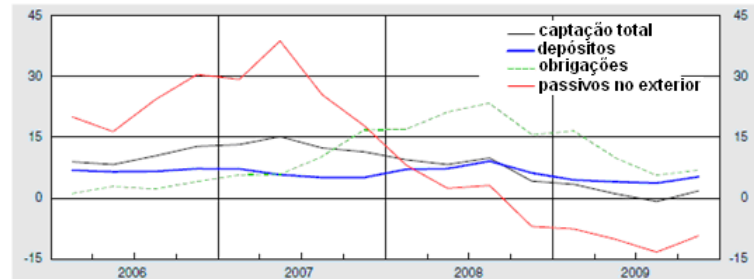
Seguem-se os grupos Mediobanca, Ubi Banca, Banca Popolare e Carige. Além destes grupos, existem bancos menores, que são instituições importantes no âmbito local, e os bancos

cooperativos. Abaixo, a lista dos bancos italianos no Brasil:

- Grupo Intesa-Sanpaolo (www.intesasanpaolo.com)
- BNL (www.bnl.it)
- Unicredit (www.unicreditbanca.it)
- Mediocredito Centrale (www.mcc.it)

Por último, o Poste Italiane (Correios Italianos), além de assegurar o serviço postal universal, oferece produtos financeiros em todo o país que representam em muitos casos a alternativa às instituições bancárias típicas.

Crescimento da captação bancária na Itália*¹³
(Dados trimestrais; variações percentuais em 12 meses)



Fonte: "Relatório Anual 2009", Banca d'Italia, maio 2010.

4. Planejamento econômico

O governo italiano tem por obrigação elaborar anualmente diretrizes de planejamento econômico para cada ano sucessivo.

¹³ Dados provenientes do controle e elaboração de dados do BCE. As variações percentuais são calculadas com exclusão das reclassificações, da variação cambial, dos ajustes de valor e outras variações não derivadas das transações. Os acordos de recompra em relação às entidades responsáveis pelo funcionamento dos mercados são convencionalmente incluídos entre os depósitos em Instituições Financeiras Monetárias.



Esta é a função da Legge Finanziaria (Lei do Orçamento) e do Documento de Planejamento Econômico e Financeiro – diplomas legais contendo as diretrizes do governo para a política econômica.

Sugere-se a consulta ao site do Governo (www.governo.it) para uma leitura integral dos documentos acima, segue abaixo um resumo somente dos pontos mais significativos.

As medidas adotadas para a aplicação do plano anticrise aprovado para o triênio 2009-2011 foram subdivididas da seguinte forma:

- apoio às indústrias e às empresas.
- medidas para melhorar o mercado de trabalho.
- apoio ao investimento.
- ajuda para o poder de compra das famílias.

As projeções para 2010-2013 baseiam-se nas previsões de 2009, ano particularmente afetado pela a crise econômica.

Até 2010, devido à virulência da recessão atual, foi decidido limitar a intervenção para reequilibrar as finanças públicas a um controle rigoroso das despesas, especialmente as dos gastos primários, e iniciar o processo de ajuste fiscal, a partir de 2011, quando se prevê uma melhoria significativa no clima econômico.

Para o endividamento e o saldo primário o objetivo é um maior controle sobre a base impositiva (luta contra a evasão fiscal) e a economia que pode ser feita com o reequilíbrio das contas das regiões em déficit com os serviços de saúde e com uma maior aplicação do federalismo, em relação ao qual, por meio da adoção de custos padronizados para a prestação e financiamento de serviços públicos, persegue-se a hipótese da economia de escala. Corretamente, porém, este cenário programático não leva em consideração os possíveis efeitos do aumento dos níveis de eficiência.

Outras medidas anunciadas referem-se ao emprego no setor público e às despesas com pensões.



III - COMÉRCIO EXTERIOR GERAL DO PAÍS

1. Evolução recente

O crescimento repentino da incerteza sobre as variáveis de natureza financeira – a partir do rápido aumento da volatilidade, o início das restrições de crédito, a queda do mercado acionário - e do comportamento da demanda, resultaram numa rápida passagem da crise da esfera financeira à atividade real, com uma queda do comércio exterior e da produção industrial, que atingiu de modo particular a Europa.

No mês de abril de 2010 ocorreu um forte aumento do fluxo comercial com o resto do mundo nos dois sentidos, com um aumento maior das importações com relação às exportações, e piorou a balança comercial com relação ao mesmo mês do ano

precedente.

No período de janeiro a abril de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, as exportações aumentaram em 8,8% (8,7% para os países da UE e 8,9% para os países extra-UE) e as importações 12,5% (10,9% para a UE e 14,6% para aqueles fora da UE). Nos primeiros quatro meses do ano, o déficit comercial de 9,2 bilhões de euros (12,63 bilhões de dólares), é o maior comparado com o período correspondente de 2009 (5 bilhões de euros/6,5 bilhões dólares).

No primeiro quadrimestre de 2010, o aumento do valor das exportações com relação ao mesmo período de 2009, é determinado por um crescimento do volume (+6,7%), muito mais forte do que os valores unitários médios (+2,7%). Também do lado das importações registram-se aumentos em volumes superiores aos dos valores unitários médios (respectivamente 8,1% e 4,8%).

Índices dos valores unitários médios e dos volumes de comércio com o resto do mundo, base 2005 = 100

(Variações percentuais tendenciais. Abril de 2010)

	Índice		Valores unitários médios		Variação (%)	
	Valores unitários médios	Volumes	Valores unitários médios	Volumes	Valores unitários médios	Volumes
	Abril 2009	Abril 2010	Abr 10/Abr 09	Jan-Abr - 10 Jan-Abr - 09	Abr 10/Abr 09	Jan-Abr - 10 Jan-Abr - 09
Mundo						
Exportações	119,5	92,9	5,3	2,7	10,3	6,7
Importações	121,9	90,8	9,7	4,8	8,7	8,1
Países da UE						
Exportações	117,1	90,1	6,3	3,2	11,9	6,7
Importações	113,8	90,9	4,9	2,6	10,2	9,5
Países fora da UE						
Exportações	123,3	97,0	4,1	2,0	8,2	6,7
Importações	132,1	91,5	15,2	7,2	7,6	7,0

Fonte: ISTAT.



Em abril de 2010, verificou-se um aumento das exportações que afetou todos os principais grupos de mercadorias, com aumentos superiores à média para a energia (79,3%) e produtos intermediários (19,5%). Também para as importações houve um aumento em todos os setores, com resultados superiores à média para os produtos intermediários (33,7%) e energia (28,7%).

Com a exclusão da energia, as exportações aumentaram 13,1% e as importações 16,1%.

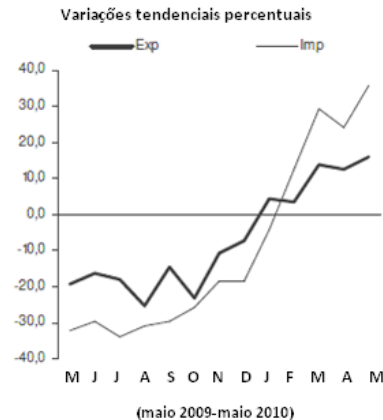
No período de janeiro-abril de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, as exportações aumentaram para todos os setores, com viés positivo, especialmente quanto à energia e os bens intermediários; as importações também registraram um aumento em todos os setores, em particular para a energia, para os produtos intermediários e bens de consumo duráveis.

Em maio de 2010, em comparação com o mesmo mês de 2009, as exportações aumentaram 15,8% e as importações 35,5%.

A balança comercial com países fora da UE é deficitária em 1,416 bilhão de euros (1,779 bilhão de dólares), uma queda acentuada com relação ao avanço ocorrido no mesmo mês de 2009 (mais de 464 milhões euro/633 milhões de dólares).

Ajustadas sazonalmente, em comparação com abril de 2010, as exportações cresceram 1,5% e as importações 3,2%. Durante o trimestre março-maio de 2010, em comparação com o trimestre anterior, as exportações aumentaram 5,8% e as importações 12,5%.

No período de janeiro a maio de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, há um aumento significativo tanto das exportações (10,4%), quanto das importações (18,5%). O saldo da balança comercial dos primeiros cinco meses de 2010 é de -9,151 bilhões de euros (-12,567 bilhões de dólares), piorando com relação ao déficit de 4,355 bilhões de euros (5,69 bilhões de dólares) no mesmo período em 2009. Excluindo o setor da energia, a balança comercial com países fora da UE apresenta um excedente de 11,524 bilhões de euros (14,480 bilhões de dólares), em comparação com o mesmo período de 2009 (13,092 bilhões de euros/17,871 bilhões de dólares).



Fonte: ISTAT.

Foram 189.812 os operadores que realizaram vendas de mercadorias ao exterior em 2009. A distribuição dos operadores pelo valor das exportações mostra a existência de 116.228 operadores (aqui definidos como "microexportadores"), que têm um faturamento total inferior a € 75.000 (US\$ 104.609), com uma contribuição para o valor total das exportações de 0,6%. Por outro lado, 8.218 operadores pertencem à classe dos exportadores com faturamento superior a 5 milhões de euros e são responsáveis por 81% das vendas no mercado exterior.

Os primeiros cinquenta exportadores representam 16,6% do total das exportações nacionais, os 100 primeiros, 22,1%, enquanto que os primeiros 1.000 são responsáveis por 48,6%.

43,9% dos operadores exporta mercadorias para um único mercado, 15,3% trabalha com mais de dez. 136.834 operadores estão presentes no mercado comunitário (exportando cerca de 58% do total), 77.847 em países europeus não pertencentes à UE, 34.667 atuam no mercado norte-americano e 34.289 no Leste da Ásia. Entre 2008 e 2009, o número de exportadores caiu em 3,3% (cerca de 4.500 unidades), compreendendo todas as categorias acima.



Itália

O peso relativo dos microexportadores passa dos 53,2% aos 54,6%, enquanto que a dos operadores que exportam mais de 50 milhões de euros (70 milhões de dólares), passa dos 0,8% aos 0,6%, com uma substancial redução das exportações por parte dos últimos (- 27,4%). Dos cerca de 138.000 operadores ativos em 2008, pouco mais de 25% apresentaram em 2009, um aumento das vendas ao exterior. O peso das exportações feitas por estes operadores de sobre o total de vendas ao exterior, passa dos 16% aos 30%.

2. Direção do comércio exterior

2.1. Importações

Quanto às importações, o aumento do valor é resultado de um aumento de 8,7% em volume e de 9,7% dos valores unitários médios.

Em 2009, a contribuição das importações líquidas para o crescimento do PIB foi negativa de 1,2%.

O padrão cíclico das importações de bens e serviços tem sido caracterizado por uma tendência negativa muito pronunciada e regular desde o final de 2007, seguida por uma repentina aceleração da queda entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro de 2009 (-5,2 e -9,7%, respectivamente), devido à recessão industrial e ao colapso do investimento.

Observou-se um aumento nas importações ao longo dos últimos dois trimestres de 2009, o que confirmaria uma recuperação parcial desta atividade.

A tendência de crescimento em volume registrada em abril de 2010 é de 10,2% para os produtos provenientes da UE (+9,5 na comparação entre janeiro-abril de 2010 e janeiro-abril de 2009) e 7,6% para aqueles provenientes de outros países (+7% na comparação entre os quatro primeiros meses de 2010 e o mesmo período de 2009).

O fluxo de importações dos países da UE subiu em 14,1% e o dos mercados extra-UE, 23,9%. Isto pode ser observado principalmente no fluxo proveniente da Áustria (20,8%), Países Bai-

xos (20,1%), Alemanha (16,3%) e França (14,6%).

Entre os principais países não-membros da UE observam-se aumentos significativos dos países da OPEP (33,6%), Japão (29,1%), Rússia (25,1%) e Turquia (24,5%). Entretanto, houve uma redução de 1,5% das importações dos Estados Unidos.

Nos primeiros quatro meses de 2010, os maiores aumentos foram provenientes da Espanha e da Áustria entre os países da UE, e da Turquia, Rússia e países da OPEP, entre os países fora da UE, enquanto que houve reduções do Japão, do Mercosul e da Suíça.

2.2. Exportações

Com relação ao mês de abril de 2010, o aumento do valor das exportações foi o resultado de um crescimento de 10,3% do volume e de 5,3% dos valores unitários médios.

A queda iniciada na primavera de 2008 assumiu dimensões excepcionais, com um declínio de 30% para o conjunto da UE. Este descenso só se conteve em meados de 2009, mas o perfil da retomada permanece incerta, especialmente no que se refere aos mercados europeus.

Em abril de 2010, começa um viés de crescimento para ambos os fluxos. Do lado das exportações, há um aumento de 11,9% para os países da UE (+6,7% quando comparados com os quatro primeiros meses de 2010 e o mesmo período de 2009) e de 8,2% para países fora da UE (+ 6,7% na comparação janeiro-abril de 2010 e janeiro-abril 2009).

A tendência das exportações é positiva, embora a um ritmo forte para os países da UE (+17,2%) em comparação com países extra-UE (+12,6%).

Elas aumentaram para todos os parceiros mais importantes da UE – com exceção da Polônia (-2,1%) – com os maiores aumentos para os Países Baixos (+33,4%), Espanha (+24,5%), Alemanha (+21%) e Reino Unido (+19,5%). Entretanto a França, segundo maior parceiro comercial da Itália, registra um aumento inferior à média da UE (+15,6%).

Entre os países não membros da UE que registraram os maiores aumentos estão: os países do Mercosul (+66,6%), Tur-



quia (+49%), os países EDA (+25,6%), da ASEAN (+21,6%), China (+17,8%) e EUA (+17,1%). Os países da OPEP, no entanto, apresentam uma leve diminuição (-0,7%).

Nos primeiros quatro meses de 2010, no âmbito da UE, os maiores aumentos das exportações foram para o Reino Unido e a Espanha, enquanto que fora da UE, foram para os países do Mercosul e para a Turquia. Os países da OPEP, o Japão e a Polônia, no entanto, registraram quedas.

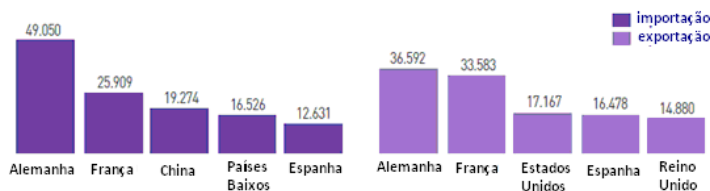
Quanto à origem da mercadoria exportada, deve-se notar que no primeiro trimestre de 2010, todas as regiões italianas observaram aumentos nas exportações com relação ao mesmo período do ano anterior, com aumentos particularmente importantes para a Itália insular (+de 51,8%), devido ao forte aumento do valor de exportação dos produtos petrolíferos refinados.

Também no centro e no sul houve aumentos acima da média nacional (respectivamente 7,7 e 7,6%).

No primeiro trimestre de 2010, apresenta-se uma conjuntura de evolução positiva das exportações em todas as regiões, em comparação com o trimestre precedente, particularmente intensa para a Itália meridional e as ilhas (+7,8%), nordeste (+6,8%) e noroeste (+4,1%).

Principais parceiros comerciais da Itália

(Ano 2009, valores absolutos em milhões de euros)



Fonte: ISTAT, 2009.

3. Composição do comércio exterior

3.1. Importações

Do lado das importações, levando em consideração os principais setores, houve aumentos particularmente importantes no caso do petróleo cru (+50,1%), metais básicos e produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (+46%), produtos químicos (+30,3%), coque e produtos petrolíferos refinados (+29,6%), computadores, eletrônicos e ópticos (+28,5%).

Houve contração, ao contrário, no setor de roupas (-5,4%), incluindo couro e peles, e transportes (-0,4%).

Nos primeiros quatro meses de 2010, levando em consideração os principais setores, os maiores aumentos foram no petróleo cru, no coque e nos produtos petrolíferos refinados, metais básicos e produtos metálicos, com exceção de máquinas e equipamentos e veículos.

Sempre no mesmo período, os maiores déficits foram nos setores de petróleo bruto, gás natural, automóveis, computadores, aparelhos eletrônicos e ópticos e substâncias e produtos químicos.

Com relação aos insumos energéticos no período de janeiro a abril de 2010, as importações de petróleo foram responsáveis por 9,1% do fluxo total (6,3% no período correspondente de 2009), enquanto que as importações de gás natural pesaram 6,2% (8,1% durante o mesmo período de 2009).

Durante o mesmo período, o saldo da balança comercial, excluindo-se o petróleo e o gás natural, foi positivo em 7,8 bilhões de euros (10,7 bilhões de dólares), em redução com relação ao saldo de 9,1 bilhões de euros (11,8 bilhões de dólares) registrado no mesmo período do ano anterior.

3.2. Exportações

Em abril de 2010, todos os setores relacionados com a exportação – com exceção do vestuário (incluindo couro e peles) (menos de 1%) – mostraram tendências positivas, particularmente no caso do coque e dos produtos petrolíferos refinados



(+77,9%), produtos químicos (+33,8%), transportes (24,8%, dos quais 22% foram veículos), couro (exceto vestuário) e similares (+21,7%), metais básicos e produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (+20,3%) e borracha e plástico (+20,2%). As máquinas e aparelhos, que representam o maior setor exportador, tiveram um aumento inferior à média nacional (+3,2%).

No período de janeiro a abril de 2010, em comparação com igual período do ano anterior, os maiores aumentos nas exportações são encontrados entre os produtos petrolíferos refinados e o coque, produtos químicos, meios de transporte, artigos de borracha e plásticos e produtos farmacêuticos, químicos, médicos e botânicos.

Os maiores saldos positivos foram registrados para máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos, mobiliário, artigos de couro (excluindo vestuário) e similares, coque e produtos refinados de petróleo, outros produtos do processamento de minerais não metálicos, artigos de borracha e plásticos, metais básicos e produtos metálicos.

Exportações e importações por principais grupos e tipos de mercadoria																
(Milhões de euros/dólares)																
Período	Exportações (FOB)						Importações (valores CIF)									
	Bens de Consumo		Bens de capital		Produtos intermediários		Energia		Bens de Consumo		Bens de capital		Produtos intermediários		Energia	
	€	US\$	€	US\$	€	US\$	€	US\$	€	US\$	€	US\$	€	US\$	€	US\$
2007	102.026	139.825	123.345	169.042	125.436	171.908	13.936	19.099	86.529	118.586	95.186	130.451	131.225	179.841	60.400	82.777
2008	102.102	150.168	124.733	183.452	125.253	184.217	16.927	24.896	87.097	128.099	91.615	134.744	126.892	186.628	76.446	112.434
2009	87.835	122.511	97.507	136.001	95.196	132.777	10.262	14.313	81.918	114.258	72.098	100.561	89.893	125.381	51.946	72.453
2010																
I trim.	23.185	32.093	23.948	33.149	25.062	34.691	3.352	4.640	21.957	30.393	20.079	27.794	25.721	35.603	16.190	22.410

Fonte: ISTAT.



Índices de valores unitários médios e dos volumes exportados por principais grupos e tipo de mercadoria.

Base 2005 = 100. Variações percentuais

Principais grupos por tipos de produtos	Valores unitários médios				Volumes			
	Exportação		Importação		Exportação		Importação	
	Mai 10 Mai 09	Jan-mai 10 Jan-mai 09	Mai 10 Mai 09	Jan-mai 10 Jan-mai 09	Mai 10 Mai 10	Jan-mai 10 Jan-mai 09	Mai 10 Mai 10	Jan-mai 10 Jan-mai 09
Bens de consumo	3,6	1,6	5,3	2,4	15,3	6,0	10,0	4,4
- duráveis	3,0	1,3	1,8	-0,4	19,6	5,1	28,5	17,3
- não duráveis	3,9	1,6	6,1	2,9	13,8	6,3	6,8	2,3
Bens instrumentais	2,3	1,0	3,0	1,4	3,7	4,5	14,6	9,4
Produtos intermediários	8,4	2,9	13,1	6,1	17,0	10,4	39,1	17,9
Energia	45,7	41,5	39,8	18,7	2,5	10,3	-1,9	3,0
Total sem energia	4,7	1,8	7,4	3,4	11,6	7,0	22,0	10,9
TOTAL	6,5	3,4	13,7	6,5	10,8	6,8	16,2	8,9

Fonte: ISTAT.



Itália

IV - RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL-ITÁLIA

1. Evolução recente

O Brasil sempre foi o principal parceiro comercial da Itália na região da América Latina, enquanto que a Itália é (conforme os dados disponíveis) o oitavo parceiro comercial do Brasil, tanto como mercado quanto como fornecedor.

No que se refere ao comportamento do comércio entre os dois países, o triênio 2006-2008 revelou tanto um aumento das exportações italianas quanto um ligeiro aumento das importações do Brasil.

A quota de mercado das exportações italianas para o Brasil aumentou após a crise internacional, passando de 2,66% em 2008 para 2,96% durante o ano passado. Este é o resultado da menor contração das exportações italianas para o Brasil (-20,6%) com relação ao conjunto do mercado (-26,2%).

No mesmo período, as exportações brasileiras para a Itália caíram de forma significativa, registrando uma taxa negativa de 36,7%, mais forte que os -22,7% do total das exportações brasileiras. Isso diminuiu a quota de mercado das exportações brasileiras para a Itália, que caiu de 2,4% para 2,0%. A balança comercial bilateral tornou-se então favorável para a Itália (647 milhões de dólares) pela primeira vez desde 2001.

Fazendo uma análise mais detalhada sobre o comportamento das exportações italianas para os principais estados brasileiros, este parece estar em conformidade com as tendências gerais, caracterizadas pela severa contração dos fluxos de comércio, com poucas exceções.

No Estado de São Paulo – a porta comercial do Brasil com o resto do mundo – as importações da Itália, em 2009, diminuíram 21,8% em comparação com 2008, em linha com a média nacional, ficando num patamar de mais de 1,5 bilhão de dólares (quase a metade das exportações italianas para o Brasil), mantendo inalterada a quota de mercado da Itália no Brasil (3,09%).

Convém destacar que as importações da Ásia (excluindo o Oriente Médio), que pela primeira vez em 2008, tinham

ultrapassado as da União Europeia, registraram uma queda de 25,8%, superior à ocorrida nos principais blocos concorrentes, alcançando um valor de 14,3 bilhões de dólares.

A parte asiática, portanto, diminuiu de 29% em 2008 para 28,4% em 2009 e a região oriental, mais uma vez, cedeu lugar à UE como o principal fornecedor do Estado de São Paulo.

As importações da UE, de fato, embora decrescentes, recuperaram terreno com relação a outros blocos, recuando 20% em 2009 com relação a 2008, totalizando um valor de US\$ 14,6 bilhões (29% do total).

Os estados brasileiros tradicionalmente mais importantes para a Itália são os da região sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estes estão fortemente ligados à Itália, seja em termos econômicos, seja pelo alto nível de desenvolvimento industrial, seja pelo aspecto cultural, já que neles vive uma grande parcela de cidadãos de origem italiana.

As importações desta região, em 2009, também sofreram uma forte redução (-17,9%, ou 654,5 milhões), o que resultou, para a Itália, na perda de uma posição no ranking dos países fornecedores (do 8º ao 9º lugar).

A mesma coisa vale para o Estado de Minas Gerais, um parceiro importante para a Itália por contar com a presença das principais fábricas do Grupo Fiat, que sofreu uma queda acentuada nas importações italianas em 2009 (-31,4%), estabilizando-se num valor de 619,5 milhões de dólares (903,3 milhões no ano precedente).

O Estado do Rio de Janeiro, entretanto, emite sinais contrários à tendência nacional. Em 2009, de fato, as importações da Itália permaneceram praticamente inalteradas em relação a 2008 (-0,02%). Uma acentuada redução conjuntural das importações do Estado do Rio de outros parceiros comerciais pelo mundo (-19,3%) favoreceu o aumento da quota de mercado italiano, que passou de 2,06% (331,7 milhões de dólares) em 2008, para 2,77% (331,6 milhões) em 2009.

É uma coisa notável, dada a importância do Estado que hospedará nos próximos anos, os principais eventos esportivos mundiais (Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa do Mundo de 2014, Jogos Olímpicos de 2016).



Brasil: intercâmbio comercial com a Itália, 2006-2009

(US\$ milhões, FOB)

Descrição	2006	2007	2008	2009
Exportações brasileiras	3.836	4.464	4.765	3.016
Importações brasileiras	2.570	3.348	4.613	3.664
Intercâmbio comercial	6.406	7.812	9.378	6.680
Balança comercial	1.266	1.116	152	-647
Cota de mercado	2,79%	2,77%	2,66%	2,96%

Fonte: Baseado em dados do MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

2. Composição do intercâmbio bilateral

As exportações italianas para o Brasil estão concentradas em áreas onde o "Made in Italy" é tradicionalmente consolidado, em particular no setor de ferramentas e outros produtos de tecnologia média. Os produtos mais vendidos são: acessórios para tratores e veículos, lubrificantes, válvulas de esfera, máquinas de embalagem, helicópteros, barcos a motor, outros.

No entanto, no que diz respeito às importações italianas do Brasil, em 2009, as categorias mais importantes foram: matérias-primas (principalmente o café), semi-acabados, peles, carne e minério de ferro. No mesmo ano, entretanto, ocorreu também o fornecimento de aeronaves. A Alemanha – que está entre os mais diretos concorrentes europeus da Itália – embora registrando uma queda de 18% das suas exportações, consolidou o seu quarto lugar entre os fornecedores estrangeiros no Brasil e a primeira posição entre os fornecedores europeus, com uma quota de mercado de 7,7%. A França, ao contrário, reduziu em 22,7% as suas exportações para o Brasil e foi ultrapassada pela Itália, que ficou na oitava posição.



Na tabela abaixo, são apresentados os dez principais produtos exportados do Brasil para a Itália.

(US\$ mil, FOB)

EXPORTAÇÕES	2009	% no total	2008	% no total	Var. rel 2009/2008
Total Geral	3.016.154	100,00	4.765.047	100,00	-36,7
Total dos principais produtos exportados	2.708	89,78	4.063.595		
Café não torrado, não descafeinado, em grão	349.832	11,6	477.299	10,02	-26,71
Pasta quim. madeira de n/conif. a soda/sulfato, semi/branq.	295.877	9,81	415.463	8,72	-28,78
Outros grãos de soja, mesmo triturados	278.507	9,23	477.469	10,02	-41,67
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	192.699	6,39	379.236	7,96	-49,19
Outros aviões/veículos aéreos, peso>15.000kg, vazios	141.345	4,69	-	-	-
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	118.698	3,94	312.558	6,56	-62,02
Bagaços e outs. resíduos sólidos, da extr. do óleo de soja	106.830	3,54	206.427	2,92	-23,24
Outs. couros/peles, int. bovinos, prepar. etc.	103.884	3,44	206.427	4,33	-49,68
Carnes de bovinos desossadas, congeladas	89.697	2,97	37.154	0,78	141,42
Outs. calçados sol. ext. borr/plást. couro natural	72.157	2,39	121.168	2,54	-40,45

Fonte: Elaboração com dados do SISCOMEX.



Abaixo, a tabela com os 10 principais produtos de origem italiana importados pelo Brasil.

(US\$ mil, FOB)

IMPORTAÇÕES	2009	% no total	2008	% no total	Var. rel. 2009/2008
Total Geral	3.663.599	100,00	4.612.918	100,00	-20,58
Total dos principais produtos importados	1.661.068	45,34	1.824.215		
Outras partes e acess. p/tratores e veículos automóveis	72.095	1,97	136.409	2,96	-47,15
Outras partes e acess. de carroçarias p/ veíc. automóveis	51.078	1,39	94.080	2,04	-45,71
Óleos lubrificantes sem aditivos	47.308	1,29	100.261	2,17	-52,81
Válvulas tipo esfera	45.163	1,23	14.720	0,32	206,81
Outs. máquinas e apars. p/ empacotar/embalar mercadorias	43.252	1,18	42.688	0,93	1,32
Helicópteros de 2000kg<peso<3500kg, vazios	39.766	1,09	10.770	0,23	269,21
Barcos a motor, exc. com motor fora-de-borda	39.660	1,08	-	-	-
Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/ função própria	38.137	1,04	42.103	0,91	-9,42
Caixas de marchas p/ veículos automóveis	35.795	0,98	67.246	1,46	-46,77
Outras partes de máqs. e aparelhos de terraplanagem e etc.	34.450	0,94	77.424	1,68	-55,5

Fonte: Elaboração com dados do SISCOMEX.

3. Investimentos bilaterais

A crescente integração do Brasil nos mercados internacionais reflete-se também num aumento nos fluxos de capital. O Brasil é, de fato, grande receptor de investimentos estrangeiros diretos (IEDs). Em 2009¹ estes atingiram a cifra de 25,9 bilhões de dólares que, embora inferior à do ano precedente (45,1 bilhões) devido à crise financeira, representam em todo caso, um volume considerável.

O Banco Central espera que em 2010 o investimento estrangeiro direto volte aos níveis pré-crise, superando 38 bilhões de dólares.

Excluindo-se os centros financeiros internacionais (Luxemburgo, Países Baixos, Ilhas Cayman, etc.), os principais países de origem dos investimentos são EUA, Japão, Espanha e França. A Itália, com 326 milhões de dólares em 2008, está classificada abaixo da média, bem abaixo até mesmo da Alemanha e de Portugal (com cerca de US\$ 1 bilhão cada).

Até agora, o sistema produtivo italiano tem buscado principalmente aumentar as exportações para o Brasil, sem a usar plenamente as oportunidades decorrentes do estabelecimento de atividades econômicas in loco. As margens de crescimento das exportações italianas aparecem objetivamente limitadas devido à progressiva industrialização e especialização do Brasil.

Deste fato resulta que, como já entenderam os principais concorrentes, é preciso reforçar presença local por meio de parcerias com empresas brasileiras se se quer continuar a crescer neste mercado com enorme potencial. Nos últimos anos as empresas italianas também começaram a operar neste modo. Uma missão, ocorrida em novembro de 2009, levou mais de 200 empresas italianas

1 Fonte: Ice.



ao Brasil (a maior já realizada na América Latina) e colocou em evidência a necessidade de se promover parcerias industriais.

As razões para a baixa participação italiana encontram-se nos limites estruturais do sistema produtivo italiano, em que a dimensão das empresas é um grande obstáculo para a geração de processos consistentes e duradouros no terreno dos investimentos no exterior.

Casos de excelência são encontrados entre as grandes empresas como a Fiat (que se instalou no Brasil há mais de 50 anos, com unidades de produção da Fiat Auto, Teksid, Magneti Marelli, CNH e Comau) defendendo firmemente a decisão estratégica de preservar o plano de investimentos no Brasil de cerca de 2,5 bilhões de euros anunciados no final de 2007. Os planos para aumentar a capacidade de produção de várias empresas do grupo estão sendo concretizados em novas fábricas e linhas de produção. A Case New Holland abriu uma nova unidade de produção em Sorocaba, a mais importante da América Latina para a produção de tratores e colheitadeiras, com um investimento de cerca de 400 milhões de euros.

A Pirelli mantém com sucesso a sua presença no Brasil, e comemorou os seus oitenta anos de idade em 2009. De acordo com o plano de negócios 2009-2011, o grupo vai investir, no Brasil, 200 milhões de dólares, que serão acrescentados aos 100 milhões já investidos no ano passado. Um terço dos US\$ 300 milhões será destinado à inovação tecnológica e os dois terços restantes ao aumento da capacidade de produção. A Prysmian (antiga Divisão de Cabos e agora independente) abriu uma nova fábrica no Estado do Espírito Santo.

Quanto à Telecom, que em junho de 2009 obteve a aprovação final da nova composição acionária pela agência reguladora brasileira, a Anatel, a empresa prevê um montante de investimentos de R\$ 7 bilhões nos próximos três anos, que serão adicionados aos 9,36 bilhões investidos até agora desde a sua chegada ao Brasil em 1997.

A empresa adquiriu recentemente a operadora brasileira Intelig, o que mostra a vontade de fortalecer a sua presença no mercado brasileiro.

Nos últimos anos, os investimentos das PMEs italianas se multiplicaram, sinal do interesse pelo Brasil e pelas oportunidades econômicas que o país oferece para aqueles que se apresentam

com projetos sérios e bem estruturados.

O número de empresas italianas que abriu uma filial no Brasil, entre comerciais e produtivas, quase duplicou, passando de pouco mais de 120 para mais de 300. Não há setores predominantes, pelo contrário, são as mais variadas possíveis, e vão desde a prestação de serviços (turismo, assistência técnica, consultoria de negócios, vendas, etc.) à fabricação de semi-acabados ou produtos acabados. Até 2008 mais ou menos, as razões pelas quais as empresas italianas decidiam deslocar uma parte ou a totalidade da sua produção consistiam no fato de que viam o Brasil como um país culturalmente próximo da Itália e com custos de produção mais baixos. Hoje já não é mais o baixo custo de produção que atrai as empresas, mas a oportunidade de produzir para um mercado protegido, onde a demanda está crescendo, oferecendo oportunidades para conquistar cada vez um maior espaço.

Se no passado a maioria das empresas italianas que investiram no Brasil estabelecia-se nos estados mais desenvolvidos, agora este fator já não é mais preponderante, já que muitas empresas preferem se estabelecer nos estados que têm planos de incentivos/facilidades mais atraentes, ou mais perto de determinados mercados ou fontes de matérias-primas. Há também as pequenas e médias empresas do entorno produtivo que se mudaram, acompanhando os grandes grupos industriais e se inserindo com êxito no contexto local.

Os investimentos italianos no Brasil, em 2009, chegaram a 214,69 milhões de dólares, e sofreram uma redução em comparação com o mesmo valor de 2008 (326,27 milhões de dólares, mais 20% em relação a 2007).



Na tabela abaixo se apresenta o valor total das principais atividades econômicas e os investimentos da Itália no Brasil.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DIRETOS DA ITÁLIA NO BRASIL, POR SETOR	
Atividade econômica	US\$ milhões
Fabricação de fios, cabos e condutores	29,24
Fabricação de artigos de vidro	22,46
Atividade imobiliária	11,61
Fabricação de máquinas e equipamentos	10,9
Incorporação e empreendimentos imobiliários	8,79
Construção de edifícios	7,76
Holdings de instituições não-financeiras	7,73
Fabricação de artefatos de plástico	6,52
Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentares ou agrícolas	6,52
Fabricação de outros materiais, exceto madeira e metal	6,41
Telecomunicações por satélite	5,58

Fonte: Banco Central do Brasil.

Quanto à internacionalização passiva, no entanto, o peso da América Latina sobre os investimentos na Itália, embora crescente, é pouco relevante. Os investimentos estrangeiros do Brasil estão, de fato, aumentando, concentrando-se preponderantemente no próprio continente americano e na Europa central. No que se refere à Itália, certamente se trata de uma contribuição marginal, embora destinada a aumentar. Trata-se principalmente de investimentos diretos e aplicações.

Os investidores brasileiros concentram o foco na construção civil, cerâmica, mármore, granito, têxtil, mecânica. Trata-se em sua maioria de pequenas e médias empresas que se dirigem a Itália com o objetivo de estabelecer atividades comerciais.

Quanto às aplicações, tratam-se principalmente participações acionárias. Em 2008², os investimentos brasileiros na Itália somaram 170,4 milhões de dólares americanos, divididos em investimentos diretos a partir de 10% (80,3 milhões), empréstimos intercompanhia (41,9 milhões), depósitos (24,1 milhões) e investimento em carteira (16,3 milhões). Em comparação com 2007, evidencia-se um ligeiro aumento que mantém substancialmente as proporções acima.

Mais informações no site da Invitalia, a Agência Nacional para o investimento estrangeiro e desenvolvimento empresarial (www.invitalia.it).

4. Principais acordos econômicos com o Brasil

- Acordo de cooperação econômica, industrial e de desenvolvimento;
- Acordo para a promoção e proteção dos investimentos;
- Acordo para evitar a dupla tributação de renda (as páginas web onde encontrar o acordo sobre a dupla tributação entre a Itália e o Brasil são as seguintes: Brasil: www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/AcordosInternacionais/Italia/Dec8598581 e www.finanze.it/export/download/dipartimento_pol_fisc/Brasile.pdf).

2 Banco Central do Brasil, "Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação – DESIGO".



V- ACESSO AO MERCADO

1. Sistema tarifário

1.1. Estrutura da tarifa

Os 27 países membros da União Europeia não possuem barreiras aduaneiras entre eles e o Regulamento CEE nº 2913/1992, estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Além disso, uma vez que os direitos aduaneiros estejam devidamente pagos e as condições de importação tenham sido inspecionadas, as mercadorias importadas estão livres para se mover no resto da União Europeia, sem quaisquer outros controles aduaneiros.

O território aduaneiro italiano¹ é o território da República Italiana, exceto os municípios de Livigno e Campione d'Itália e as águas nacionais do lago de Lugano, que estão entre as margens e a fronteira política da área situada entre Ponte Tresa e Porto Maggiore.

Formam parte do território aduaneiro da Comunidade as águas territoriais, as águas interiores marítimas e o espaço aéreo dos Estados-Membros e do território, com exceção das águas territoriais, das águas interiores marítimas e do espaço aéreo pertencentes aos territórios que não são parte do território da Comunidade.

Na Itália a instituição responsável pela alfândega é a Agenzia delle Dogane que responde diretamente ao Ministério da Economia e das Finanças (www.agenziadogane.it).

As mercadorias comercializadas internacionalmente são classificadas de acordo com a Tarifa Comunitária Integrada (TARIC), que estabelece as obrigações e tarifas no momento da mercadoria entrar no território aduaneiro correspondente ou, em outras palavras, aplica as regras comerciais da UE sobre as mercadorias importadas e exportadas pela Comunidade.

O Regulamento do Conselho (CEE) nº 2658/87, relativo

à nomenclatura tarifária e estatística e à Tarifa Aduaneira Comum, institui a classificação de mercadorias, conhecida como Nomenclatura Combinada (NC), projetada para responder, por enquanto, às necessidades da Tarifa Aduaneira Comum e do comércio exterior. A Nomenclatura Combinada baseia-se na Nomenclatura do Sistema Harmonizado, à qual acrescenta suas subdivisões próprias, conhecidas como "subitens da NC".

A Nomenclatura Combinada é resultado da fusão da nomenclatura da Tarifa Aduaneira Comum e da Nimexe (classificação estatística da Comunidade).

A Comissão institui, em seguida, com base na Nomenclatura Combinada, uma Tarifa Integrada Comunitária, que incorpora as subdivisões das subdivisões complementares comunitárias (subitens Taric) usadas para designar os produtos e seu número de código, as alíquotas dos direitos aduaneiros, dependendo da origem de mercadorias, e várias medidas de política comercial.

A cada um destes subitens da Nomenclatura Combinada corresponde um código numérico de oito dígitos. Os seis primeiros dígitos são os títulos e subtítulos da Nomenclatura do Sistema Harmonizado. O sétimo e oitavo dígitos deverão identificar os subitens NC. O nono e décimo indicam os subitens Taric.

A Comissão adota anualmente um regulamento que incorpora a versão completa da Nomenclatura Combinada e das alíquotas dos direitos aduaneiros comuns, tendo em conta as alterações apresentadas pelo Conselho e pela Comissão. Este regulamento é publicado no Jornal Oficial o mais tardar em 31 de outubro. Ela entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte.

Há certas áreas ou zonas do continente em que vigoram regras tarifárias especiais que são uma exceção da regra geral. É o caso da EFTA - European Fair Trade Association: Associação de onze importadores do comércio justo em nove países europeus (Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Suíça e Reino Unido).

1.2. Sistema Geral de Preferências (SGP)

O Sistema de Geral de Preferências (SGP) da União Europeia oferece aos países em desenvolvimento uma redução

1 Fonte: Agenzia delle Dogane, Ministero Economia e Finanze.



dos direitos aduaneiros sobre alguns de seus produtos que entram no mercado europeu.

Este se baseia no Regulamento (CE) nº 732/2008, sobre a aplicação de um sistema de preferências tarifárias generalizadas para o período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011 e altera os Regulamentos (CE) n. 552/97, (CE) n. 1933/2006 e do Regulamento (CE) n.1100/2006 e (CE) n. 964/2007.

O exportador brasileiro pode consultar se o produto pode se beneficiar da redução de tarifas consultando o TARIC no site da Comunidade Europeia: http://ec.europa.eu/taxation_customs/dds/cgi-bin/tarchap?Lang=PT.

A BRASEUROPA é a missão do Brasil, em acordo com a Comunidade Europeia, criada para acelerar o processo de integração regional e o fortalecimento das instituições da UE. O site institucional é o www.braseuropa.be.

1.3. Isenção de direitos de importação

A isenção de direitos de importação de várias categorias de produtos podem ser agrupada e resumida do seguinte modo:

a) Bens pessoais:

- Bens pessoais de pessoas que tenham transferido sua residência habitual num país não-membro para a CE, pelo período de, pelo menos, 12 meses consecutivos;
- Bens importados por ocasião de um matrimônio; são elegíveis para essa isenção apenas aqueles que residiram fora da CE por um período de 12 meses consecutivos, e que apresentem provas do casamento;
- Bens pessoais recebidos como parte de herança de indivíduos domiciliados na CE.
 - Mobiliário:
 - Enfeites e objetos de decoração de uma residência secundária na CE, importados por um indivíduo residente fora da Comunidade;
 - Kits de materiais educativos e outros itens de mobiliário necessários para os alunos que vêm estudar na Comunidade.

b) Remessas de valor insignificante ou sem comércio de mercadorias e de capitais:

- remessas de valor insignificante não superior a € 22, com exceção dos relativos às bebidas alcoólicas, tabaco, perfumes e colônias;
- transferência privada, não-comercial, feito por pessoa física em um país não-membro e destinada a um outra pessoa física residente na CE. O regulamento fixa, para cada remessa, os limites quantitativos específicos para bebidas alcoólicas, tabaco, perfumes e colônias. Para outros produtos, o valor é limitado a € 45;
- bens de capital e bens instrumentais de uma empresa que encerra suas atividades num país não-membro para entrar no território da Comunidade. Estes ativos devem ter sido utilizados pela empresa durante pelo menos 12 meses antes do encerramento das atividades;
- mercadorias contidas nas bagagens pessoais dos viajantes provenientes de um país não-membro, de natureza não-comercial. O regulamento estabelece os limites das quantidades para cada viajante, referente às bebidas alcoólicas, tabaco, perfumes e colônias. Para outros bens, o limite é fixado em um valor de € 175.

c) Produtos agrícolas, biológicos, químicos, farmacêuticos e medicinais:

- os produtos da agricultura, apicultura, horticultura ou silvicultura obtidos por cidadãos europeus;
- Sementes, fertilizantes e produtos para o tratamento do solo e plantas importadas pelos agricultores em países não-membros para utilização na Comunidade e em países vizinhos;
- animais e substâncias biológicas ou químicas destinadas exclusivamente à pesquisa científica;
- substâncias terapêuticas de origem humana e reagentes para a determinação dos grupos sanguíneos e tecidos;
- materiais de referência para controle de qualidade de medicamentos;
- produtos farmacêuticos importados para a Comunidade em eventos esportivos internacionais.



d) Outras categorias:

- Itens educativos, científicos ou culturais, bem como ferramentas e equipamento destinado a fins científicos;
- As mercadorias enviadas para entidades de caridade e filantrópicas, além das destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Condecorações e prêmios honoríficos, presentes recebidos no âmbito das relações internacionais e bens usados por monarcas e Chefes de Estado;
- Mercadorias importadas para a promoção comercial, testes, ensaios e quaisquer outros tipos de análises;
- Mercadorias expedidas para órgãos responsáveis pela proteção aos direitos de autor e de propriedade intelectual, industrial ou comercial, literatura turística, documentos e outros itens.

Os bens isentos de direitos de exportação incluem:

- transferências para países não-membros cujo valor não exceda € 10;
- animais exportados no momento da transferência de uma exploração agrícola;
- produtos agrícolas presentes em propriedades situadas na Comunidade;
- sementes exportadas para sere utilizadas em propriedades situadas em países não-membros;
- Forragens e alimentos que acompanham os animais durante a sua exportação.

O período de permanência das mercadorias no regime de entreposto aduaneiro não está sujeito à restrição.

1.4. Outras taxas e impostos sobre a importação

O imposto sobre o valor agregado (IVA) é um imposto sobre o consumo geral, que se aplica às atividades comerciais que envolvem a produção e distribuição de bens e a prestação de serviços. As disposições relativas à criação do sistema comum de IVA na Comunidade Europeia (CE) são codificadas pela Diretiva 2006/112/CE, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema

comum de valor agregado.

O sistema comum do IVA se aplica aos bens e serviços comprados e vendidos para consumo na CE. O imposto é calculado de acordo com o valor agregado aos bens e serviços em cada fase da cadeia de produção e distribuição.

O fornecedor de bens ou o prestador de serviços (o contribuinte), paga às autoridades fiscais nacionais o IVA relativo às entregas efetuadas, após a dedução do IVA pago aos fornecedores. O IVA é devido pela importação, para as pessoas designadas ou reconhecidas como sujeitos passivos pelo estado membro que realiza a importação.

Para as importações de mercadorias, a base imponible é o valor definido como o valor aduaneiro. Impostos, direitos aduaneiros, taxas e demais encargos devidos fora do estado membro de importação, ou devido à importação (exceto o próprio IVA) e as despesas acessórias (embalagem, transporte, etc.) devem ser incluídos na base imponible.

A taxa normal de IVA é fixada até 31 de dezembro de 2010, numa percentagem da base imponible que não poderá ser inferior a 15%. Os estados membros podem introduzir uma ou duas taxas reduzidas a uma percentagem que não pode ser inferior a 5%.

Para facilitar o intercâmbio de bens, algumas importações de mercadorias provenientes de fora da CE estão isentas. Condições de isenção na importação:

- bens de capital e equipamentos relacionados com a transferência da atividade;
- bens de pequeno valor (não superior a 10 €);
- determinados produtos agrícolas ou de uso agrícola;
- substâncias terapêuticas, medicamentos, animais de laboratório e substâncias biológicas ou químicas;
- bens para instituições de caridade ou filantrópicas;
- bens no âmbito das relações internacionais;
- bens para promoção comercial;
- bens destinados a submeter-se a exames, análises ou ensaios;
- documentos destinados aos órgãos oficiais;
- combustíveis e lubrificantes transportados em veículos



terrestres e em contêineres para usos especiais.

Existem regimes de IVA especiais com respeito a:

- empresas de pequeno porte;
- agricultores (regime comum a forfait);
- bens de ocasião, obras de arte, de coleção ou antiquariado;
- ouro para investimento;
- agências de viagens;
- serviços prestados por meios eletrônicos.

Informações mais completas estão disponíveis na Diretiva do Conselho 2006/79/CE, que dispõe sobre a isenção de impostos de importação de bens em pequenas remessas de uso não-comercial de países terceiros (versão codificada).

A Diretiva 2008/118/CE do Conselho, que dispõe sobre o regime geral dos impostos especiais sobre o consumo (accisa), revoga a Diretiva 92/12/CEE e estabelece as regras gerais em matéria de impostos especiais. Os produtos enquadrados nesta classe estão sujeitos a este imposto no ato da sua importação para o território da Comunidade.

2. Regulamentação de importação

2.1. Regulamentação geral

O Regulamento (CE) n. 3285/94 estabelece as regras comuns para a importação da Comunidade Europeia (CE), com base no princípio da liberdade de importação e dos procedimentos definidos pela Comunidade.

O regulamento é aplicável às importações de produtos originários de países não-membros, além de produtos têxteis sujeitos a regras especiais para a importação, e produtos originários de determinados países que partilham regimes específicos de importação. Aplica-se, também, de forma complementar, aos produtos agrícolas sujeitos às organizações de mercado. O presente regulamento estabelece o princípio da livre importação de produtos originários de países não-membros,

sem prejuízo de quaisquer medidas de proteção.

2.1.1. Quotas

O Regulamento (CE) n. 520/94 dispõe sobre o estabelecimento de procedimento comunitário relativo à gestão das quotas com base no princípio da política comercial comum e do respeito à livre circulação de mercadorias. O regulamento é aplicável quando a Comissão determinar, por via autônoma ou convencional, as quantidades de produtos que podem ser importados ou exportados durante um dado período.

O regulamento não é aplicável aos produtos agrícolas, tampouco para produtos têxteis e produtos sujeitos a regime específico de importação, que obedeça a disposições específicas relativas à gestão das quotas.

2.1.2. Licenciamento de importação ou de exportação de produtos sujeitos a quotas

As licenças são rapidamente emitidas pelos Estados-Membros, no caso de distribuição de acordo com o princípio do "primeiro a chegar". Em outros casos, as licenças serão emitidas no prazo de dez dias após a notificação da decisão da Comissão que indicará as quantidades a serem distribuídas.

As licenças são válidas em toda a Comunidade, exceto se a quota for limitada a uma ou mais regiões específicas da Comunidade. Neste caso, as licenças são válidas apenas nos Estados ou regiões em questão. A validade das licenças é de quatro meses.

2.1.3. Medidas antissubvenções

O Regulamento (CE) n. 2026/97, relativo à defesa contra as importações objeto de dumping, de países não-membros da Comunidade Europeia, visa incorporar ao direito comunitário as disposições do Acordo sobre Subsídios celebrado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), objetivando a aplicação de regras adequadas e transparentes para reger as subvenções.



Este regulamento permite a imposição de direitos compensatórios para minimizar efeitos de determinadas subvenções concedidas, direta ou indiretamente, o fabrico, a produção, a exportação ou transporte de qualquer produto de um país não-membro, cuja introdução na livre prática de comércio na Comunidade possa causar prejuízos.

2.1.4. Importações via postal

A importação de determinadas mercadorias, especialmente se a dimensão, o peso e o volume forem limitados, pode ocorrer por meio do serviço postal.

As importações de bens enviadas por correio estão sujeitas ao mesmo imposto e ao regime aduaneiro, assim como todas as outras importações. Consequentemente, as importações via postal incluem, como regra geral, a livre circulação de mercadorias, respeitando-se o Artigo 79 do Regulamento CEE nº 2913.

2.1.5. Amostras, catálogos e material publicitário

A franquia será paga em relação à importação de amostras de mercadorias de valor insignificante, e utilizada para fins de promoção comercial (artigo 91 do Regulamento n. 918/83), e outros artigos de publicidade impressa, como catálogos, listas de preços, avisos comerciais e instruções (artigo 92), materiais utilizados ou consumidos em exposições ou eventos semelhantes (art. 95 do Regulamento).

2.2. Regulamentação específica

Rigorosas normas de segurança são comuns a todos os produtos e serviços em circulação no mercado interno, pois é essencial para salvaguardar a saúde dos consumidores. A União Europeia estabeleceu as regras gerais de segurança aplicáveis aos serviços, produtos alimentares e não alimentares; são normas obrigatórias para os produtores e fornecedores desses produtos e serviços. As regras são acompanhadas por instrumentos

de controle e alarme, destinados a analisar e prevenir riscos, corrigindo-os.

Para ser comercializado, o produto deve cumprir certos requisitos essenciais. O fabricante deve garantir que o seu produto atende às recomendações a ele aplicáveis, realizando ou mandando realizar um procedimento de avaliação.

Quando o produto atende às exigências essenciais, o fabricante coloca a marca CE no produto, o que indica a conformidade do mesmo às exigências essenciais. O fabricante deve ainda indicar o seu nome ou marca, sua razão social e o seu endereço no produto. Deve assegurar a continuidade da conformidade da produção.

O produto deve ser acompanhado de instruções e informações de segurança, em uma linguagem compreensível. Caso a avaliação de conformidade tenha sido realizada por uma organização externa, que não o próprio fabricante, deve constar do produto a marca desta organização.

O importador e o distribuidor devem assegurar que o fabricante cumpriu com as suas obrigações, ou seja, verificar se o produto ostenta a marca de conformidade e que esteja acompanhado de todos os documentos solicitados.

Os fabricantes (ou seu representante), distribuidores e importadores devem repassar às autoridades competentes todas as informações necessárias sobre o produto em questão, a fim de garantir a rastreabilidade do mesmo.

A segurança geral dos produtos no mercado é garantida por Lei de Proteção Comunitária, que obedece prescrições elevadas e uniformes, relativas à saúde e à segurança dos consumidores. A União Europeia (UE) criou um sistema de alerta rápido e eficiente, que avisa sobre produtos que representem um risco grave (RAPEX), bem como disposições que permitem a retirada do mercado dos produtos que ameacem a segurança e a saúde dos consumidores.

2.2.1. Marcas e patentes

O Regulamento (CE) n. 1383/2003 do Conselho trata das medidas a tomar contra mercadorias que violem os direitos de



propriedade intelectual.

O regulamento permite um sistema mais eficiente para estabelecer, em primeiro lugar, as condições em que as autoridades aduaneiras devem agir quando as mercadorias são suspeitas de violarem certos direitos de propriedade intelectual. Além disso, a fim de proteger os consumidores no que diz respeito aos gêneros alimentícios, o regulamento se estende ao âmbito da ação Comunitária, para alguns novos tipos de direitos de propriedade intelectual, ou seja, variedades de plantas, indicações geográficas e denominações de origem. O regulamento aplica-se a:

- mercadorias de contratação;
- pirataria;
- patentes;
- certificados complementares de proteção;
- projetos;
- direitos de autor e direitos conexos;
- marcas;
- denominações de origem.
- variedades vegetais;
- indicações geográficas;
- modelos ou matrizes criados ou adaptados para a fabricação de bens que violem direitos de propriedade intelectual.

As mercadorias que violam um direito de propriedade intelectual não podem ser:

- introduzidas no território aduaneiro da Comunidade;
- retiradas desse território;
- de livre circulação;
- exportadas;
- importadas;
- colocadas em regime de suspensão ou numa zona franca ou entreposto aduaneiro franco (duty free).

Se houver motivos razoáveis para supor que as mercadorias violam direitos de propriedade intelectual, as autoridades aduaneiras podem suspender a venda de tais bens ou determinar a detenção por três dias, para que o titular do direito apresente um pedido de intervenção dentro desse período. A intervenção

deve ser feita no prazo estabelecido pela autoridade aduaneira competente. O termo não pode exceder o período de um ano. A decisão de intervir deve ser informada pelo escritório do Estado ou dos Estados interessados.

2.2.2. Espécies da fauna e flora

Segundo o Regulamento (CE) nº 338/97, a importação de exemplares da flora e fauna está sujeita a:

- licença de importação emitida por um Estado-membro de destino ou uma notificação de importação;
- os controles necessários.

A Comissão pode impor restrições às importações em geral, e para poucos países de origem; publica uma lista trimestral de tais restrições no Jornal Oficial da União Europeia.

2.2.3. Medicamentos

O Regulamento (CE) nº 726/2004 aperfeiçoa o funcionamento dos procedimentos de autorização para o ingresso no mercado de medicamentos da Comunidade; altera alguns aspectos administrativos da Agência Europeia de Medicamentos.

2.2.4. Substâncias químicas precursoras de drogas sintéticas

O Regulamento (CE) n. 111/2005 tem como objetivo fortalecer os controles de importação de substâncias químicas utilizadas na fabricação de medicamentos sintéticos ilícitos, incluindo estimulantes do tipo anfetamina, como o Ecstasy. O objetivo é o enfrentamento da ameaça crescente da fabricação de drogas sintéticas na Europa Ocidental. O regulamento estabelece regras de controle exaustivo referente à comercialização, no âmbito da União Europeia e de países não-membros, de substâncias químicas que entram na fórmula de drogas ilícitas.

A legislação existente destina-se a aplicar o artigo 12 da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, aprovada em 19 de



dezembro de 1988, em Viena, que diz respeito ao comércio de tais substâncias.

O regulamento visa em particular:

- estabelecer requisitos para a aprovação de importação das substâncias precursoras de drogas ilícitas;
- exigir que todos os importadores coloquem rótulos nos produtos, identificando-os como precursores de drogas, fazendo-os acompanhar de documentação adequada;
- exigir que todos os importadores tenham licença para importar;
- assegurar que todas as remessas de substâncias precursoras sejam controladas pela UE;
- fortalecer os controles de exportação;
- proceder a verificações especiais, em nível comunitário, nas áreas onde há maior risco de desvio, tais como zonas francas ou de transbordo.

2.3. Regime cambial

Segundo o Art. 169º do Regulamento (CEE) n. 2454/93 (aplicação do Código Aduaneiro Comunitário), quando um dos fatores usados para determinar o valor aduaneiro de bens é definido numa moeda diferente do Estado-Membro em que ocorre a avaliação (neste caso, euros) deve ser utilizada, na conversão, a taxa de câmbio constatada e publicada pela Autoridade, que permanecerá em vigor, com as devidas garantias, por um período de tempo.

3. Documentação e formalidades

3.1. Embarque (no Brasil)

Produtos que entram na União Europeia devem ser acompanhados, pelo menos, dos seguintes documentos:

- fatura comercial;
- documento de transporte;
- packing list;

- declaração aduaneira;
- contrato de seguro.

3.2. Desembarço alfandegário (na Itália)

Foram introduzidos novos procedimentos informatizados para a apresentação das declarações eletrônicas, visando facilitar os procedimentos de importação. Na ocasião foram introduzidos mais elementos de simplificação, dando a opção de as operadoras que já utilizam o despacho eletrônico nas exportações possam aderir, voluntariamente, ao uso do mesmo nas importações, utilizando o arquivo aduaneiro eletrônico para conservação dos documentos junto à declaração eletrônica aduaneira.

4. Regimes especiais

O Código Aduaneiro Comunitário prevê os seguintes regimes extras de importação de mercadorias:

- Livre prática: permite-se a livre circulação de mercadoria estrangeira, por meio do pagamento de direitos aduaneiros na importação, dentro do estatuto de mercadorias comunitárias. As mercadorias devem ser sujeitas às regras do imposto e catalogadas como de uso doméstico.

- Trânsito externo: o sistema de trânsito externo será aplicado a todos os bens sujeitos a formalidades exigidas para viajar de um lugar para outro (por via férrea). O remetente se incumbem, num prazo determinado, de apresentar à Alfândega, a mesma mercadoria, na chegada e na partida.

- O regime TIR é aplicado no interior da Comunidade, na qual o transporte se inicia ou termina fora da Europa. Para a circulação de bens ainda sujeitos às formalidades aduaneiras, utiliza-se o Sistema de Trânsito Comunitário, que prevê duas maneiras diferentes: no primeiro caso, são transportadas mercadorias originárias de países não-membros, que ainda não tenham cumprido as formalidades de importação; por sua vez, a outra forma é utilizada para as mercadorias comunitárias (cujos direitos aduaneiros já foram quitados), nos poucos casos em que ainda estão sujeitas às formalidades aduaneiras,



concernentes à circulação de um país da UE para outro. Para as viagens ferroviárias o documento de trânsito da Comunidade é substituído pelo internacional. A caderneta pode ser usada apenas para transporte de ou para países não-membros, que aderiram à Convenção TIR, e nos quais haja uma organização nacional que garanta a operação. No entanto, para transferências para estes países é ainda possível utilizar outros esquemas nacionais ou internacionais.

- Recentemente entrou em vigor o regime NSTI (Novo Sistema Computadorizado/Automatizado de Trânsito Aduaneiro), visando unificar e simplificar os procedimentos de trânsito entre a UE e os países da EFTA, para facilitar a circulação de mercadorias, assim como para prevenir e combater fraudes. O sistema NSTI permite a emissão de relatórios eletrônicos e a descarga das mercadorias desde a aduaneira de destino até a da partida.

- O entreposto aduaneiro é usado para armazenar mercadorias não pertencentes à UE, que não estão sujeitas às legislações de importação e às medidas que regulamentam a política comercial. Existem várias categorias, dependendo do depósito e do tipo de utilização. A administração de um armazém está sujeita às autoridades aduaneiras, sem necessitar de outras autorizações especiais, exceto o depósito fiscal, que permite a introdução de bens comunitários ou nacionais sem o pagamento do IVA.

- Aperfeiçoamento Ativo: evita a aplicação de direitos aduaneiros e restrições à importação de bens a ser reexportados como produtos acabados; o aperfeiçoamento ativo também inclui o tratamento e reparo das mercadorias.

- Aperfeiçoamento Passivo: o regime de aperfeiçoamento passivo permite que empresas comunitárias possam melhorar a sua vantagem competitiva por meio da divisão internacional do trabalho. Por meio deste recurso, é possível exportar para fora da Comunidade, temporariamente, as mercadorias comunitárias, depois de submetidas às operações de aperfeiçoamento. Os produtos circularão livremente na Comunidade, com isenção total ou parcial dos direitos aduaneiros, relativos à importação. A mesma regra se aplica aos produtos que sofrem transformações, instalação, montagens e ou passam por reparações.

- Transformação sob controle aduaneiro: Este sistema torna possível transformar e alterar as mercadorias não-comunitárias no território europeu, sem ônus ou pagamento dos direitos aduaneiros de importação ou das regras da política comercial. O Código Aduaneiro Comunitário traz uma lista especial de produtos que podem se beneficiar desse regime extra.

- Entrada temporária: A estes deve ser acrescentado o novo regime NSTI, que simplifica o trânsito de mercadorias entre países da UE e dos países EFTA, para facilitar a circulação das mesmas e evitar fraudes.

4.1. Zonas Francas

As principais zonas francas do território italiano – as áreas internas nas quais os direitos de importação estão suspensos para os produtos não pertencentes à UE – são:

- Porto Livre de Trieste: Direção Regional da Agência Aduaneira para as regiões de Friuli Venezia Giulia. Panfili Largo, 1 I-34132, Trieste.

- Porto Livre de Veneza: Direção Regional da Agência Aduaneira para as regiões do Vêneto. Via R. Cavalcavia, 16/18, I-30172, Veneza Mestre.

- Zona Franca de Gioia Tauro: Direção Regional Agência Aduaneira para as regiões de Campania e Calábria. Via A. De Gasperi, 20-80133 Nápoles.

- Zona Franca de Taranto: Porto - St Quay Eligio - na Cidade Velha, Taranto.

4.2. Entreposto aduaneiro

Durante o período de armazenagem no depósito, fica suspenso o pagamento dos direitos aduaneiros, e permite-se negociar a mercadoria, como se ainda fosse estrangeira.

O funcionamento de um entreposto aduaneiro está sujeito à emissão de uma permissão da Diretoria Regional sob jurisdição territorial da Agência Aduaneira, subordinada ao fornecimento de uma garantia e da comprovação, por parte do interessado, acerca da necessidade econômica do armazenamento. Dois



sujeitos estão envolvidos no entreposto aduaneiro; são eles: o depositário, ou seja, a pessoa autorizada a gerenciar o depósito, e o depositante, ou seja, a pessoa vinculada à declaração de introdução da mercadoria no entreposto.

Os depósitos públicos, por sua vez, podem assumir três formas diferentes:

- Tipo A: entreposto público sob a responsabilidade do depositário;
- Tipo B: entreposto público sob a responsabilidade dos depositantes que utilizam o serviço;
- Tipo F: entreposto público administrado diretamente pela autoridade aduaneira.

Os tipos de armazéns privados são:

- Tipo C: entrepostos privados sob a responsabilidade do depositário e em que o depositante e o depositário são a mesma pessoa, não necessariamente o proprietário das mercadorias;
- Tipo D: o depositário se identifica com o depositante, mas não necessariamente é o proprietário da mercadoria e também é titular de um regime domiciliar e de avaliação para observar se as mercadorias são introduzidas com a finalidade de livre circulação;
- Tipo E: o depositário se identifica com o depositante, mas não necessariamente é o proprietário da mercadoria e permite armazenar as mercadorias nas suas instalações de armazenamento sem que estejam previamente identificados na autorização ou atendam aos critérios pré-determinados em aprovação.

Durante o armazenamento no depósito, as mercadorias podem ser sujeitas a manipulações usuais, para assegurar a conservação ou para melhorar a apresentação e qualidade comercial; pode ser temporariamente removida ou transferida para outro depósito.

O depositário, a fim de reduzir o custo operacional da gestão do armazenamento pode solicitar à Diretoria Regional permissão para armazenar no mesmo depósito tanto os produtos estrangeiros como os nacionais, nacionalizados ou comunitários, desde que sejam distinguidos e assinalados.

Para a retirada da mercadoria e posterior liberação para consumo no território nacional e pagamento dos direitos de importação, ou qualquer Imposto sobre Produtos Industrializados, ou reexportados para fora do território aduaneiro da Comunidade Europeia, o requerente deve apresentar a declaração aduaneira (Formulário IM4 ou T1), enquanto o depositário lança a mercadoria na contabilidade do depósito.

4.3. Admissão temporária

Quando as mercadorias são transportadas no interior da Comunidade, sob a cobertura do Regime TIR ou do Regime ATA, direitos de importação ou de exportação, os impostos serão adiados.

A Comunidade é considerada como um território único para efeitos do transporte. O Carnet ATA é utilizado como um documento de trânsito para o transporte de mercadorias de um escritório aduaneiro no território aduaneiro da Comunidade, para outro escritório aduaneiro situado no mesmo território.

Quando, no curso de transporte de um ponto para outro do território aduaneiro da Comunidade, as mercadorias passarem pelo território de um país não-membro, os controles e formalidades relacionadas com o TIR ou o ATA são realizados nos pontos onde as mercadorias ficarão temporariamente, no território aduaneiro da Comunidade.

As mercadorias transportadas ao abrigo do TIR e do ATA são consideradas mercadorias não comunitárias, salvo se o seu estatuto comunitário for devidamente comprovado.

O procedimento TIR refere-se a um regime de trânsito aduaneiro que se aplica ao transporte de mercadorias entre um escritório aduaneiro de partida e outro de destino, desde que uma parte da viagem seja feita por rodovia.

Aos destinatários das mercadorias expedidas ao abrigo do TIR, se estiverem domiciliados na Comunidade, pode, mediante solicitação, ser concedido o estatuto de "destinatário autorizado", mas apenas se este receber regularmente mercadorias sujeitas ao regime TIR, e desde que não sejam cometidas violações graves ou repetidas contra a legislação aduaneira ou fiscal.



4.4. Mercadorias em trânsito

As mercadorias em trânsito têm a suspensão temporária dos direitos de importação e dos impostos normalmente devidos sobre as mercadorias importadas no território aduaneiro. Este procedimento é baseado em um acordo entre os países da União Europeia e a Associação de Livre Comércio (EFTA).

Para a CE, o regime de trânsito aduaneiro permite que as mercadorias transitem a partir do seu ponto de entrada na CE, até o local onde as prescrições nacionais e as obrigações fiscais são tratadas.

Em 2000, teve início o Novo Sistema de Trânsito Informatizado (NSTI), que abrange a informatização dos procedimentos de trânsito comunitário. Ele serve como uma ferramenta para administrar e monitorar o sistema de trânsito.



VI - ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Canais de distribuição

1.1. Considerações gerais

A distribuição comercial é um instrumento de marketing cada vez mais importante, em função do fato de que os produtores só precisam de um forte apoio para a manutenção da distribuição contínua. Este fenômeno ocorre principalmente nos grandes varejistas, em que as marcas de varejo (private label) são marcas históricas de mercado.

Se isso é fato, principalmente nos produtos embalados para consumo, é também verdade que, desde a alta das mercadorias nos canais de distribuição, tudo deve ser observado. O consumidor italiano está atento para qualidade e garantia dos produtos, além de exigir uma exposição adequada dos mesmos.

No que diz respeito aos canais de distribuição na Itália, observa-se uma evolução, cujo resultado é a distribuição cada vez mais abrangente, mais ampla, nas grandes áreas. Isto pode prejudicar os comerciantes menores, aqueles que são tradicionais de alguns pontos do país, configurando-se como referências culturais no cotidiano da população.

Diante da situação econômica negativa que a Itália está enfrentando, modernos canais de distribuição ainda mantém uma tendência positiva, tanto em volume de negócios como na ampliação do número de pontos de venda, embora menor do que no passado. Os comércios tradicionais, pelo contrário, mostram uma retração significativa.

O incremento do faturamento do comércio varejista é inteiramente devido ao setor alimentício. Observa-se que uma mudança cada vez mais expressiva está ocorrendo: os consumidores estão migrando, cada vez mais, aos modernos canais de vendas, em detrimento dos pequenos estabelecimentos comerciais.

Este fato se deve, além dos condicionantes socioculturais que o influenciam, à dinâmica de preços implementada pelas

grandes redes, especialmente em períodos de retração do consumo, impulsionando as famílias a buscarem essa conveniência relativa aos preços.

Contudo, no setor não-alimentício, mesmo os grandes varejistas registraram um decréscimo no volume de negócios, embora limitado, enquanto o número de pontos de venda continua a crescer. Assim, tendo em conta as novas lojas, nota-se que a mesma rede, mantém, estruturalmente, uma tendência de vendas negativa. O fato é que, especialmente no comércio tradicionalista, a diminuição do volume de negócios, no setor não-alimentício, ocasionou um impacto negativo, provocando o fechamento de um grande número de estabelecimentos. Parece, portanto, que a área de varejo tradicional está declinando, depois de anos de um crescimento substancial.

1.2. Estrutura geral

1.2.1. Atacado

No terceiro trimestre de 2009, o índice trimestral do volume de negócios do comércio no atacado, diminuiu 12,6% face ao mesmo trimestre do ano precedente, em todos os grupos de atividade econômica.

Também no terceiro trimestre de 2009, o volume de todos os negócios do setor interno mostrou tendências negativas, em todos os grupos de atividade econômica. A maior redução foi registrada no comércio atacadista de máquinas, equipamentos e suprimentos (-24,2%) e as atividades especializadas de outros produtos (- 22,2%) foram mais do que compensados pela venda de produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,9%).

Em meados dos três primeiros trimestres, a tendência de diminuição mais acentuada esteve focada no comércio especializado e no comércio atacadista de máquinas, equipamentos e suprimentos (-23,2% para ambos os setores). Neste caso, a menor queda está relacionada com a venda de produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,9%).



1.2.2. Varejo

Em janeiro de 2010, as vendas a curto prazo de alimentos e de produtos não alimentícios diminuíram, respectivamente, de 1,0% para 0,3%. Comparado a janeiro de 2009, houve um declínio de 3,3% relativo às vendas de alimentos e uma queda de 2,3% para os produtos não alimentícios.

No trimestre final (período de novembro de 2009 a janeiro de 2010), o índice ajustado (dessazonalizado) do valor total das vendas no varejo caíram 0,2% em comparação com os três meses anteriores. Durante o mesmo período, as vendas de produtos alimentícios recuaram apenas 0,4% enquanto os produtos não alimentícios apresentaram uma variação nula a curto prazo.

Esta tendência leva em consideração tanto a quantidade como o preço.

1.3. Canais recomendados

Não há canais específicos para produtos provenientes de países não-membros. O canal de distribuição mais adequado depende do mercado ao qual o produto pertence. Assim, por exemplo, há boutiques e lojas de varejo de vestuário, bem como supermercados e lojas de varejo para produtos alimentícios no atacado.

Com relação aos níveis de mark-up, não há tabelas oficiais na Itália. Cada distribuidor aplica a margem mais conveniente em função de uma série de considerações: o número de etapas realizadas na cadeia de distribuição, o ciclo de vida dos produtos, a tendência do mercado. Vale lembrar a regra de ouro que diz que as margens mais elevadas são as dos móveis e calçados, enquanto as margens permanecem mais baixas na oferta de alimentos. Contrário ao discurso que diz que os produtos distribuídos pelo Estado servem para a manutenção do preço de revenda.

Os canais de distribuição devem ser escolhidos com cuidado, especialmente com base no produto que será introduzido no mercado. As famílias italianas mantêm uma atitude prudente em relação ao consumo, devido às dificuldades do mercado de trabalho. Esta situação resultou, em fevereiro de 2010, em um

agravamento do clima de confiança.

De acordo com os registros de vários meses, em janeiro de 2010, o componente mais dinâmico relativo à demanda de consumo das famílias referiu-se a bens e serviços voltados à mobilidade (carros e motos, viagens aéreas), com um incremento ao longo do ano passado da ordem de 21,4%. A tendência continua a ser determinada pelo aumento na demanda por carros e motos por parte das pessoas físicas (embora as perspectivas de curto prazo pareçam muito negativas), e da recuperação de despesas relativas às viagens aéreas.

A demanda por bens e serviços para o cuidado pessoal tem mostrado, em janeiro, um decréscimo da ordem de -0,3% em relação a janeiro/2009. Essa dinâmica assume uma dimensão mais ampla quando se trata de produtos de perfumaria e higiene pessoal, que registraram, ao longo dos meses, uma tendência de queda nos volumes comprados pelas famílias.

Mesmo artigos de vestuário e calçados apresentaram, em janeiro, – após o aumento registrado em dezembro – segundo estimativas preliminares das vendas generalizadas do ISTAT uma redução de procura (-4,2%).

A demanda por bens e serviços para a casa assinalou, em janeiro, uma tendência moderada para baixo (-1,4%). No contexto deste grupo prevalece uma tendência positiva para a compra de eletrodomésticos e aparelhos de TV, embora com valores inferiores ao final de 2009.

Finalmente, com relação ao consumo doméstico de alimentos, bebidas e tabaco, a estimativa para janeiro indica uma retração de 2,9% do volume adquirido. O declínio evidenciado, relativo ao período precedente, interrompeu uma fase relativa aos meses de verão, que indicou uma recuperação moderada da demanda de consumo das famílias.

Os dados apresentados resumem o declínio referente às demandas por mercadorias e serviços.

Embora a comida brasileira tenha encontrado o seu lugar no contexto italiano, nota-se que há boa demanda por importação de frutas exóticas e, neste caso, um canal possível para as vendas pode ser representado pelo comércio atacadista de frutas e produtos vegetais, bem como os grandes varejistas.



Para o papel desempenhado pelo café na Itália, pode-se sempre incentivar as exportações. O canal, neste caso pode ser o atacadista, os varejistas, as cafeterias, cujo conceito, na Itália, é popular e difundido.

Apesar da crise, a demanda por vestuário (especialmente roupas íntimas e moda praia), juntamente com a indústria do calçado, mantém um bom desempenho, incluindo atacadistas, mas também boutiques e lojas individuais.

É importante ressaltar as dificuldades do comércio de cosméticos ao abrigo da legislação vigente. Depois experimentar vários anos de crescimento, de fato, mesmo em contextos geralmente desfavoráveis, e tendo assegurado uma ampla margem, a indústria está enfrentando uma situação difícil no que diz respeito aos produtos importados. Os canais de distribuição, de fato, exigem níveis mais adequados de qualidade.

Em face do crescente interesse na aplicação da "economia solidária", nota-se que os importadores na Itália já criaram algumas cooperativas que mantêm relações diretas com os produtores. Compram diretamente e, em seguida, cuidam da distribuição nas lojas ou em lojas que os vendem ao público em geral. No âmbito italiano, os principais convênios são: Ctm Altromercato, Free World, Altra Qualità, Comércio Alternativo, Equoland, EquoMercato, Mundo Livre, Ram, Ravinala.

É possível obter mais informações sobre o comércio italiano em www.italtrade.com.

1.4. Compras governamentais

Nos últimos anos, ocorreu uma liberação, de modo sequencial, de quase todos os serviços públicos, preservando-se o monopólio estatal no campo dos jogos e do tabaco.

A AAMS – Amministrazione Autonoma dei Monopoli di Stato (www.aams.gov.it) é que propõe orientações para o desenvolvimento racional e dinâmico da indústria, e monitora continuamente a regularidade do comportamento dos operadores. Além disso, intervém com todos os fenômenos que envolvam atos ilegais, e garante a otimização fiscal.

2. Promoção de vendas

2.1. Considerações gerais

Os grandes varejistas investem muita energia na promoção de vendas, que envolve uma abrangente comunicação com os consumidores.

Muitas vezes, uma promoção faz a diferença na escolha do ponto de venda para o consumidor, isso ocorre se o canal de distribuição tem maior poder do que a própria marca. Veja-se, por exemplo, o caso das promoções do tipo "leve 3 pague 2", mais efetiva do que a oferta de produto adicional.

Em outras ocasiões, como sorteios ou acúmulo de pontos, são as marcas que definem a forma de atrair seu público-alvo independente da força do canal de distribuição.

No varejo tradicional, as promoções estão vinculadas com os melhores preços que o revendedor, ou os comerciantes, podem obter de seus fornecedores e, portanto, repassar para os pontos individuais de venda. Essa regra não se aplica às liquidações de final de estação (primavera-verão e outono-inverno), quando os mercados varejistas tradicionais oferecem descontos aos clientes, aplicáveis a todas as mercadorias da estação anterior.

Ultimamente, esses eventos têm sido muito bem sucedidos perante os consumidores, fato que, mais uma vez, pode ser uma resposta à crise.

2.2. Feiras e exposições

No site da AEFI – Associazione Esposizioni e Fiere Italiane (<http://www.aefi.it/Aefi/site/en/the-fairs-sector/publications>) é possível baixar o calendário 2011 das feiras internacionais na Itália.

Várias empresas brasileiras participaram da Feira Agrícola, realizada em Verona, em fevereiro de 2010. A Feira Agrícola consiste no mais importante evento, na Itália, para abordagem de questões de engenharia, pecuária e serviços oferecidos por empresas do ramo, apresentando um panorama abrangente do setor agrícola. Este é um evento de alto impacto na mídia,



porque ele antecipa as necessidades do setor, trazendo temas e conteúdos inovadores, cria relações entre expositores, visitantes e associações da indústria, envolvendo o público presente em um evento dinâmico e interativo.

No mesmo setor, podemos citar a Feira Saúde, muito interessante, realizada em Bolonha, em setembro de 2010: trata-se da grande vitrine dos alimentos naturais. A partir do contexto da agricultura, se mostra a estreita relação entre nutrição, saúde e o meio ambiente.

Para o artesanato, existem dois eventos importantes:

- Exposição Internacional de Artesanato, realizada em Florença, em meados de abril e maio. São seis áreas temáticas - território, decoração de interiores, cenas sabor, cenários do mundo, cenários de moda e acessórios - por meio das quais os expositores podem apresentar, com base nas características mercadológicas específicas de seus produtos, artesanatos do mundo todo, que passam por constante mudança e inovação.

- A Feira do Artesão é o evento que se realizará em Milão, em meados de dezembro. É dedicado à promoção do artesanato de todo o mundo, produtos artesanais autenticados, que realçam a excelência e a qualidade.

Na área de móveis e acessórios também é importante citar a "Macef", realizada em Milão entre 09 e 12 setembro de 2010. Trata-se de uma feira de artigos para casa, que tem grande destaque no noticiário internacional, pois revela a criatividade do mercado neste setor.

Entre 14 e 19 de abril de 2010, em Milão, também ocorreu o "Salão dos Móveis", evento de interesse internacional, que conta com uma grande participação estrangeira.

No setor do vestuário, a "White" é uma exposição que traz coleções de roupas para homens, mulheres e crianças, realizada em Milão em datas diferentes. Caso haja interesse em conhecer, basta acessar o site do evento: www.whiteshow.it

No âmbito industrial, pode-se citar:

- "Metef", realizada em Bréscia entre 14 e 17 abril de 2010. O melhor da inovação tecnológica relativa ao alumínio e metal: matérias-primas, máquinas, instalações, equipamentos, produtos, extrusão, moldagem em fundição, acabamento,

usinagem, soldagem e reciclagem.

- "Xylexpo", realizada em Milão entre 4 e 8 de maio de 2010. O evento é promovido pela federação dos fabricantes europeus de máquinas e ferramentas de carpintaria, e coloca os principais fabricantes mundiais de máquinas e acessórios e os mais importantes fabricantes de insumos e componentes para a indústria de móveis em contato com um público de operadores internacionais.

2.3. Veículos publicitários

No passado, houve o uso de publicidade excessiva, especialmente em massa, ao mesmo tempo que foram negligenciadas as relações públicas. Este veículo de comunicação, feito de publicações, eventos, notícias, atividades sociais, tem maiores chances de passar a mensagem, mais atualizada e mais crível.

As relações públicas são mais adequadas para difundir um novo produto ou serviço.

É claro que, quando se trata de investimentos em publicidade, deve-se envolver todos os meios de comunicação. Antes de mostrar estatísticas, convém falar da importância crescente da Internet, veículo capaz de aumentar a exposição das marcas e produtos, enquanto observamos o crescimento da TV por assinatura (Sky e Mediaset Premium) na Itália.

As despesas totais com publicidade, no ano de 2009, chegaram a casa dos 8.515 milhões, com uma diminuição de -13,4% comparada ao ano anterior. A variação, de dezembro de 2009 e dezembro de 2008, atinge -1,6%. Na comparação mensal, de fato, existem valores de crescimento para a televisão, rádio, cinema, Internet, compensando a tendência negativa da publicidade em jornal.

Ferrero, Wind, Unilever, Vodafone, Tim, Procter & Gamble, Barilla, Volkswagen, Telecom lideram o ranking das empresas que mais gastaram em 2009, com investimento da ordem dos 1.212 milhões de euros, contra 6,6% em 2008.

Em 2009, a TV, considerando os canais abertos e os canais por satélite (Sky e marcas Fox), mostrou um decréscimo de -10,2%, mas em dezembro houve um aumento de 2,5%.



Outros setores positivos no mesmo mês: alimentação, automóveis, cosméticos e produtos para o cuidado pessoal, administração do lar e produtos farmacêuticos.

Quanto aos jornais, La Stampa, em 2009, teve um decréscimo de -21,6%. A publicidade paga, em jornais, mostra um decréscimo de -16,0%; automóveis -26,0%; vestuário, -19,7%; distribuição, -19,7%; seguros, -23,7%.

Com relação ao tipo de publicidade, a comercial assinala queda de -17,8%; a local, -13,6%; contatos para serviços, -14,8%; retração de -26,6% na coleta de Jornal Livre / Pago Press. Os periódicos, em 2009, tiveram queda na receita publicitária em torno de -28,7%: vestuário, -29,2%; cuidados pessoais, -23,0%; habitação, -32,5%.

A mídia "rádio" encerrou 2009 com -7,7%, mas com um resultado de 24,6% sobre o mês de dezembro, graças ao desempenho dos automóveis, alimentos e seguros.

No que diz respeito à evolução do outros meios, observamos: banners, -25,4%; cinema, -4,4%; cartões pessoais, + 0,9%; out of home TV, + 0,2% e Direct Mail, -15,8%.

A Internet cresceu 5,1% graças à contribuição decisiva das buscas. Adicionando-se investimentos publicitários em: metrô, aeroportos, ônibus e bonde, em 2009, a publicidade atingiu os 99 milhões de euros (138 milhões de dólares).

2.4. Serviços de consultoria em marketing

O setor de consultoria atravessa um período difícil. Atingidos pela crise, sofrem bastante com a intangibilidade do serviço oferecido e, portanto, apesar da utilidade de dicas, sugestões, conselhos, viram sua lucratividade cair.

A ASSOCONSULT (www.assoconsult.org) é a Associazione Federativa Imprese di Consulenza, e destina-se a promover a elaboração de pareceres, a proteção da imagem, e as habilidades da profissão no interesse dos clientes. Os associados trabalham em áreas diferentes, que variam de marketing até consultoria em finanças.

Para todos os exportadores que desejam uma campanha adequada de comunicação, recomenda-se a ASSOCOMUNICAZIONE - Associazione delle Imprese di

Comunicazione (www.assocomunicazione.it). Os associados não apenas lidam com ideias criativas e campanhas, mas também com eventos, serviços de comunicação, promoção, serviços de marketing e de incentivo.

Finalmente, pode-se citar também a ASSIRM, associação que reúne as principais instituições italianas de pesquisa de mercado, sondagens de opinião e de investigação social. Mais informações na homepage www.assirm.it.

3. Práticas comerciais

3.1. Negociação e fechamento de contratos de importação

Nas negociações comerciais italianas, a relação pessoal é essencial e deve ser tida em consideração no âmbito global dos relacionamentos, e, especialmente, se há pretensão de estabelecer um intercâmbio de médio/longo prazo com o importador.

No mundo dos negócios, certamente o inglês é o idioma de eleição, para que haja uniformidade quanto à terminologia que se tornou o vocabulário cotidiano. Como alternativa, são usados o alemão e o francês; mas, neste caso, aconselha-se o espanhol e o português, apesar de serem menos divulgados. Os contatos ocorrem principalmente via e-mail e telefone, em especial pela rapidez da resposta, o que é sempre desejável.

O Incoterms mais utilizado é o CIF, o qual convencionou que o exportador é responsável pelo transporte e pelo seguro das mercadorias.

Dados mais recentes disponíveis mostram que o euro é a moeda utilizada na maioria dos casos. O dólar é usado de acordo com a taxa de câmbio mais ou menos favorável.

Eventuais controvérsias são resolvidas pelas autoridades, mais simplesmente resolvidas por meio da perícia do seguro no caso de produtos altamente perecíveis, que exigem ação rápida. Alternativamente, se recorre à competência dos tribunais para obter alguma resolução, mas isso é incomum, pelo tempo demandado.



Como já se mencionou, as relações públicas desempenham um papel importante no sentido de evitar qualquer tipo de controvérsia que não pode ser resolvida; pois, como se diz, os empresários italianos estão sempre à procura de novos mercados, e a busca por internacionalizar seus produtos ou serviços é quase constante.

Face às adversidades da situação econômica atravessada pela Itália, os importadores estão dispostos a introduzir seus produtos no mercado americano se e quando tiverem a oportunidade.

Um dos aspectos mais importantes relativo ao comércio exterior relaciona-se aos contratos e, como não poderia deixar de ocorrer, o conselho de um advogado é fundamental para o êxito dos negócios internacionais.

Em seguida, é bom prever as sanções em caso de atraso e os termos que regem as consequências de uma sobrecarga (muitas vezes resultado do aumento da moeda ou do risco-país).

Finalmente, apesar de muitas precauções, o contrato deve prever controvérsias que possam surgir entres as partes. Neste contexto, é cada vez mais comum a inserção de cláusulas de arbitragem, por parte dos interessados, no contrato; destinando-se a submeter o litígio à arbitragem da administração internacional (ou seja, regulamentados e administrados por instituições internacionais).

3.2. Designação de representantes

Por meio do contrato de agência e, portanto, com a ajuda de uma atividade comercial, torna-se possível para o fabricante conseguir uma colocação e o posicionamento no mercado (e para a clientela final) dos produtos e mercadorias endereçados à atividade industrial; inserção que, de outro modo, exigiria o uso de formas alternativas de distribuição, muitas vezes, menos eficazes em termos de resultados de venda e, por vezes, definitivamente mais caras para a empresa.

A Comunidade Europeia regulamenta o contrato em questão com base na Diretiva nº 86/653, que normatiza o conteúdo analítico, requerendo os consequentes ajustes nos Estados-Membros. Adaptação à qual a Itália seguiu, com a

aprovação do Decreto Legislativo 303/91, que representou uma verdadeira reviravolta nas regras obsoletas, e estabeleceu o contrato de agência, que completa a legislação em vigor, contida no Código Civil.

O contrato de agência continua a ser uma das formas mais utilizadas, pelas empresas modernas, para a comercialização dos seus produtos. A atividade de agente comercial pode ser exercida por qualquer indivíduo que seja permanentemente designado por uma ou mais empresas para promover a celebração de contratos em uma ou mais áreas específicas.

Para realizar essa atividade, requer-se a inscrição prévia na função de agentes e representantes do comércio efetuada pela Câmara de Comércio (embora, na transposição de sentença de órgão da Comunidade, o Supremo Tribunal disse que a falta de registro não anularia o contrato de agência; como consequência, algumas Câmaras de Comércio prescindiram da inscrição. No entanto, acredita-se que deve ser fornecida a inscrição no Registro de Empresas a qualquer entidade que realize a celebração de um contrato válido com uma agência, segundo a Lei 204/1985).

Salvo no caso da prática adquirida, são previstos pelo menos dois anos de experiência prática, nos últimos cinco anos, como representante comercial ou vendedor contratado por uma empresa, bem como o proprietário de uma empresa atacadista de alimentos e bebidas, os requisitos técnicos para inscrição são: diploma de ensino médio; ou diploma de ensino profissionalizante; bacharelado em administração de empresas, comércio exterior, direito ou campos afins.

O formulário de candidatura deve ser apresentado com o selo da Câmara de Comércio da cidade onde o candidato reside, ou da província onde a empresa tem a sua sede (se a atividade for exercida sob a forma de sociedade), utilizando os modelos adequados. Ao pedido deve ser anexado o pagamento da taxa de um subsídio do governo e os direitos do Secretariado. O pedido deve ser autenticado (reconhecimento de firma) em relação às qualificações exigidas.

O tempo para a conclusão do procedimento de inscrição ou cancelamento de registro é estabelecido em 60 dias a contar da data de solicitação. Se, nesse prazo, não forem tomadas as



providências acima estipuladas, o pedido será rejeitado.

A busca de um agente é de suma importância porque pode determinar o sucesso ou o fracasso de um negócio. Portanto, é influenciada pela experiência que o agente tem do mercado, da sua competência para integração social e, especialmente na zona de referência (Norte, Sul e Central podem diferir muito, mesmo com relação à venda de certos bens ou serviços).

3.3. Abertura de escritório de representação comercial

O escritório de representação permite que se promova o produto ou o serviço diretamente no país interessado, com custos baixos para sua implantação e funcionamento, sem carga tributária.

Considera-se representação, um lugar fixo em solo italiano que carrega funções pura e exclusivamente promocionais e de publicidade, oferta de informações, pesquisas científicas ou de mercado.

Consequentemente, o escritório de representação deve ser apenas uma função preparatória ou auxiliar, que precede a penetração estrangeira no mercado italiano, embora não realize a atividade produtiva e comercial.

Em resumo, o escritório de representação deve realizar, apenas, uma atividade de promoção do setor produtivo em questão, sem exercer qualquer atividade direta (produção ou vendas), constituindo um mero centro de custos. Nesse caso, o responsável não tem poder para tomar decisões e comprometer a empresa perante terceiros.

O escritório de representação não está sujeito à carga fiscal, pois não gera renda, e seus custos são integralmente dedutíveis pela matriz. É um mero centro de relacionamento e informações. Desde que não se qualifica como empresa estável, ou permanente, não está sujeita às obrigações previstas para as filiais.

Mas quando o escritório de representação, apesar de seu nome formal, exerce e desempenha atividades produtivas e comerciais, pode ser considerado como um ponto estável

de empresas estrangeiras, e, desse modo, torna-se sujeito à legislação fiscal italiana, artigo. 162, §1, TUIR (Consolidado do Imposto de Renda), que identifica como estável uma organização de negócios que se fixe num dado território, diferente do local da matriz, realizando ali, parcial ou totalmente, as suas atividades.

Neste sentido, pode ser considerada como empresa permanente, estável, mesmo quando a organização realizou um acordo, apenas para as diferentes fases do empreendimento econômico, como o produtivo, o comercial, o financeiro, se forem qualitativa e quantitativamente significativos das atividades típicas da empresa.

Quando, porém, a representação se limita a atividades que tenham caráter preparatório ou auxiliar da atividade produtiva (por exemplo, a exposição, compra e armazenamento de mercadorias, recolhimento de informação, publicidade, investigação ou outras atividades preparatórias ou auxiliares) não constituirá um estabelecimento permanente.

Em tais casos, de fato, o escritório atua apenas como preparatório ou auxiliar, sem exercer atividades-fim do negócio, e sem se envolver, entre outras coisas, com vendas (qualquer e todas as vendas devem ser feitas diretamente pela matriz, e serão atribuíveis apenas a ela).

Segundo as diretrizes italianas, o escritório de representação não tem obrigação de registrar-se na Secretaria de Empresas, Corporações e Financeiras; sua implantação deve, simplesmente, ser comunicada ao cadastro de empresas, para ser inscrito no REA (Inventário de Notícias Econômicas e Administrativas). Após o pedido de um código de imposto para a autoridade fiscal do local onde o escritório será implantado.

O pedido deve ser feito pelos representantes legais da empresa estrangeira, ou por um procurador especificamente indicado; no entanto, deve-se anexar uma fotocópia de um documento do representante legal. A aplicação do código de imposto também pode ser feita no exterior, no Consulado competente.

Normalmente, em várias jurisdições, a empresa que abre um escritório de representação num país estrangeiro tem direito a um reembolso do IVA, pago para manter suas operações.



A abertura de um escritório de representação pode progredir, em alguns casos, para a efetiva implantação de um setor de negócios. Pode ser uma maneira preliminar de explorar o mercado que se deseja alcançar. A nomeação de um agente territorial é crucial.

É importante lembrar aos exportadores brasileiros que considerem a presença em distritos industriais italianos, onde ocorre alta concentração das empresas locais, e é generalizada a ocorrência do "Made in Italy", enraizado nos hábitos de consumo.

3.4. Seguros de embarque

O exportador deve sempre avaliar a importância de garantir as mercadorias, tendo em conta todos os aspectos, e considerando os benefícios que isso implica, não obstante a presença dos custos envolvidos.

O contrato de seguro é aquele com o qual a seguradora se compromete a pagar um valor ao segurado, dentro dos limites acordados, por danos que um acidente ocasione (na lei italiana é regulamentado pelo Art. 1.882 do Código Civil).

O Comitê Jurídico da ANIA – Associazione Nazionale fra le Imprese di Assicuratrici elaborou um contrato chamado "Polizza Italiana di Assicurazione merci Trasportate", com uma estrutura de cláusulas, separada da plataforma básica, que define as condições gerais, a qual permite que os operadores elaborem, após análises cuidadosas, cláusulas adicionais.

Inspeção de embarques

Para alguns produtos alimentícios, animais vivos e rações, o Ministério da Saúde italiano prevê a existência de postos de inspeção fronteiriços - PIF (escritórios do Ministério), que são parte integrante de uma rede de PIF da União Europeia. Eles são ativados pela UE para exercer controles veterinários dos animais vivos, dos produtos de origem animal e rações para animais provenientes de países não-membros e destinados ao mercado da UE, ou em trânsito para outros países não-membros.

Um PIF italiano ou de outro Estado-Membro pode controlar

um lote de animais ou de alimentos de origem animal destinado ao seu próprio território ou de qualquer dos outros Estados-Membros. Além disso, o PIF pode efetuar controles sobre o bem-estar dos animais vivos importados para a Comunidade.

Cada PIF está autorizado a controlar um determinado segmento mercadológico, dependendo de suas próprias características (estruturas e equipamentos). Os PIFs são submetidos a inspeções periódicas por inspetores comunitários e nacionais para verificar os requisitos de manutenção, suas propriedades funcionais e estruturais exigidas pela legislação em vigor.

Animais e produtos importados de países não-membros devem respeitar as específicas condições de segurança sanitária, definidas pela norma comunitária (isto é, os países não-membros aprovados e incluídos na lista comunitária, que ofereçam garantias específicas, atestadas por um certificado específico de saúde, para a fabricação de produtos especificamente definidos pela União Europeia).

Todas as remessas de animais e produtos provenientes de países não-membros devem ser inspecionadas pelo PIF. Em caso de resultados suspeitos, o PIF, em cumprimento às normas que tratam dos riscos identificados, pode tomar medidas específicas de saúde relativas ao lote em questão (enviar de volta ou destruir).

Ao mesmo tempo, o sistema de alerta é ativado por todos os PIFs, em toda a Comunidade Europeia, a fim de reforçar as medidas de controle das remessas de tipo e origem.

O PIF também possui uma tarefa importante e delicada de apoio técnico e operacional aos escritórios aduaneiros, para combater o comércio ilegal de produtos e animais. Essa tarefa é essencial para evitar a introdução de alimentos inseguros ou doenças altamente contagiosas para animais ou seres humanos, (febre aftosa, gripe aviária, raiva e outras doenças virais/ patogênicas).

Quanto aos alimentos orgânicos, a legislação da Comunidade prevê inspeções para demonstrar que esses produtos atendem aos requisitos equivalentes em vigor na União Europeia. Estes produtos orgânicos devem ser acompanhados de um certificado de importação, o qual deve ser verificado por ocasião



de seu ingresso na Europa.

Assim, um consumidor que compra um produto orgânico de um país não-membro, pode ter certeza de que todos os ingredientes envolvidos na produção foram inspecionados. Na verdade, o regulamento europeu prevê uma base comum para os consumidores: podem ter certeza de que todos os operadores seguem as mesmas regras, independentemente do país de origem.

Financiamento às importações

Em março de 2009, os empresários sofreram com a situação em que os bancos italianos restringiram a concessão de crédito.

Em geral, a operação de financiamento nas atividades de importação, consiste na concessão de um financiamento para cobrir o pagamento das remessas ao exterior.

Para a concessão do financiamento, o cliente deve apresentar a documentação adequada (faturas, envio de documentos) que comprovam as importações de bens e do pagamento do contrato. Nessas hipóteses, o banco paga os montantes de financiamento na moeda solicitada pelo cliente, independentemente da forma de pagamento.

O montante do empréstimo é concedido por um período máximo avaliado de acordo com o ciclo de transformação dos bens objeto da subvenção.

O financiamento pode ser renovado, desde que seja devidamente documentado e aprovado pelo banco.

No prazo acordado, o cliente é obrigado a restituir ao banco, o valor real do débito, acrescido de juros, despesas e acessórios.

Existe o risco de que condições econômicas adversas influenciem de modo desfavorável os valores previstos em contrato.

Existe o risco cambial devido às flutuações do mercado, apesar de se considerar que o financiamento só deve ser usado por clientes que lidam regularmente com moedas estrangeiras, e, por consequência, já adquiriram uma experiência significativa com as negociações internacionais, portanto, estão conscientes dos perigos das perdas decorrentes das flutuações de câmbio.

Ainda há uma taxa de risco: quando a taxa está indexada a um parâmetro (neste caso, a taxa interbancária europeia) e às condições econômicas e financeiras de mercados que sofrem muitas variações, e a taxa também varia. Isso poderia elevar os custos dos empréstimos para o cliente, que teria de pagar juros mais altos do que esperava.

Para a consulta das condições econômicas, saiba-se que esses contratos são regidos pela lei italiana, mas referem-se a locais diferentes onde bancos italianos operem.

Litígios e arbitragem comercial

Na área de arbitragem da CCI - Câmara de Comercio Internacional, existe cooperação com a AIA – Associazione Italiana per l'Arbitrato. Além da sentença de arbitragem, onde as decisões dos árbitros serão obrigatórias para as partes, a CCI oferece para as empresas outros meios de resolução de litígios, tais como:

- ICC ADR Rules (Regras de Resolução Alternativa de Litígios), que estabelecem um mecanismo de resolução de litígios em que as partes, por assistência de um terceiro neutro, podem chegar a um acordo para a resolução do litígio. A ICC ADR Rules substituiu as velhas Regras ICC de Conciliação. Entrou em vigor em 1º de julho de 2001 e permite a rápida conclusão escolhendo entre as diferentes técnicas (mediação, avaliação neutra etc.) e menores custos.

- O Centro Internacional de Perícia Técnica, criado em 1976, fornece suporte técnico para a resolução de litígios, mantendo uma equipe de especialistas e técnicos de várias áreas. A perícia, quando solicitada, é realizada sob as regras do TPI;

- ICC DOCDEX Rules (Documentary Credit Dispute Resolution Expertise Rules), normas aplicadas pelo Centro Internacional de Expertises, permitindo uma rápida resolução, por um comitê de peritos, dos litígios acerca de créditos documentários em conexão com NUU500.



Itália

VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

Aos Estados do interior da Comunidade Europeia, não existem barreiras aduaneiras. À medida que as formalidades aduaneiras forem totalmente processadas, as mercadorias podem circular livremente dentro do território da comunidade. As mercadorias são classificadas de acordo com a pauta comunitária integrada – TARIC – que pode ser acessada por meio do site do órgão responsável www.agenziadogane.it.

Os subsídios da UE aos países menos desenvolvidos obedecem a um sistema geral de preferências (SGP), reduzindo os direitos aduaneiros sobre os produtos que entram na comunidade.

Os países, que pretendam se beneficiar do regime, devem apresentar um pedido à Comissão Europeia com as informações de apoio necessárias. Os países que têm concessão, por sua vez, indicam que produtos estão sujeitos à mesma.

Existem vários regimes de importação de bens não pertencentes à UE – a liberação, que garante a livre circulação de mercadorias, característica comunitária depois da conclusão das formalidades aduaneiras. Este é o esquema mais clássico e geral.

Além de antidumping e medidas compensatórias, salvaguardas aos produtos da UE em circulação por meio da segurança alimentar em geral, a fim de verificar a sua conformidade. Se positivo para o fabricante do produto, este deve apor a marcação CE, que é compatível com a saúde e segurança dos consumidores.

Para alguns dos produtos concede-se isenção de direitos, é o caso da propriedade pessoal, remessas de valor insignificante ou que não impliquem em comércio de mercadorias e de capitais: produtos agrícolas, biológicos, químicos e farmacêuticos.

Alguns procedimentos aduaneiros, no entanto, como o depósito, por exemplo, permitem a suspensão dos direitos aduaneiros durante o armazenamento de mercadorias em depósito.

As negociações entre o Mercosul e a União Europeia, no

campo dos direitos aduaneiros, permanecem em aberto.

Devido às diferenças no quadro jurídico do comércio entre as duas regiões, o Mercosul defende a necessidade de um acordo prévio que permita uma redução das tarifas.

Atualmente, a economia brasileira apresenta uma situação geral em que as exportações de produtos manufaturados e semi-acabados estão em expansão, sendo um mercado cada vez mais competitivo.

Por outro lado, a abertura do comércio levou a um consequente aumento da produtividade, a especialização das linhas de produtos e segmentos de produção, a produção mais enxuta e competitiva.

Muitas vezes, a importação de determinados produtos é limitada pelo serviço postal, devido às suas dimensões (peso e tamanho). Por exemplo, o caso das amostras de material promocional e publicidade. Para importações de valor insignificante, utilizadas para fins de prospecção comercial, aplica-se duty-free.

Em casos de litígios, é bastante difícil recorrer ao tribunal para resolver o problema de contratos comerciais internacionais internos, com cláusulas específicas.

Os produtos são sempre segurados e, especialmente no caso dos produtos perecíveis, são resolvidos pelas próprias empresas por meio de inquéritos.

A distribuição comercial na Itália tem um peso muito significativo e, especialmente, os grandes varejistas, cujo desempenho se expande continuamente nos últimos anos. Por sua presença em todo o território e sua grande afluência, as lojas especializadas oferecem mais espaço.

Também, é de se notar a vantagem comprovada de participar de feiras, mostras e exposições para apresentar os seus produtos ao mercado. São oportunidades importantes para fazer contatos, trocar ideias e analisar os cenários de perspectivas.

Ao lado da burocracia, lembramos a enorme importância de contatos pessoais. Na Itália, as relações pessoais, muitas vezes, ultrapassam as formalidades, e se o relacionamento é mantido com transparência e clareza, pode-se muito bem esperar uma colaboração continuada. Assim, é muito importante a linguagem nas negociações. Inglês é certamente o idioma mais difundido



no mundo dos negócios. Uma segunda alternativa pode ser o espanhol. As negociações que não puderem ser realizadas por e-mail ou telefone devem ser conduzidas pessoalmente.

A celeridade da resposta é importante. Nos primeiros dias do relacionamento comercial, a adoção desta atitude é uma demonstração de interesse mútuo.

No momento da celebração do contrato, é importante ter representação legal responsável, é igualmente crucial o apoio de empresas de consultoria que oferecem estudos e pesquisas de mercado, análise das oportunidades e cenários; também, oferecer opções promocionais e testar o retorno sobre o investimento em publicidade, verificar a localização e o reconhecimento do produto.

Na primeira fase de reconhecimento do mercado, pode ser uma ferramenta útil abrir um escritório de representação para evitar os custos associados com a implantação efetiva da empresa.

Normalmente colocados em áreas estratégicas, estes locais são atraentes para aqueles que chegam ao mercado. Eles são tão centralmente localizados e esteticamente refletem o mercado de origem e a meta a ser alcançada.

A legislação italiana não prevê, no momento da redação deste estudo, a definição de representante de vendas. É aconselhável eleger candidatos que apresentem características pessoais importantes para o fim específico do trabalho, por exemplo, conhecimento do mercado-alvo, o que será melhor se acompanhado de experiência de campo. É recomendável uma atenção especial às áreas geográficas e distritos industriais, onde o produto estrangeiro deve ter um lugar ao lado dos "Made in Italy".

Para uma estadia na Itália, os hotéis de negócios geralmente são uma ótima alternativa. Eles são encontrados principalmente próximos a estradas que ligam os centros das grandes cidades. Milão, Turim, Nápoles e Roma são os principais centros visitados. Eles estão bem ligados aos aeroportos e à rede ferroviária, oferecendo ampla mobilidade para o interior do país.

Na Itália, a União Italiana das Câmaras de Comércio, Indústria e Artesanato, promove, cria e gerencia serviços e atividades de interesse para a rede inteira, é representada pela

Unioncamere.

As estruturas nacionais do sistema são capazes de oferecer ajuda técnica e profissional às empresas de serviços, na mesma sala, em vários domínios: de informatização (Infocamere), de treinamento (Istituto G. Tagliacarne), de internacionalização (Assocamerestero Mondimpresa), de promoção (Assicor Assonautica, ITF - TMO Têxtil Moda Italiana, Agroqualità - Bens, telemática), com serviços integrados (Retecamere) infraestrutura (Uniontrasporti, Tecno Holding), voltados ao meio ambiente (Ecocerved), inovação (Dintec) e turismo (Isnart).

No âmbito europeu, a Eurochambres é a associação que agrupa 45 Câmaras de Comércio de representação nacional dos países europeus e da Rede das Câmaras de Comércio das ilhas da União Europeia, o que representa mais de 2.000 Câmaras de Comércio, que reúnem 19 milhões de empresas. A Unioncamere, sediada em Bruxelas, promove atividades da Câmara Italiana para as instituições europeias.

A Câmara Italiana de Comércio é ativa no estrangeiro e na própria Itália, no sentido de promover as relações bilaterais entre seus países de origem e a península italiana, com intervenções que visam à inclusão das empresas no mercado.

Na Itália, o exportador brasileiro pode contar com o apoio dos SECOMs em Milão e em Roma, nos seguintes contatos:

SECOM – Milão

Consulado-Geral do Brasil
Corso Europa 12
20122 Milano
Tel.: +39 (02) 777-107-240
Fax: +39 (02) 7601-5621
E-mail: commercio@brasilemilano.it

SECOM – Roma

Embaixada do Brasil
14, Piazza Navona
00186 Roma
Tel.: +39 (06) 683-981
Fax: +39 (06) 686-7858
E-mail: commercio@ambrasil.it



ANEXOS

I. ENDEREÇOS

1. Órgãos oficiais

1.1 Na Itália

a) Representação diplomática e consular brasileira

Embaixada do Brasil
Piazza Navona, 14
00186 Roma
Tel: +39 06 683981
Fax: +39 06 6867858
E-mail: info@ambrasile.it
Site: www.ambasciatadelbrasile.it

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé
Via della Conciliazione, 22
00193 Roma
Tel: +39 06 6875.252 / +39 06 6875.253/
+39 06 6875.254
Fax: +39 06 6872.540
E-mail: embaixada@vatemb.it
Site: www.vatemb.it

Consulado-Geral do Brasil em Roma
Piazza Pasquino, 8
00186 Roma, Itália
Tel: : +39 06 6880661
Fax: +39 06 68802883
E-mail: consulado@brasilroma.it
Site: www.consuladobrasilroma.it

Consulado-Geral do Brasil em Milão
Corso Europa, 12
20122 Milano
Tel.: +39 02 7771071
Fax.: +39 02 76015628 / 02 76015621
E-mail do Secom: commercio@brasilemilano.it
Site: www.brasilemilano.it

Consulados Honorários e Representações:
Bari:

Via Dalmácia, 159 / B - 70121 Bari
Tel: 080 5530750 - Fax 080 5501948
E-mail: @ c.zavoiani promedshipsupply.it
Competência - Região Puglia

Bolonha:
Cavallotti Via Felice, 10-40134 Bolonha
Tel: 051 6146565 - Fax 051 6145744
E-mail: meubras@tiscali.it
Competência - Região Emilia Romagna

Florença:
Pitti Piazza de ` , 5 - 50125 Florença
Tel: 055 290948 - Fax 055 229345
E-mail: conbrafi@ats.it
Competência - Região Toscana

Gênova:
Viale Pio VII, 11-16148 Genova
E-mail: @ consolato.onorario@brasilegenova.it
Competência - Região da Ligúria

Nápoles:
Via Bausan Giovanni, 24 - 80121 Napoli
Tel: +39 081.3443359 / +39 081.19364387
Fax: +39 081.3443359
E-mail: info@consbrasnapoli.it
Site: www.consbrasnapoli.it
Competência - Região da Campânia

Palermo:
Via Roma, Palermo 386-90139
Tel: 091 585661 - Fax 091 5855155
E-mail: mancuso@infcom.it
Competência - Região da Sicília

Representação do Brasil junto à FAO:
Via Santa Maria dell 'Anima, 32-00186 Roma
Tel: +39 06 6789.353 / +39 06 6830.7576
Fax: +39 06 6839.8802
E-mail: rebrafao@tin.it



b) Órgãos oficiais locais de interesse para os empresários brasileiros

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Piazzale della Farnesina 1
00194 Roma
Tel: +39 06 36911
Site: www.esteri.it
Gabinete de Relações Públicas
Tel: +39 06 36918899
Fax: +39 06 3236210

Ministério da Economia e das Finanças
Via XX Settembre, 97 - 00187 Roma
Tel: +39 06.47611
Tel: Assessoria de Imprensa: +39 06.47614606
E-mail: @ ufficio.stampa@tesoro.it
Sites: www.mef.gov.it
www.tesoro.it
Ministério das Finanças: www.finanze.it/index.htm
Receita: www.agenziaentrate.it
Agência Alfândega: www.agenziadogane.it
Agência Terra: www.agenziaterritorio.it
Imobiliária: www.agenziademanio.it
E-mail: coordinamento.portale@tesoro.it
df.comunicazione@finanze.it

Ministério do Desenvolvimento Econômico
Conselho de Ministros
Via Molise, 2
00187 Roma
Tel: +39 06.42043486 -06.420434000
Fax: +39 06.47887964
Assessoria de Imprensa: +39 06.420434315
fax +39 06.47887878- 47887859
Site: www.sviluppoeconomico.gov.it
E-mail: Segreteria.ministro@sviluppoeconomico.gov.it

Ministério do Comércio Internacional
Viale Boston 25
00144 Roma
Tel: +39 06.59931
URP: +39 0659932800
Site: www.mincomes.it
E-mail: info@mincomes.it - urp@mincomes.it

Ministério das Comunicações
Eur, Viale Latina, 201
00144 Roma
Tel: +39 06.54441
Site: www.comunicazioni.it
E-mail: @ ufficio.stampa@comunicazioni.it -
urpcom@comunicazioni.it

Instituto Nacional de Comércio Exterior - ICE
Via Liszt, 21
00144 Roma
Tel: +39 06 59921
Site: www.ice.gov.it

1.2 No Brasil

Embaixada da República Italiana
SES Av. das Nações, Quadra 807, Lote 30
70420-900 Brasília - DF
Tel: 61 3442 9900
Fax: 61 3443 1231
E-mail: ambasciata.brasilia@esteri.it
Site: www.ambbrasilia.esteri.it

Consulado-Geral da Itália em São Paulo
Av. Paulista, 1963
Tel: 11 3549.5643
Fax: 11 3253.7763
E-mail: urp.sanpaolo@esteri.it
Site: www.conssanpaolo.esteri.it

Consulado-Geral da Itália em Porto Alegre
Rua José de Alencar, 313 - Menino Deus
90881-481 Porto Alegre / RS
Tel: 51 3230.8200
Fax: 51 3230.8200
E-mail: urp.portoalegre@esteri.it
Site: www.consportoalegre.esteri.it

Consulado-Geral da Itália em Curitiba
Rua Marechal Deodoro, 630, 21 ° vão
Centro Comercial Itália
80010-912 Curitiba / PR



Itália

Tel: 41 3883.1750/51/52
Fax: 41 3883.1773
E-mail: segreteria.curitiba@esteri.it
Site: www.conscuritiba.esteri.it

Consulado-Geral no Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 40, 7º andar
Castelo 20020-010 - Rio de Janeiro / RJ
Tel: 21 3534.1315
Fax: 21 2262.6348
E-mail: segreteria.riodejaneiro@esteri.it
Site: www.consriodejaneiro.esteri.it

Consulado da Itália em Recife
Av. Eng.º Domingos Ferreira, 2222 / 2º andar -
Boa Viagem
51020-030 Recife / PE
Tel: 81 3466 4200
Fax: 81 3466 4320
E-mail: consolato.recife@esteri.it
Site: www.consrecife.esteri.it

Consulado da Itália em Belo Horizonte
Rua dos Inconfidentes, 600
30140-120 Belo Horizonte / MG
Tel: 31 3524.1000
Fax: 31 3281.4408
E-mail: segreteria.belohorizonte @ esteri.it
Site: www.consbelohorizonte.esteri.it

b) Órgãos oficiais brasileiros

Informações sobre o mercado, inclusive condições de acesso, importadores locais e oportunidades comerciais; distribuição das publicações da "Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior" do MRE:

Divisão de Informação Comercial – DIC
Ministério das Relações Exteriores
Anexo I, sala 513
CEP 70170-900
Brasília - DF
Tels: (+61) 3411-8932
Fax: (+61) 3411-8954

E-mail: dic@btn.gov.br
Apoio às viagens e missões de empresários brasileiros ao país ou às missões econômicas e comerciais do país no Brasil:

Divisão de Operações de Promoção Comercial – DOC
Ministério das Relações Exteriores
Anexo I, sala 426
CEP 70170-900
Brasília - DF
Tels: (+61) 3411-8531
Fax: (+61) 3411-6007
E-mail: doc@btn.gov.br

Informações sobre documentação e formalidades de embarque; emissão exclusiva de certificados de origem para o SGP:

Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX
Esplanada dos Ministérios, Bloco J, sala 918
CEP 70053-900
Brasília - DF
Tels: (+61) 2027-7562 / 7563
Fax: (+61) 2027-7188
E-mail: decex@desenvolvimento.gov.br

2. Empresas brasileiras que operam na Itália

TAM LINHAS AÉREAS
Sede: Avenida Beatrice D Nº1
20122 Milano (MI)
Telefone: +39 02 5829941
Fax: +39 02 58307539
E-mail: bookingmil@tam.com.br
Site: www.tamairlines.com

EMBRACO EUROPA
Sede: Via Buttigliera Nº6
100120 Riva Presso Chieri (TO)
Telefone: +39 011 9437111
Fax: +39 011 9437335
Site: www.embraco.com



INALCA JBS spa
Sede: Via Spilamberto 30 / C
41040 Castelvetro di Modena (MO)
Telefone: +39 059 755111
Fax: +39 059 755517
E-mail: info@inalca.it
Site: www.inalca.it

MINERVA ITÁLIA srl
Sede: Via Senato N ° 18
20121 Milano
Telefone: +39 02 97160240
Fax: +39 02 97160239
E-mail: pamela@minerva.ind.br
Site: www.minerva.ind.br

3. Câmaras de Comércio

3.1 Na Itália

Para encontrar todas as Câmaras de Comércio das províncias italianas, acesse o site www.cameradicommercio.it.

3.2 No Brasil

Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira de Belo Horizonte
Rua Piauí, 2019
30150-321 Belo Horizonte / MG
Tel: 31 3287.5191
Fax: 31 3287-2211 / 3287.5134
E-mail: info@italiabrazil.com.br
Site: www.italiabrazil.com.br

Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira de Santa Catarina
Rua Dorval Melchiades de Souza, 703
88015-070 Florianópolis / SC
Tel: 48 3222 2898
Fax: 48 3222 6757
E-mail: info@brasitaly.org
Site: www.brasitaly.org

Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira do Rio Grande do Sul
Avenida Cristóvão Colombo, 2240
90560-002 Porto Alegre / RS
Tel: 51 32754575

Fax: 51 32754555
E-mail: info@ccirs.com.br
Site: www.ccirs.com.br

Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira do Rio de Janeiro
Av. Graça Aranha, 1
20030-002 Rio de Janeiro / RJ
Tel: 21 2262-9141 / 21 2262-2996 / 21 2563-4100
Fax: 21 2262-2998
E-mail: info@camaraitaliana.com.br
Site: www.camaraitaliana.com.br

Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira em São Paulo
Av. São Luís, 50
01046-926 São Paulo / SP
Tel: 11 2189-2770
Fax: 11 2189-2771
E-mail: italcam@italcam.com.br
Site: www.italcam.com.br

4. Principais entidades de classe locais

4.1 Comércio atacadista

Assogrossisti
Via Nazionale, 60
00184 Roma
Tel: +39 (06) 47251
Fax: +39 (06) 4746556
E-mail: assogrossisti@confesercenti.it
Site: www.assogrossisti.it

4.2 Comércio varejista

Confcommercio
Piazza G.G. Belli 2
00153 Roma
Tel: +39 06 58 661
Fax: +39 06 5809 425
E-mail: confcommercio@confcommercio.it
Site: www.confcommercio.it

Federdistribuzione
Via Albricci, 8
20122 Milano



Tel: +39 02 89075150
Fax: +39 02 6551169
E-mail: info@federdistribuzione.it
Site: www.federdistribuzione.it

Federação Italiana do Exercício Público
Piazza G.Belli, 2
00153 Roma
Tel: +39 06 583921
Fax: +39 06 5818682
E-mail: info@fipe.it
Site: www.fipe.it

Confesercenti
Via Nazionale, 60
00184 Roma
Tel: +39 06 47251
Fax: +39 06 4746886
E-mail: confes@confesercenti.it
Site: www.confesercenti.it

5. Principais bancos

5.1 Brasileiros

Banco do Brasil SA
Piazza Castello n° 1
20121 Milão
Tel: +39 02 88251
Fax: +39 02 8900265
E-mail: milão@bb.com.br
Site: www.bb.com.br / milao

Posto de Atendimento
(Consulado-Geral do Brasil em Milão):
Corso Europa n° 12, 1° andar
20121 Milão

Escritório em Roma:
Via Barberini n° 29
00187 Roma
Tel: +39 06 4880707
Fax: +39 06 4882984

5.2 Italianos

Banco UniCredit S.p.A
Via Zamboni, 20
40126 Bologna
Tel: 800.32.32.85
Fax: +39 02-33.48.69.99
E-mail: info@unicreditbanca.it
Website: www.unicreditbanca.it

Intesa Sanpaolo
Piazza San Carlo, 156
10121 Torino
Tel : +39 011 555 1
E-mail: info@intesasanpaolo.com
Site: www.intesasanpaolo.com

Banco Monte dei Paschi di Siena S.p.A
Piazza Salimbeni, 3
53100 Siena
Tel: 0577.294111
E-mail: info@banca.mps.it
Site: www.mps.it

Banco Nazionale del Lavoro
Via V. Veneto, 119
00187 Roma
Telefone: 06 47021
Fax: 06 4702 7336
E-mail: redazionebnl@bnlmail.com
Site: www.bnl.it

Ubibanca
Piazza Vittorio Veneto, 8
24122 Bergamo
Tel: +39 035 392111
Fax: +39 035 392390
E-mail: investor.relations@ubibanca.it
Site: www.ubibanca.it

6. Principais feiras e exposições

Associação Italiana de Feiras e Exposições



Secretaria-Geral
Tel: 0541 744230
Fax 0541 744512
E-mail: info@aefi.it

Ente Fiera Milano
Comércio e Serviços de Expositores:
Telefone: +39 02 4997.6341 -7514-6767-6266
Fax: +39 02 4997.7349
E-mail: venditeaservizi@fieramilano.it

6.1 Vestuário e peles

MICAM Exposição Internacional de Calçados
Entidade Organizadora: A.N.C.I Servizi S.r.l.
Via Monte Rosa, 21-20100 Milão
Tel: 02 438291
Fax 02 43829233
Site: www.micamonline.com
segreteria@micamonline.com
Localização: Milão
Período: março a setembro

MIFUR- Exposição Internacional de Peles e Couro
Entidade Organizadora: MIFUR
C.so Venezia, 38 - 20121 Milão
Tel: 02 76003329-3315
Fax 02 43829233
Site: www.mifur.com
fieramifur@wms.it
Localização: Milão
Período: março

MIPEL- TheBagShow – Feira Internacional de Artigos de Couro
Entidade Organizadora: Aimpes Serviços S.r.l.
V.le Beatrice D 'Este, 43 - 20122 Milão
Tel: 02 584511
Fax 02 43829233
Site: www.mipel.com
segreteria@mipel.com
Localização: Milão
Período: março e setembro

AF-L Feira Internacional de Artesanato
Entidade Organizadora: Ge.Fi. S.p.A 1
Via Canova, 19-20145 Milão
Tel: 02 31911911
Fax 02 43829233
http://www.fiera-artigianato.com
Localização: Milão
Período: dezembro

6.2 Agricultura, pecuária e indústria de alimentos

Exposição Internacional de Suínos
Entidade Organizadora: SIPER - Fiere di Reggio Emilia S.r.l.
Via Filangieri 15-42100 Reggio Emilia
Tel: 0522 503511
Fax 0522 503555
Site: www.fierereggioemilia.it
info@fierereggioemilia.it
Localização: Reggio Emilia
Período: abril

Macfrut (exposição internacional de equipamentos, tecnologia e serviços para a produção de frutas e vegetais, armazenamento de frios, marketing, comercialização e transporte)
Tel: 0547 317435
Fax 0547 318431
AGRI CESENA S.p.A. 2
Via Dismano, 3845-47020 Pievesestina di Cesena (FC)
Site: www.agricesena.it
info@agricesena.it
Localização: Cesena
Período: Maio

Fieragricola (bienal internacional de exposições de serviços mecânicos e produtos da agricultura e pecuária)
Entidade Organizadora: Entidade Autônoma para a Feira de Verona
Viale del Lavoro 8-37100 Verona
Tel: 045 8298111
Fax 045 8298288
Sites: www.veronafiere.it
www.fieragricola.it
info@veronafiere.it



Localização: Verona
Período: bienal, em março (2006)

Vinitaly (exposição internacional de vinhos e bebidas)
Entidade Organizadora: Entidade Autônoma para a
Exposição Verona
Viale del Lavoro 8-37100 Verona
Tel: 045 8298111
Fax 045 8298288
<http://www.veronafiare.it>
info@veronafiare.it
<http://www.fieragricola.it>
Localização: Verona
Período: abril

CibusTEC- TECNOCONSERVE
(exposição internacional de tecnologias para o
processamento e armazenamento de alimentos vegetais,
animais e peixes)
Entidade Organizadora: Fiere di Parma S.p.A.3
Via F. Rizzi 67 / a - Baganzola 43.031 (PR)
Tel: 0521 9961
Fax 0521 996270
Site: www.fiereparma.it
management@fiereparma.it
Localização: Parma
Período: outubro

SANA (exposição de alimentos naturais)
Entidade Organizadora: BolognaFiere S.p.A.
Viale della Fiera, 20
40127 Bologna
Tel: 39 051 282111
Fax: 39 051 6374004
E-mail: sana@bolognafiare.it
Site: www.sana.it
Localização: Bolonha
Período: setembro

6.3 Móveis, utilidades domésticas, presentes, bijouterias, jóias

Euroluce (exposição internacional de iluminação)
Entidade Organizadora: Cosmit S.p.A.

Foro Buonaparte, 65 - 20121 Milão
Tel: 02 725941
Fax 02 89011563
Site: www.cosmit.it
info@cosmit.it
Localização: Milão
Período: abril
Chibi & Cart (feira internacional de presentes)
Entidade Organizadora: Fiera Milano International S.p.A.
Palazzina FMI
Largo Domodossola, 1-20145 Milão
Tel: 02 485501
Site: www.fmi.it
Localização: Milão
Período: janeiro

COSMOPROF
(exposição internacional de perfumaria e cosméticos)
Entidade Organizadora: IFI –
Iniziativa Fieristiche Internazionale S.r.l.
Via Calzoni, 6 / d - 40127 Bolonha
Tel: 051 359268
Fax 051 358506
e SoGeCos S.p.A.
Via Filargo, 38-20143 Milão
Tel: 02 796420
Fax 02 43829233
Site: www.cosmoprof.it
info@cosmoprof.it
Localização: Bolonha
Período: abril

MACEF (exposição internacional da casa)
Entidade Organizadora: Fiera Milano International S.p.A.
–Palazzina FMI
Largo Domodossola, 1-20145 Milão
Tel: 02 485501
Fax: +39 0248004423
E-mail: macef@fieramilano.it
Site: www.fmi.it
Localização: Milão
Período: setembro



Feira Internacional de Brinquedos
Entidade Organizadora: Feira Internacional de Brinquedos
Via Petitti, 16
20149 Milão
Tel: 02 325621
Fax 02 33001415
E-mail: info@salgioc.it
Sites: www.salonedelgiocattolo.it
www.gcomegiocare.it
Localização: Milão
Período: janeiro

COSMIT (exposição internacional de móveis e acessórios)
Entidade Organizadora: Cosmit S.p.A.
Foro Buonaparte, 65
20121 Milão
Tel: 02 725941
Fax 02 89011563
Site: www.cosmit.it
E-mail: info@cosmit.it
Localização: Milão
Período: abril

Promosedia (exposição internacional de cadeiras)
Entidade Organizadora: Promosedia S.p.A.
Via Trieste 9 / 6-33044 MANZANO
Tel: 0432 745611
Fax 0432 755316
Site: www.promosedia.it
E-mail: promosedia@promosedia.it
Localização: Torreano di Martignacco (Udine)
Período: setembro

Vicenzaoro (exposição internacional de jóias de ouro, prata e relógios)
Entidade Organizadora: Fiera di Vicenza
Via dell " Oreficeria 16 – 36100 Vicenza
Tel: 0444 969111
Fax 0444 563954
Site: www.vicenzafiera.it
E-mail: vicenzafiera@vicenzafiera.it
Localização: Vicenza
Período: janeiro e junho

6.4 Cinematografia, fotografia e óptica

MIDO (exposição internacional de óptica, optometria e oftalmologia)
Entidade Organizadora: EFOP S.r.l.
Via Petitti, 16 - 20149 Milano
Tel: 02 32673673
Fax 02 324233
Site: www.mido.it
E-mail: infomido@mido.it
Localização: Milão
Período: março

MIFED (Mercado Internacional de Cinema e Multimídia)
Entidade Organizadora:
AIP Audiovisual Industry Promotion S.p.A.
Piazzale Giulio Cesare - 20145 Milão
Tel: 02 48550279
Fax 02 48550420
http://www.aip-italia.com
mifed@aip-mifed.com
Localização: Milão
Período: outubro

6.5 Construção civil e obras

Samoter (exposição internacional de terraplanagem e máquinas de construção)
Entidade Organizadora: Organismo Independente para a Exposição de Verona
Viale del Lavoro 8-37100 Verona
Tel: 045 8298111
Fax 045 8298288
E-mail: info@veronafiore
Site: www.samoter.com
Localização: Verona
Período: março

MARMOMACC (exposição internacional de mármore, pedras e tecnologia)
Entidade Organizadora: Organismo Independente para Feira de Verona
Viale del Lavoro 8-37100 Verona
Tel: 045 8298111



Fax 045 8298288
E-mail: info@veronafiare
Site: www.veronafiare.it
Localização: Verona
Período: outubro

SAIE (exposição internacional de construção)
Entidade Organizadora: Feira de Bolonha
Via della Fiera, 20 - 40127 Bolonha
Tel: 051 282111
Fax 051 637400
Site: www.bolognafiere.com
E-mail: dir.gen@bolognafiere.it
Localização: Bolonha
Período: outubro

6.6 Livros

Feira Internacional do Livro
Entidade Organizadora: Fundação para o Livro,
Música e Cultura
Via Santa Teresa, 15 - 10121 Torino
Tel: 011 5184268
Fax 011 5612109
Site: www.fieralibro.it
E-mail: info@fieralibro.it
Localização: Turim
Período: maio

6.7 Eletrônica, eletrotécnica e informática

SMAU (exposição internacional de eletrônica e de consumo)
Entidade Organizadora: Gestão de Exposições Agência
-SMAU
Via Merano, 18-20127 Milão
Tel: 02 283131
Fax 02 28313235
Site: www.smau.it
E-mail: secretary.general@smau.it
Localização: Milão
Período: outubro

INTEL (exposição internacional de elétrica e eletrotécnica)
Entidade Organizadora: Fiera Milano Tech S.p.A.

Via Gattamelata, 34 - 20149 Milão
Tel: 02 3264282
Fax: 02 3264284
Site: www.fieramilanotech.it
E-mail: info@fieramilanotech.it
Localização: Milão
Período: maio

6.8 Náutica

Exposição Internacional Náutica
Entidade Organizadora: Fiera di Genova S.p.A 20
P.le Kennedy, 1-16129 Genova
Tel: 010 53911
Fax: 010 5391270
<http://www.fiera.ge.it>
fierage@fiera.ge.it
Localização: Gênova
Período: outubro

6.9 Turismo

BIT (exposição internacional de intercâmbio e turismo)
Entidade Organizadora: Expo CTS S.p.A.
Generale Via G. Govone, 66-20155 Milão
Tel: 02 34981
Fax: 02 33600493
<http://www.expocts.it>
Localização: Milão - Data: Fevereiro

Expoturismo - Feira Internacional de Turismo
Entidade Organizadora: Organismo Autônomo Fiera
del Levante
Lungomare Starita 13-70123 Bari
Fax 080 5366702
Tel: 080 5366111
<http://www.fieradellevante.it>
messaggi@fieradellevante.it
Localização: Bari
Período: abril



6.10 Veículos de transporte e equipamentos relacionados

Exposição Internacional de Motos
 Entidade Organizadora: EICMA S.p.A.
 Via Mauro Macchi, 32 - 20124 Milão
 Tel: 02 6773511
 Fax 02 66982072
<http://www.eicma.it>
eicma@eicma.it
 Localização: Milão
 Período: novembro

Bus & Bus Business - Feira Internacional de Transporte de Ônibus
 Entidade Organizadora: Organismo Independente para a Feira de Verona
 Viale del Lavoro 8-37100 Verona
 Tel: 045 8298111
 Fax 045 8298288
info@veronafiare.it
<http://www.veronafiare.it>
 Localização: Verona
 Período: novembro

Motor Show – Salão Internacional de Carros e Motocicletas
 Entidade Organizadora: Promotor International S.p.A.
 Via Milazzo 30-40121 Bolonha
 Tel: 051 6451011
 Fax 051 6451099
<http://www.motorshow.it>
salone@motorshow.it
 Localização: Bolonha
 Período: dezembro

6.11 Meio ambiente

Ecomondo - Feira Internacional de Energia, Materiais Reciclados e Desenvolvimento Sustentável
 Entidade Organizadora: Rimini Fiera S.p.A. 4
 Via Emilia 155-47900 Rimini
 Tel: 0541 744111
 Fax 0541 744512
<http://www.riminifiera.it> riminifiera@riminifiera.it

Localização: Rimini
 Período: Outubro

6.12 Outras exposições e feiras

Feira Internacional
 Entidade Organizadora: Fiera del Mediterraneo
 Via A. Palermo Sadat 13-90142
 Tel: 091 5000111
 Fax 091 6209148
<http://www.fieramediterraneo.it>
info@fieramediterraneo.it
 Localização: Palermo
 Período: maio

Feira Internacional
 Entidade Organizadora: Mostra d' Oltremare S.p.A.
 52 - 80125 Napoli
 Tel: 081 7258000
 Fax 081 7258009
<http://www.mostradoltremare.it>
info@mostradoltremare.it

Fiera del Levante Campionaria
 Entidade Organizadora: Organismo Autônomo Fiera del Levante
 Lungomare Starita 13-70123 Bari
 Fax 080 5366702
 Tel: 080 5366111
<http://www.fieradellevalente.it>
messaggi@fieradellevalente.it
 Localização: Bari
 Período: setembro

Feira Internacional de Pádua
 Entidade Organizadora: Padua International Trade fair Padova Fiere S.p.A.
 Via N. Tommaseo 59-35131 Pádua
 Tel: 049 840111
 Fax 049 840570
<http://www.padovafiare.it>
info@padovafiare.it
 Localização: Pádua
 Período: maio



Summer Fair - Feira Internacional de Trieste - Pequenas e Médias - Artesanato
Entidade Organizadora: Organismo Autônomo Fiera di Trieste

Viver Trieste Piazzale de Gasperi 1-34139

Tel: 040 9494111

Fax 040 393062

<http://www.fiera.ge.it>

info@fiera.trieste.it

Localização: Trieste

Período: junho

7. Meios de comunicação

7.1 Principais jornais

- Corriere della Sera - Milão - www.corriere.it
- La Repubblica - Roma - www.repubblica.it
- La Gazzetta dello Sport - Roma - www.gazzetta.it
- Il Sole 24 Ore" (Económico) - Roma - www.ilsole240re.com
- La Stampa - Torino - www.lastampa.it
- Il Messaggero - Roma - www.ilmessaggero.it
- Il Resto del Carlino - Bolonha - www.ilrestodelcarlino.it
- Il Secolo XIX - Genoa - www.ilsecoloxix.it
- A Manhã" - Nápoles - www.ilmattino.it
- L" Futuro " - www.avvenire.it - Roma
- A Nação" - Florença - www.lanazione.it

7.2 Principais revistas

- Famiglia Cristiana - Milão - www.famigliacristiana.it
- Panorama - Milão - www.panorama.it
- L" Espresso - www.espressonline.it - Roma
- Focus - Milão - www.focus.it
- Quattroruote - Milão - www.quattroruote.it
- Fitness - Milão - www.starbene.it
- Gente viaggi - Milão - www.genteviaggi.it
- Mark up - Milão - www.mark-up.it
- Il Mondo - Milão - www.ilmondo.rcs.it
- Cosmopolitan - Milão - www.cosmopolitan.it
- Cosmopolitan - Milão - www.cosmopolitan.it
- Milano Finanza - Milão - www.milanofinanza.com

- Abitare - Milão - www.abitare.it

7.3 Canais de TV

- Rai Uno - Roma - www.raiuno.rai.it
- Rai Due - Roma - www.raidue.rai.it
- Rai Tre - Roma - www.raitre.rai.it
- Canale 5 - Milão - www.canale5.mediaset.it
- Itália 1 - Milão - www.italia1.mediaset.it
- Rete 4 - Milão - WWW.rete4.mediaset.it

7.4 Estações de rádio

- Rai - Radio One - Roma - www.radio1.rai.it
- Rai - Radio Two - Roma - www.radio2.rai.it
- Rai - Radio Tre - Roma - www.radio3.rai.it
- RTL 102.5 - Milão - www.rtl.it
- Radio 101 - Milão - www.r101.it
- Radio DeeJay - Milão - www.deejay.it
- Rádio Itália - Milão - www.radioitalia.it
- Rádio Lifegate - Como - www.lifegate.it
- Rádio Montecarlo - Milano - www.radiomontecarlo.net
- Rádio Popolare - Milano - www.radiopopolare.it

7.5 Principais agências de publicidade

A. Manzoni & C.S.p.A.

Via Nervesa 21

20139 Milano

Tel: 02-57494553

Fax 02 57494920

Representante para o Brasil:

SDC - Alameda Gabriel Monteiro da Silva,
de São Paulo 476

Tel: 0055-11-8534133

Fax 0055-11-8526485

E-mail: info@manzoni.it

Site: www.manzoniadvertising.com

Publitalia

Cellini Palazzo - Milano 2

20090 Segrate (MI)

Tel: +39 02-2102.1

<http://www.publitalia.it/>



Seat Spa
Corso Mortara, 22
10149 Torino
Tel: 011.435.1
E-mail: info@seat.it
<http://www.seat.it>

Sipra SpA
Via degli Scialoja, 23 - 00196 Roma
Tel: 06/361751
Fax: 06/36175293
<http://www.sipra.it>
E-mail: info@sipra.it

8. Consultoria de marketing

8.1 Principais empresas locais

Demoskopea
Via Porlezza, 16 - Milão
Tel. 02 72.14.51
Fax 02 89.09.61.28
E-mail: info@demoskopea.it
Site: www.demoskopea.it

Doxa Spa
Via Panizza 7
20144 Milão
Telefone 02 48.19.33.20
Fax 02 48.19.32.86
E-mail: doxa@doxa.it
<http://www.doxa.it>

GfK Eurisko S.r.l.
Via Monte Rosa, 15
20149 Milão
Telefone 02 43.80.91
Fax 02 48.01.36.65
E-mail: info@gfk-eurisko.it
Site: www.gfk-eurisko.it

Ipsos S.r.l.
Via Mauro Macchi 61

20124 Milão
Tel: 02 67.33.01
Fax: 02 67.33.09.02-04
Site: E-mail: Info_italia@ipsos.com
<http://www.ipsos.it>

Pesquisa Valdani Vicari S.r.l.
Corso Italia, 13
20122 Milão
Telefone 02 72.73.31
Fax 02 72.73.33.50
E-mail: info@valdani-vicari.it
Site: <http://www.valdani-vicari.com>

Unicab Italia S.p.A.
Via Nazionale, 60
00184 Rome
Telefone 06 48.892.1
Fax 06 48.74.541
E-mail: info@unicab.it
Site: www.unicab.it

8.2 Principais entidades

ASSIRM - Associação de Institutos de Pesquisa de Mercado
Via Mercalli, 11
20122 Milão
Tel: 02 58315750
Fax 02 58315727
E-mail: info@assirm.it
Site: <http://www.assirm.it>

AIMS - Associação Italiana de Marketing
Via Olmetto, 3
20123 Milão
Tel: 02 863293
Fax 02/72.00.28.89
info@aism.org
<http://www.aism.org>



9. Aquisição de documentação

9.1 Documentos oficiais italianos

Diário Oficial da República Italiana
Agenzia Dell' Instituto Poligrafico e Zecca dello Stato -IPZS
Piazza G. Verdi 10
00198 Roma
Tel: 06 85082147
E-mail: gazzettaufficiale@ipzs.it
Site: www.gazzettaufficiale.it

Istat - Instituto Nacional de Estatística
Via Cesare Balbo 16
00184 Rome
Tel: 06/46731
Site: www.istat.it

9.2 Jornais oficiais da União Europeia

Jornal Oficial das Comunidades Europeias
2, Rue Mercier
L-2985 Luxemburgo
Tel: (+352) 2929.42568
Fax (32) 2 2.929,407573
E-mail: copyright-info@publications.europa.eu
Site: <http://eur-lex.europa.eu/>

EUROSTAT - Serviço de Estatística da União Europeia
Chaussée d'Etterbeek 13
B-1040 Bruxelas
Tel: + 32 (0) 2 - 230 44 17
Fax: + 32 (0) 2 - 230 37 54
Site: ec.europa.eu/eurostat

10. Empresas de transporte com o Brasil

10.1 Marítimas

a) Brasileiras

Atlas Maritime
Rua Estados Unidos, 1844
CEP 01427-002 São Paulo

Tel: 11-30684300
Fax: 11-30684321
EUA Telex: 49696536
Website: www.atlasmaritime.com.br
E-mail: spocom@evgegroup.com

Na Itália:
Agenzia Marittima Le Navi S.P.A.
Via Francia, 28
16149, Genova
Tel: +39 010 64721
Fax: +39 010 647 2409
E-mail: lenavi_itgoa@msclenavi.it

b) Estrangeiras

CMA CGM
4 Quai d'Arenc
13235 Marseille Cedex 02 - França
Tel: +33 4 88 91 90 00
Fax: +33 4 88 91 90 00
<http://www.cma-cgm.com>
Representação no Brasil:
Avenida Presidente Wilson 231
(20030-002) - Rio de Janeiro
Tel: : 55 21 2272 9572
E-mail: bra.fmonsores@cma-cgm.com

Costa Container Lines.
Trabalhadores de rua, 10
16149, Genova
Tel: +39 01060691
Fax: +39 0104694114
Tlx. 270468 CCGEI
E-mail: info@costacontainer.it
<http://www.costacontainer.com>
Representação no Brasil:
Rua Tuiuti, 58 - 11010-220 Santos
E-mail: agest@wilsonsons.com.br
Tel: 55 13 3211 2300
Fax: 55 13 3219 5250 - TLX: 1013 WSONBR



Grimaldi Group
Palácio Grimaldi - Via Campodisola Marchese, 13
80133 Naples
Tel: 081 496111
Fax: 081 5517401
Tlx. 051 94080554 GRIMA G
E-mail: switchboard@grimaldi.napoli.it
www.grimaldi.napoli.it
Representação no Brasil:
Rua Joaquim Floriano, 100 - 2 ° Andar
Itaim Bibi 04534-000 São Paulo, SP, Brasil
Tel: + 55 11 3046 9844
Fax: + 55 11 3046 9862
Telex: 0381137313 1137131LAAM BR
E-mail grimaldi@grimaldi-sp.com.br

Maruba
Emma de la Barra 353
Puerto Madero 1107 - Buenos Aires
Tel: +54 11 4320 3600
Fax: +54 11 4320 3790
info@maruba.com.ar
http://www.maruba.com.ar
Representação no Brasil:
Alpha Transportes Internacionais Ltda
Praça Barão do Rio Branco 14 - 11 ° andar 111/112
Santos. São Paulo - 11010-040
Telefone: (+55.13) 3219-2303 / 3219-2244
Fax: (55,13) 3219-4112
Telex: 132793MMag
E-mail: efelix@alphasantos.com.br

Niver Lines
Centro Comercial "Plaza City"
85, Vouliagmenis Ave & Antheon str. 166 74
Glyfada - Grécia
Tel: + 30 210 9698200
Fax: + 30 210 9698209
E-mail: info@niverlines.com
Representação no Brasil:
Atlas Maritime Ltda Rua
Rua Estados Unidos, 1844
CEP 01427-002 São Paulo
Tel: +55-11-30684300 Fax: +55-11-30684321

EUA Telex: 49696536
Website: www.atlasmaritime.com.br
E-mail: spocom@evgroup.com

10.2 Aéreas

a) Brasileiras

TAM Linhas Aéreas
Viale Beatrice d 'Este,1
20122 Milão
Tel: +39 02585 81309
Fax: + 39 02 58307539
E-mail: ticketofficemil@tam.com.br
Site: www.italcam.com.br

b) Estrangeiras

Alitalia
Schio da Praça Almerico, Pal. SPS
00054 Fiumicino (RM)
Tel: +39 06 65631
Site: www.alitalia.com

Airfrance
45, rue de Paris
Roissy CDG Cedex
Tel: 01 41 56 78 00
Fax: 01 41 56 70 29
Website: www.airfrance.com

TAP Portugal
Apartado 50194
1704-801 Lisboa
Tel: 351 21 841 50 00
Fax: 351 21 841 50 95
Site: www.flytap.com

Iberia
Calle Velázquez n ° 130
28006 Madrid
Telefone 902 400 500
Fax: 91 587 4741
Site: www.iberia.com



KLM
KLM Royal Airlines (Holandês)
PO Box 7700
1117 Schiphol ZL
Holanda
Site: www.corporate.klm.com

Lufthansa
Lufthansa Aviation Center
Airportring
60546 Frankfurt / Main
Tel: +49 69 696 0
Fax: +49 69 696 33022
Site: www.lufthansa.com

11. Supervisão de carga

a) Na Itália

SGS Itália S.p.A.
Via G. Gozzi 1 / a
20129 Milão
Tel: +39 02 73931
Fax: +39 02 70124630
www.it.sgs.com

TUV Itália srl
Via Carducci, 125
20099 Sesto San Giovanni (MI)
Tel: +39 02 24130.1
Fax: +39 02 24130399
E-mail: info@tuv.it
www.tuv.it

2R Due Erre Engenharia Ravenna
Trieste, 227
48100 Ravenna
Tel: +39 0544 420025
Fax +39 0544 421540
E-mail: info@dueerrravenna.com
<http://www.dueerrravenna.com>Via

Bureau Veritas Itália SpA
Viale Monza, 261
20126 Milão
Tel: +39 02 27091.1
Fax: +39 02 255 2980
Web: www.bureauveritas.it
Web: www.certification.bureauveritas.it
E-mail: info.bv.italia@it.bureauveritas.com
E-mail: info.certification@it.bureauveritas.com

CSI S.p.A
V.le Lombardia, 20
20021 Bollate (MI)
Tel: +39 02 383 301
fax +39 02 350 3940
Web: www.csi-spa.com

Det Norske Veritas Italia S.r.l.
Centro de Gestão Colleoni - Palazzo Sirio 2
Viale Colleoni, 9
20041 Agrate Brianza (MI)
Tel: 800604604 (telefone gratuito)
Fax: +39 039 689 9930
E-mail: milan@dnv.com
Web: www.dnv.it

KIWA Spa Itália
Via Treviso, 32/34
31020 Saint Vendemiano (TV)
Tel: +39 0438 411 755
Fax: +39 0438 22428
Mail: info@kiwa.it
Internet: www.kiwa.it

Lloyd's Register Quality Assurance Italy S.r.l.
Via Luigi Cadorna 69
20090 Vimodrone MI
Tel: +39 02 3657 541
Fax: +39 02 3657 5490
E-mail: lrc-milan@lrqa.com
www.lrqa.it



b) No Brasil

Moody Internacional Brasil Ltda
Alameda Rio Negro n º 877 - Sala n º 402
Edifício Eagle Point
Alphaville - Barueri - SP - Brasil
CEP - 06454-000
T: (11) 2842-0444
F: (11) 4688-0194
E-mail: c.aulicino@moodyint.com
www.moody-group.com

Lloyd's Register do Brasil Ltda
Rua da Glória 344-11º andar
20241-180 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: +55 21 3523 0018
Fax: +55 21 3523 0044
E-mail: brazil-country-office@lr.org

II. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL

1. Informações sobre transporte

1.1. Frete

As companhias de navegação listadas acima são de serviços de transportes de mercadorias entre a América do Sul e a Europa. O Brasil, por seu tamanho e posição geográfica, sempre fica nas rotas das empresas, mas não pode-se dizer a mesma coisa para a Itália. Nem todos os navios chegam ou saem dos portos italianos. Deve-se levar em conta os custos e tempo de viagem.

A maioria dos voos chega à Europa Central e pode-se trafegar por estrada ou por via aérea para a cidade italiana de destino.

Normalmente, essas viagens duram cerca de 40 dias, dependendo do aeroporto e das companhias aéreas que realizam este trajeto a cada semana ou dez dias. Algumas empresas também oferecem um serviço de passageiros em navios de carga. O conforto não é o de navio de cruzeiro, mas certamente é mais barato.

1.2. Transporte aéreo

Os voos são realizados pelo Brasil junto a companhias aéreas de baixo custo. No primeiro caso, os custos são importantes e estão em torno de € 1.000 para de ida e volta por pessoa. Claro que isto é um preço indicativo e os períodos de promoções especiais de ano pode afetar o custo final. Mesmo algumas empresas aéreas de baixo custo a oferecem voos para o Brasil e, neste cenário, os preços variam pode ser muito menor que a prevista. Geralmente, os voos não são para cada caso podendo uma parada ou conexão durar cerca de 10/11 horas enquanto o fuso horário for positivo (da Itália para o Brasil).



2. Comunicações: Tarifas (Itália)

2.1. Telefone

A oferta abundante de tarifas pelo celular, leva a recomendar o uso de cartões pré-pagos, em vez de assinaturas dedicado ao tráfego internacional.

Segue, abaixo, para o operador principal, a taxa por minuto de chamadas para o estrangeiro (sem IVA e sem encargos).

Operador	Preço de varejo
Fastweb	0,070€ / 0,094 US\$
3	0,030€ / 0,040 US\$
Vodafone	0,019€ / 0,026 US\$
TIM	0,017€ / 0,023 US\$
Windsurfing	0,015€ / 0,020 US\$

2.2. Telegrama

Preço por página (mínimo 7 páginas): 0,76 € / 1,02 US\$. Para cada telegrama, utilizando o número telefônico 186, preço normal, é previsto o direito de cobrança de 0,62 € / 0,83 US\$ por telefonia fixa e 0,80 € / 1,078 US\$ pela telefonia móvel e internet.

2.3 Fax

Tarifa de serviço de transmissão de fax e envio direto para o Brasil: 1,30 € / 1,75 US\$ por página.

2.4 Correspondência postal

Existem inúmeras empresas internacionais de correio que calculam os custos variáveis. Taxas previstas neste documento:

	Correio	Postagem recomendada
Padronizado		
Até 20g	085 € / 1,14 US\$	5,60 € / 7,54 US\$
Tamanho compacto		
Até 50g	1,50 € / 2,02 US\$	7,30 € / 9,83 US\$
50g - 100g	1,85 € / 2,49 US\$	8,00 € / 10,77 US\$
100g - 250g	4,20 € / 5,66 US\$	11,00 € / 14,82 US\$
250g - 350g	5,20 € / 7,00 US\$	12,50 € / 16,88 US\$
Tamanho grande		
Até 350g	5,80 € / 7,81 US\$	12,50 € / 16,84 US\$
350g - 1kg	8,70 € / 11,72 US\$	18,00 € / 24,25 US\$
1kg - 2kg	16,70 € / 22,50 US\$	29,00 € / 39,014 US\$

A transferência de um pacote de cerca de 20 kg, com entrega em 05/04 dias fica em torno de € 200 / US\$ 270. Os preços sobem com o peso.



III. INFORMAÇÕES PRÁTICAS

1. Moeda

A moeda italiana é o euro, e está disponível em 1, 2, 5, 10, 20, 50 centavos e 1 e 2 euros. As notas são impressas em 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 €. No final de março de 2010, o câmbio estava em US\$ 1,3471 para € 1.

2. Pesos e medidas

É utilizado o sistema métrico decimal.

3. Feriados

1º de Janeiro
25 de abril (Festa da Libertação do Nazi-Facismo)
1º de maio (Dia do Trabalho)
2 de Junho (Dia da República)
15 de Agosto (Ascensão do Senhor)
1º de Novembro (Dia de Todos os Santos)
8 de Dezembro (Imaculada Conceição)
25 de Dezembro (Natal)
26 de Dezembro (Boxing Day)
Domingo de Páscoa*²

4. Fuso horário

Não há diferença de fuso horário no território italiano.

*² Data variável. Podem ser adicionadas como feriados as datas dos aniversários dos patronos de algumas cidades italianas. Assim, é feriado em Roma, 29 junho (São Pedro e São Paulo); em Milão, 7 de dezembro (Santo Ambrósio); em Turim, 24 de junho (São Giovanni Battista); em Nápoles, 19 de setembro (São Januário).

Em relação à hora de Brasília + 4h.

5. Horário comercial

Os bancos estão abertos ao público, com ligeiras variações, de segunda a sexta-feira, de 8h30-13h30 e 14h45-16h15h.

Os escritórios estão abertos 9h-13h e 15h30-19h30, e também nos grandes centros, abertos todos os dias com a pausa para o almoço. Os serviços públicos estão abertos de 8h-14h, mas pode variar de acordo com o escritório de competência.

6. Corrente elétrica

220 Volts, 50Hz.

7. Períodos recomendados para viagem

É recomendado a todos os interessados a não fazer viagens de negócios à Itália no mês de agosto, quando as negociações comerciais e oficiais são dificultadas pelas férias de verão, e durante o período compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro por causa das férias de Natal.

8. Visto de entrada

Todas as informações sobre a entrada de estrangeiros na Itália podem ser encontradas no Site da Polícia do Estado (www.poliziadistato.it) e do Ministério do Interior e Imigração (www.interno.it). Qualquer informação pode ser solicitada aos representantes diplomáticos italianos no Brasil.



9. Vacinação

Não há exigência de nenhuma vacinação específica para entrar na Itália.

10. Hotéis

A lista de hotéis a seguir tem caráter indicativo:

Excelsior

Via Vittorio Veneto, 125
00187 Roma
Tel: 06 47081
Fax: 06 4826205
excelsiorrome@westin.com
<http://www.westin.com/excelsiorrome>

Hassler

Piazza Trinità dei Monti, 6
Roma 00187
Tel: 06 699340
Fax: 06 678999
booking@hotelhassler.it
<http://www.hotelhasslerroma.com>

Raphael

Piazza Navona, 2
00186 Roma
Tel: 06 682831
Fax: 06 6878993
info@raphaelhotel.com
<http://www.raphaelhotel.com>

Nacional

Piazza Montecitorio 131
00186 Roma
Tel: 06 695001

Fax: 06 6786677
hotel@nazionaleroma.it
<http://www.nazionaleroma.it>

Plaza

Via del Corso, 126
00186 Roma
Tel: 06 69921111
Tel: 06 69941575
plaza@grandhotelplaza.com
<http://www.grandhotelplaza.com>

Duque de Milão

Piazza della Repubblica 13
20124 Milão
Tel: 02 62301
Fax 02 653799

Dei Cavalieri

Piazza Missori, 1
20123 Milão
Tel: +39 02 88571
Fax +39 02 72021683
info@hoteldeicavalieri.com
www.hoteldeicavalieri.com

Principe di Savoia

Piazza della Repubblica 13
20124 Milão
Tel: 02 62301
Fax 02 653799
reservations@hotelprincipedisavoia.com
<http://www.hotelprincipedisavoia.com>

Westin Palace

Piazza della Repubblica 13
20124 Milão
Tel: 02 63361
Fax 02 654485



Grand Hotel et de Milan

Via A. Manzoni 29

20121 Milão

Tel: 02 723141

Fax 02 43829233

reservation@grandhoteletdemilan.it

<http://www.grandhoteletdemilan.it>

Para mais informações, consultar o website da organização dos hotéis italianos www.federalberghi.it



BIBLIOGRAFIA

Philip Kotler, Marketing Management, Isedi
 Istat, Rapporto Annuale, Maggio 2010, Roma
 Istat, Italia in cifre 2010, Maggio 2010, Roma
www.istat.it
 Il Sole 24 Ore, Osservatorio dell'Economia Italiana, Milano
www.ilsole24ore.com
 Banca d'Italia, Relazione annuale 2010, Giugno 2010, Roma
www.bancaditalia.it
 Borsa Italiana - www.borsaitaliana.it
 Governo Italiano - www.governo.it
 Ministero delle Politiche europee - www.politichecomunitarie.it
 Ministero degli Affari Esteri - www.esteri.it
 Ministero Economia e Finanze
 Siti: www.mef.gov.it
www.tesoro.it
 Dipartimento delle Finanze - www.finanze.it
 Agenzia delle Entrate - www.agenziaentrate.it
 Agenzia delle Dogane - www.agenziadogane.it
 Agenzia del Territorio - www.agenziaterritorio.it
 Agenzia del Demanio - www.agenziademanio.it
 Ministero per lo sviluppo economico - www.sviluppoeconomico.gov.it
 Ministero per il Commercio internazionale - www.mincomes.it
 Ministero delle Comunicazioni - www.comunicazioni.it
 Ambiente, Tutela del Territorio e del Mare - www.minambiente.it
 Ministero per le Infrastrutture e i Trasporti - www.mit.gov.it
 Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali - www.politicheagricole.it
 Unioncamere - www.unioncamere.it
 Camera di Commercio di Milano - www.mi.camcom.it
 Confcommercio - www.confcommercio.it
 Confesercenti - www.confesercenti.it
 Confindustria - www.confindustria.it
 Fipe (Federazione Italiana Pubblici Esercizi) - www.fipe.it
 Banca Centrale Europea - www.ecb.int
 Icc International Chamber of Commerce - www.icc.com
 Federdistribuzione - www.federdistribuzione.it



Unione Europea – www.europa.eu.int
Europa, Sintesi della Legislazione – <http://europa.eu/>
NATO – North Atlantic City Organization - www.nato.int
Consiglio d'Europa - www.coe.int
OCSE – Organizzazione per la Cooperazione e lo Sviluppo Economico - www.oecd.org
ONU – Organizzazione delle Nazioni Unite - www.un.org
Unione Europea Occidentale - www.weu.int
G8 - sito ufficiale summit 2009: - www.g8italia2009.it
Unicredit banca - www.unicreditbanca.it
Intesa Sanpaolo - www.intesasanpaolo.com
Banca Monte dei Paschi di Siena - www.mps.it
Banca Nazionale del Lavoro – www.bnl.it
Istituto per il commercio estero – www.ice.gov.it
CNEL – Consiglio nazionale dell'Economia e del Lavoro – www.cnwl.it
Banco Central do Brasil - www.bcb.gov.br
Caixa Economica Federale - <http://www1.caixa.gov.br>
Trade Information Division – www.mre.gov.br
Department for Foreign Trade Operations – www.mdic.gov.br
Ambasciata Italiana in Brasile - www.ambbrasil.esteri.it
AEFI (Associazione Esposizioni e Fiere Italiane) - <http://www.aefi.it/Aefi/site/it/index>
Assoconsult – www.assoconsult.org
Assocomunicazione – www.assocomunicazione.it
Assirm – www.assirm.it
Commercio Equo e Solidale – www.commercioequo.org

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Departamento de Promoção Comercial

Divisão de Informação Comercial

Brasília, 2010

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior

Série: Como Exportar

CEX:196

Elaboração: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial - SGEC
Departamento de Promoção Comercial - DPR
Divisão de Informação Comercial - DIC
Consulado-Geral do Brasil em Milão
Setor de Promoção Comercial - SECOM

Coordenação: Divisão de Informação Comercial

Distribuição: Divisão de Informação Comercial

Os termos e apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre o "status" jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos "desenvolvidos" e "em desenvolvimento" empregados em relação a países ou áreas geográficas, não implicam tomada de posição oficial por parte do MRE.

Direitos reservados.

O **DPR**, que é titular exclusivo dos direitos de autor, permite a reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.